



Projeto **POVOS**
Território, Identidade e Tradição

TERRITÓRIO
**NOR
TE DE
UBA
TU
BA**



O povo que planta e pesca,

Canta, dança e faz festa
no seu pedaço de chão,

Abastece a sua mesa e
agradece a natureza em
qualquer religião.

Seu lugar, seu oratório.

Tirar o seu território é
calar a tradição.

Luís Perequê

Territórios do Norte de Ubatuba 2021

Executante



Empreendedor



Órgão Licenciador



A realização do Projeto Povos é
uma exigência do licenciamento
ambiental federal, conduzido
pelo Ibama.

Parceiros



OBSERVATÓRIO
DE TERRITÓRIOS SUSTENTÁVEIS E
SAUDÁVEIS DA BOCAINA



Ministério da Saúde
FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz

FÓRUM DE
COMUNIDADES
TRADICIONAIS
ATIBAIA • PARATY • UBATUBA



CONAQ
Coordenação Nacional de
Articulação das Comunidades
Negras Rurais Quilombolas

COORDENAÇÃO NACIONAL
DE COMUNIDADES TRADICIONAIS
CAIÇARAS



CONSELHO GUARANI
YVYRUPA
CGY

Realização:

Associação dos Remanescentes do Quilombo do Camburi (ARQC)
 Associação dos Moradores e Amigos do Camburi (AMA Camburi)
 Associação de Moradores do Bairro da Picinguaba (AMBP)
 Associação de Barqueiros e Pescadores da Picinguaba (ABPP)
 Associação de Barqueiros e Pescadores Tradicionais de Picinguaba (ABPTP)
 Associação Comunitária dos Remanescentes do Quilombo da Fazenda (ACRQF)
 Associação de Moradores da Almada (AMA)
 Associação dos Bananicultores e Produtores Rurais da Comunidade Tradicional do Sertão do Ubatumirim (ABU)
 Associação Caiçara Nativos da Praia de Ubatumirim (ACNPU)
 Associação de Moradores do Cambucá (Amoca)
 Comunidade Caiçara do Estaleiro
 Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis (OTSS)
 Fórum de Comunidades Tradicionais de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba (FCT)
 Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)

Coordenação geral:

Fabiana Miranda

Coordenação de Campo / Norte de Ubatuba:

Cristiano Lafeté

Pesquisadores de Campo / Norte de Ubatuba:

Ana Carolina Santana Barbosa, Guilherme Euler, Ivanildes Pereira, Luisa Vilas Boas Cardoso, Santiago Bernardes, Neimar Lourenço

Textos:

Cristiano Lafeté, Anna Maria Andrade, Gabriela Muruá, Fabiana Miranda, Santiago Bernardes

Revisão Técnica:

Vinícius Carvalho, Anna Maria Andrade ,Cristiano Lafeté

Mapas:

João Oswaldo Cruz, Nicholas Saraiva, Tiê Passos

Fotos:

Anna Maria Andrade, Cristiano Lafeté, Cristiano Braga, Eduardo Di Napoli, Felipe Scapino, Tiê Passos

Projeto Gráfico e Editoração de Imagens:

Eduardo di Napoli, Tiê Passos

Diagramação:

Eduardo Di Napoli, Tiê Passos

Ilustrações e infográficos:

Tiê Passos

Transcrição de Entrevistas:

Heloísa Vianna

OTSS - EQUIPE PROJETO POVOS**Coordenação Geral:**

Edmundo Gallo e Vagner Nascimento

Coordenação de Gestão Territorializada:

Fabiana Miranda

Coordenação de Campo / Povos:

Anna Maria Andrade, Cristiano Lafeté, Gabriela Muruá

Pesquisadores de Campo (FCT) / Povos:

Alexandre Karai Benite, Ana Carolina Santana Barbosa, Ariane Rosa Martins, Carolina Santos, Fabiana Ramos, Ivanildes Pereira, Luisa Vilas Boas Cardoso, Francisco Xavier, Guilherme Euler, Lohan dos Santos, Neimar Lourenço, Sergio Reis, Vagno Martins, Julio Garcia Karai, Santiago Bernardes

Coordenação de Comunicação:

Vinícius Carvalho, Eduardo Di Napoli, Felipe Scapino, Vanessa Cancian, Tiê Passos

Coordenação de Governança e Gestão:

Leonardo Freitas, Aline Tavares, Alessandra Bortoni Ninis

Coordenação de Justiça Socioambiental:

Marcela Cananea, Thatiana Lourival

Validadores / Movimentos Nacionais:

Julio Garcia Karai, Comissão Guarani Yvyrupa (CGY)
 Marcela Cananea, Coordenação Nacional de Comunidades Tradicionais Caiçaras (CNCTC)
 Ronaldo dos Santos, Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ)

EM MEMÓRIA:

José Pedro Vieira "Zé Pedro", Quilombo da Fazenda (1938- 2021)
 Francisca dos Santos, Comunidade da Cabeçuda (1931 -2021)

TERRITÓRIOS DO

NORTE DE UBATUBA

ÍNDICE

Projeto Povos	08
Entendendo o Pré-Sal	10
Como estes mapas são feitos	14
Como usar esses mapas a favor da comunidade	16
Territórios do Norte de Ubatuba	18
Camburi	34
Cabeçuda e Areia	50
Picinguaba e Vila Palmira	64
Quilombo da Fazenda	86
Almada	104
Praias (Estaleiro, Ubatumirim (praia), Justa, Cambucá e Vilas da Índia, Gaivotas, Rolim e Barbosa)	120
Sertão do Ubatumirim	144
MAPAS	
Norte de Ubatuba	20
Maritório	22
Camburi	48
Cabeçuda e Areia	62
Picinguaba e Vila Palmira	82
Quilombo da Fazenda	102
Almada	118
Praias (Estaleiro, Ubatumirim (praia), Justa, Cambucá e Vilas da Índia, Gaivotas, Rolim e Barbosa)	138
Sertão do Ubatumirim	158



**Pela primeira vez,
nós por nós mesmos.**

**Nós, os povos tradicionais
de Angra dos Reis, Paraty
e Ubatuba, dizendo
quantos somos, como
vivemos e o que buscamos
para a plena realização
dos nossos direitos.**



Projeto Povos: Território, Identidade e Tradição

Conheça a mais abrangente iniciativa de cartografia social já realizada na Bocaina. Protagonizada pelas próprias comunidades, caracterização envolve territórios indígenas, quilombolas e caiçaras de Angra dos Reis (RJ), Paraty (RJ) e Ubatuba (SP)

Qual é exatamente o território tradicionalmente ocupado pelos quilombolas? Quais são as condições de saneamento dos indígenas? E quais são os desafios dos caiçaras em relação ao acesso à educação? Estas são apenas algumas das informações que serão reveladas pelo Projeto Povos, iniciativa que vai colocar de vez, no mapa do Brasil, os territórios de 64 comunidades e localidades tradicionais indígenas, caiçaras e quilombolas de Angra dos Reis (RJ), Paraty (RJ) e Ubatuba (SP).

Reivindicação histórica do Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT), a realização do Projeto Povos é uma exigência do licenciamento ambiental federal, conduzido pelo Ibama, para a produção de petróleo e gás pela Petrobras na Bacia de Santos. Quem executa é o Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina (OTSS), uma parceria entre o FCT e a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

Participam também a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), a Comissão Guarani Yvyrupá (CGY) e a Coordenação Nacional de Comunidades Tradicionais Caiçaras (CNCTC), que completam o conselho do projeto com a missão de garantir que todos os direitos das comunidades sejam respeitados.

O Projeto Povos utiliza metodologias de cartografia social que permitem às comunidades desenhar, com ajuda de profissionais, mapas dos territórios que ocupam. Este tipo de mapeamento social geralmente envolve populações tradicionais e é um instrumento utilizado para fazer valer os direitos desses grupos frente a grandes empreendimentos, problemas relacionados à grilagem de terras e ao não cumprimento de leis que dizem respeito à delimitação de terras indígenas, à titulação

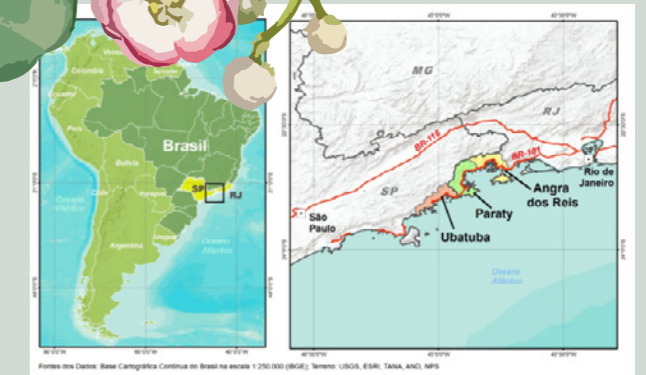
Caracterização de 64 territórios tradicionais ocorre até 2023

de territórios quilombolas e à regularização fundiária de territórios caiçaras, entre outros.

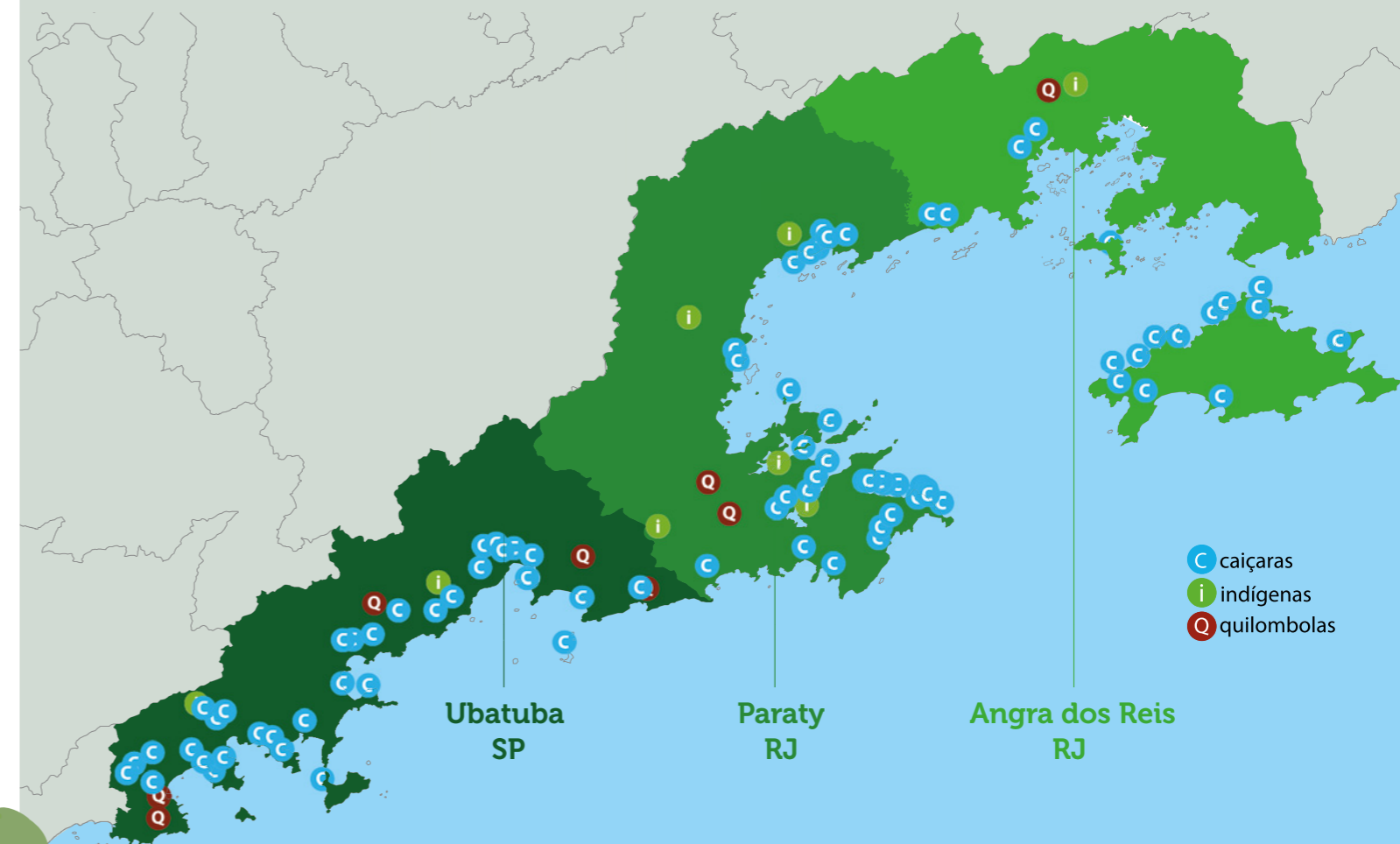
Além de informações técnicas, os mapas sociais são construídos de forma participativa e apresentam o cotidiano de uma comunidade em linguagem simples e acessível. Neles, são colocados espaços de roças, rios, lagos, casas, equipamentos sociais como unidades de saúde e escolas e outros elementos que as populações envolvidas considerem importantes. Aliás, são as comunidades que decidem o que querem caracterizar. No Projeto Povos, nenhuma informação é tornada pública sem a prévia autorização das comunidades envolvidas e das representações nacionais dos povos e comunidades tradicionais (Conaq, CGY e CNCTC).

Onde o Projeto Povos ocorre?

O Projeto Povos ocorre nos municípios de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba. Para sua realização, foram definidos 11 agrupamentos de territórios que reúnem laços culturais, ambientais e territoriais comuns. É o caso, por exemplo, do agrupamento de territórios tradicionais do Carapitanga, que partilham a mesma Sub-Bacia Hidrográfica em Paraty (RJ).



Uma observação importante é que esta organização em agrupamentos de territórios – ou microterritórios – não quer dizer que as comunidades caracterizadas não tenham fortes e profundos laços com outras comunidades. Ou seja, essa divisão apenas ajuda a organizar os trabalhos de campo do projeto.



Entendendo o Pré-Sal

O Projeto Povos é resultado de uma condicionante do licenciamento ambiental federal para a exploração de petróleo e gás na camada do Pré-Sal na Bacia de Santos. Mas você sabe o que isso tem a ver com as comunidades tradicionais?

Para que um grande empreendimento possa ser construído, ele precisa antes receber uma licença ambiental que é concedida pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Para receber essa licença, quem constrói o empreendimento tem que cumprir também uma série de condições para mitigar ou compensar seus impactos sociais e ambientais.

O Projeto Povos é uma destas condições, e foi exigido da Petrobras pelo Ibama para que as comunidades tradicionais da Bacia de Santos possam entender e se manifestar sobre potenciais impactos da exploração de petróleo na Bacia de Santos sobre seus territórios. Outro objetivo é disponibilizar mais informações sobre as comunidades para que suas reivindicações possam ser levadas em conta pelo Ibama quando houver algum novo pedido de licença para grandes empreendimentos na região.

Pré-sal é um tipo de petróleo extraído de camadas ultraprofundas embaixo do mar

O que é o petróleo?

O petróleo é um recurso natural muito importante na produção de energia em todos os países do mundo. Além de ser combustível utilizado nos veículos de transporte – carro, ônibus, caminhão, avião – ele também está presente no plástico que compõe muitos dos equipamentos eletrônicos (como celulares, computadores) e eletrodomésticos, além de ser muito utilizado em embalagens. Tem petróleo também em cosméticos (como batons), pasta de dente e até em roupa.

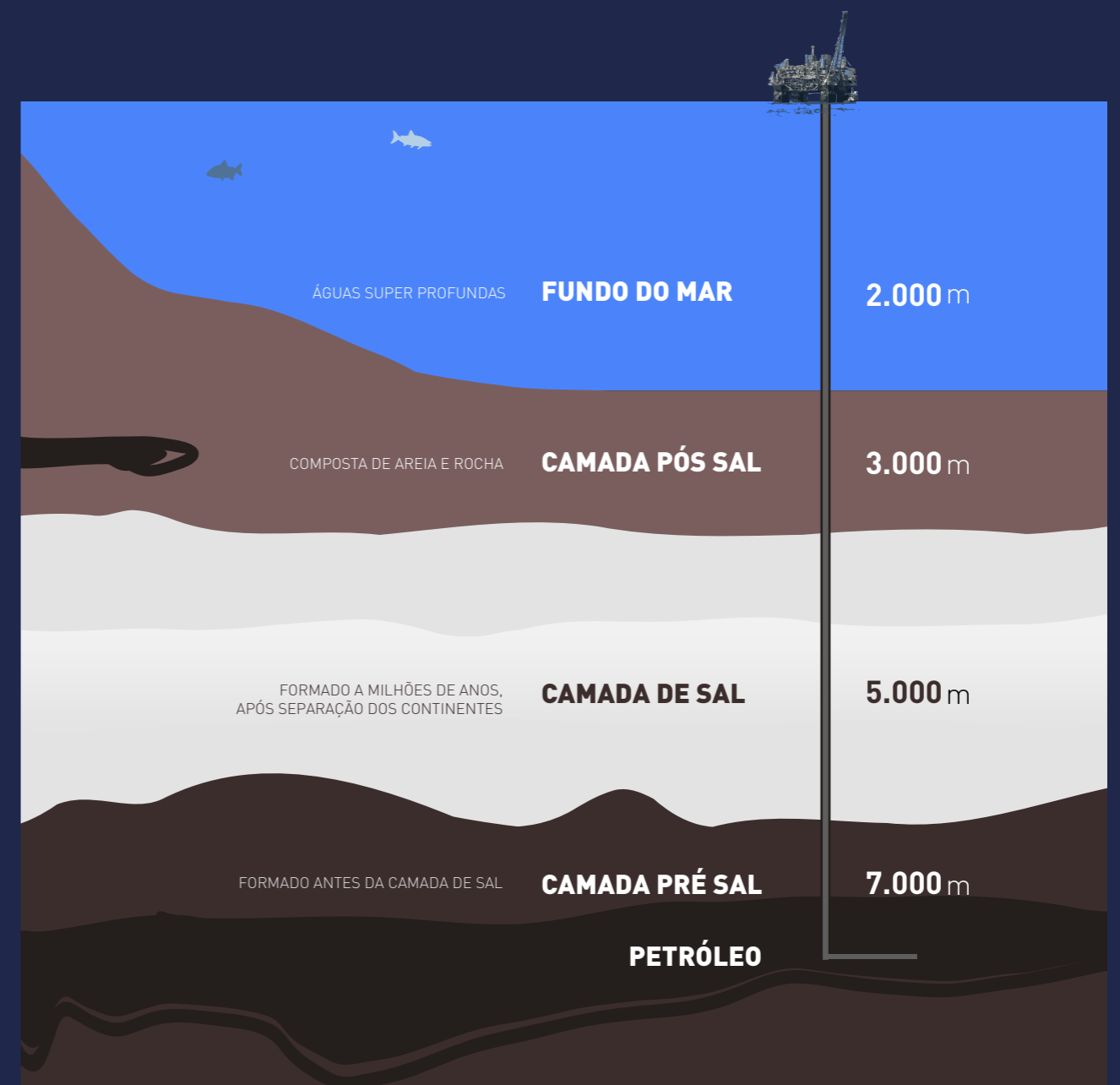
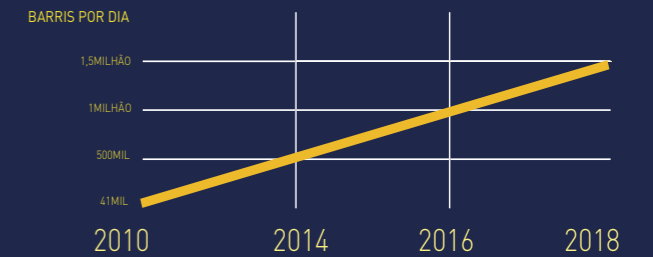
1984
PÓS-SAL
4.108
POÇOS
500 MIL
BARRIS POR DIA

2018
PRÉ-SAL
77 POÇOS
1,5 MILHÃO
BARRIS POR DIA

O que é o Pré-sal?

O Brasil não era considerado um país importante na produção mundial de petróleo até a descoberta do Pré-sal, em 2007. Pré-sal é um tipo de petróleo extraído de camadas profundas embaixo do mar. Como se vê na ilustração abaixo, esse petróleo está localizado em um agrupamento de rochas localizadas em águas ultra profundas em baixo de uma camada de sal, por isso pré-sal. Ou seja, “antes do sal”.

Produção média de petróleo no Pré Sal



Onde fica o Pré-sal?



A área de influência do pré-sal mede cerca de 800 quilômetros de comprimento e 200 quilômetros de largura e está entre os estados de Santa Catarina e Espírito Santo, passando, também, por territórios tradicionais localizados no litoral norte de São Paulo e sul do Rio de Janeiro.

O volume produzido por poço no pré-sal da Bacia de Santos, onde estão essas populações, está muito acima da média da indústria de óleo e gás. Dos dez poços com maior produção no Brasil, nove estão localizados nessa área.

O que tem no pré-sal?

Para se ter uma noção do que significa a descoberta do pré-sal, é possível que o Brasil duplique sua produção de petróleo em aproximadamente 10 anos. Entre 2006 e 2007, as reservas do país somavam cerca de 14 bilhões de barris de petróleo. Com essa descoberta, é possível que as reservas atinjam entre 50 a 80 bilhões de barris. Cada barril de petróleo tem o volume aproximado de 158,98 litros.

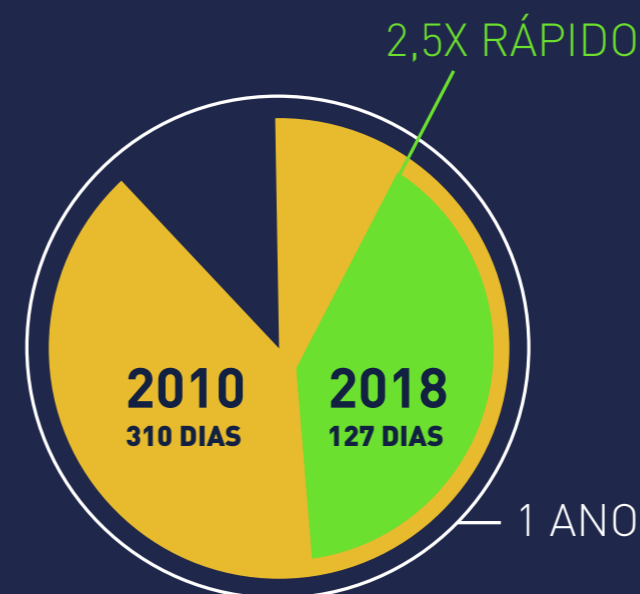


O que isso significa para as comunidades?

É tão grande a estrutura necessária para a exploração do petróleo no mar que faz com que o Pré-sal seja definido como um Megaempreendimento, já que ele altera a dinâmica social, econômica, cultural e ambiental das cidades litorâneas onde ficam as reservas do Pré-sal.

Isso significa dizer que, além do risco de vazamentos, a estrutura do Pré-sal gera como consequências alterações no território marinho como, por exemplo, o aumento do número de grandes embarcações, mudanças no comportamento de cardumes e ampliação de portos para atender a demanda de transporte.

Tempo médio de construção de poços marítimos



E, também, alterações terrestres tais como o aumento do número de pessoas vindas de fora, que chegam para trabalhar na exploração de petróleo sem que haja, por vezes, uma melhoria equivalente na infraestrutura local como mais hospitais e escolas.

Como o licenciamento do Pré-sal funciona?

Megaempreendimentos como o Pré-sal precisam cumprir dois procedimentos legais para poderem se instalar em uma região. O primeiro é a Avaliação de Impactos Ambientais e o segundo é o Processo de Licenciamento Ambiental. A partir daí é feito o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), que ajudam o Ibama a decidir se dá ou não a licença.

Depois, é necessário realizar audiências públicas para ouvir o que a população e o poder público têm a dizer sobre o empreendimento. No território da Bocaina, essas audiências aconteceram nas Etapas 1, 2 e 3 do Pré-sal. Sim, já estamos na etapa 3 desse empreendimento.

Esses procedimentos têm como objetivo avaliar os impactos causados pelo Pré-sal e propor condicionantes e compensações que amenizem ou compensem os impactos ambientais e sociais causados pela sua instalação.

Como estes mapas são feitos?

Com a participação de pesquisadores indígenas, caiçaras e quilombolas, o Projeto Povos mapeia só o que as comunidades querem caracterizar. Conheça, passo a passo, como se dá essa construção coletiva.

1) Chegança

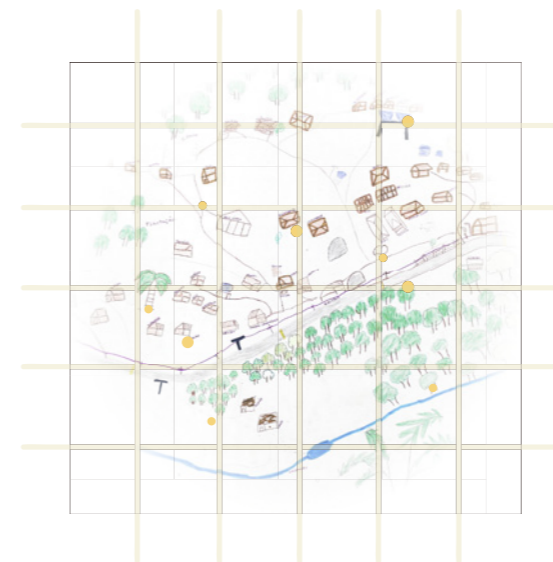
Realizada com a participação do Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT), a “chegança” é o passo inicial da caracterização. Ela envolve lideranças e articuladores locais para esclarecer dúvidas sobre o projeto e para garantir que os mapas sejam construídos por muitas mãos.

2) Mapa Falado

Nessa atividade, a comunidade é convidada a fazer um desenho livre, em um papel em branco, representando seu território. Neste desenho, o território e seus elementos vão surgindo a partir do exercício da memória e da definição, pela própria comunidade, do que ela quer e acha importante que seja caracterizado.



Ícones dos mapas do Projeto POVOS



3) Localizando o território no mapa

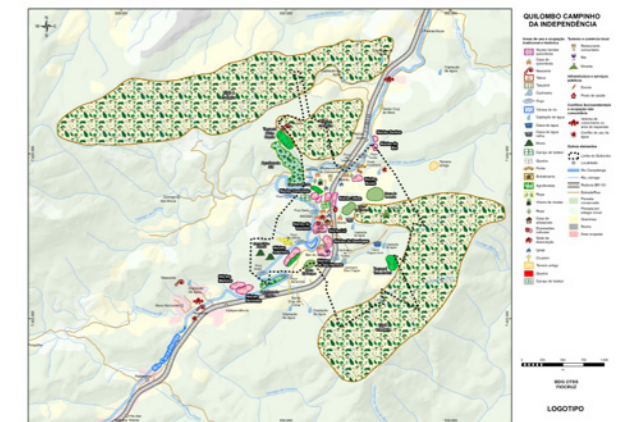
A etapa seguinte consiste na transposição do mapa falado para uma foto de satélite, localizando os elementos do desenho em uma base georeferenciada. Nesta etapa, o objetivo principal é garantir que os participantes consigam dimensionar seu território em um mapa e visualizar demais delimitações territoriais já estabelecidas por órgãos governamentais, como Unidades de Conservação e demarcações já realizadas.

4) Refletindo o Território

Depois, é hora de apresentar à comunidade a primeira versão do mapa final e validar com os participantes cada dado coletado. Um momento, também, para corrigir eventuais erros e acrescentar informações importantes que não tenham aparecido nas etapas anteriores.

5) Nosso mapa

A última etapa se divide em dois momentos. O primeiro consiste em revisitar o material produzido durante toda a caracterização e validar coletivamente o mapa final. Em sequência, a comunidade define quais informações quer que se tornem públicas e quais prefere que sejam de uso restrito da comunidade.



6) Ganhando o mundo

Percorrido esse caminho, o material segue para impressão e é devolvido para as comunidades. Também validadas pelas comunidades e suas representações nacionais, as publicações finais são distribuídas para bibliotecas e órgãos de governo e da sociedade civil cuja atribuição seja zelar pelos direitos dos povos e comunidades tradicionais da Bocaina.



Como usar estes mapas a favor das comunidades

Os mapas construídos pelas comunidades são instrumentos de promoção de direitos. Entenda algumas das formas como eles podem ser utilizados para a defesa dos territórios tradicionais

Garantia de territórios:

O projeto não assegura que haverá titulação, demarcação ou regularização fundiária de territórios tradicionais. Mas irá contribuir para que as reivindicações das comunidades cheguem aos órgãos competentes responsáveis por fazer isso.

Acesso a políticas públicas:

O projeto também não construirá infraestruturas nas comunidades, mas vai contribuir para levar ao conhecimento dos governos e órgãos públicos qual é a situação de cada comunidade em relação a serviços e equipamentos públicos nas áreas de educação, saúde, saneamento, trabalho e renda, entre outras decididas pelas próprias comunidades.

Qualificação de licenciamento ambiental:

Outra conquista importante é que estes dados passarão a ser consultados pelo Ibama quando houver uma nova solicitação de licença ambiental para grandes empreendimentos que possam impactar as comunidades tradicionais de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba.

Segurança alimentar e nutricional:

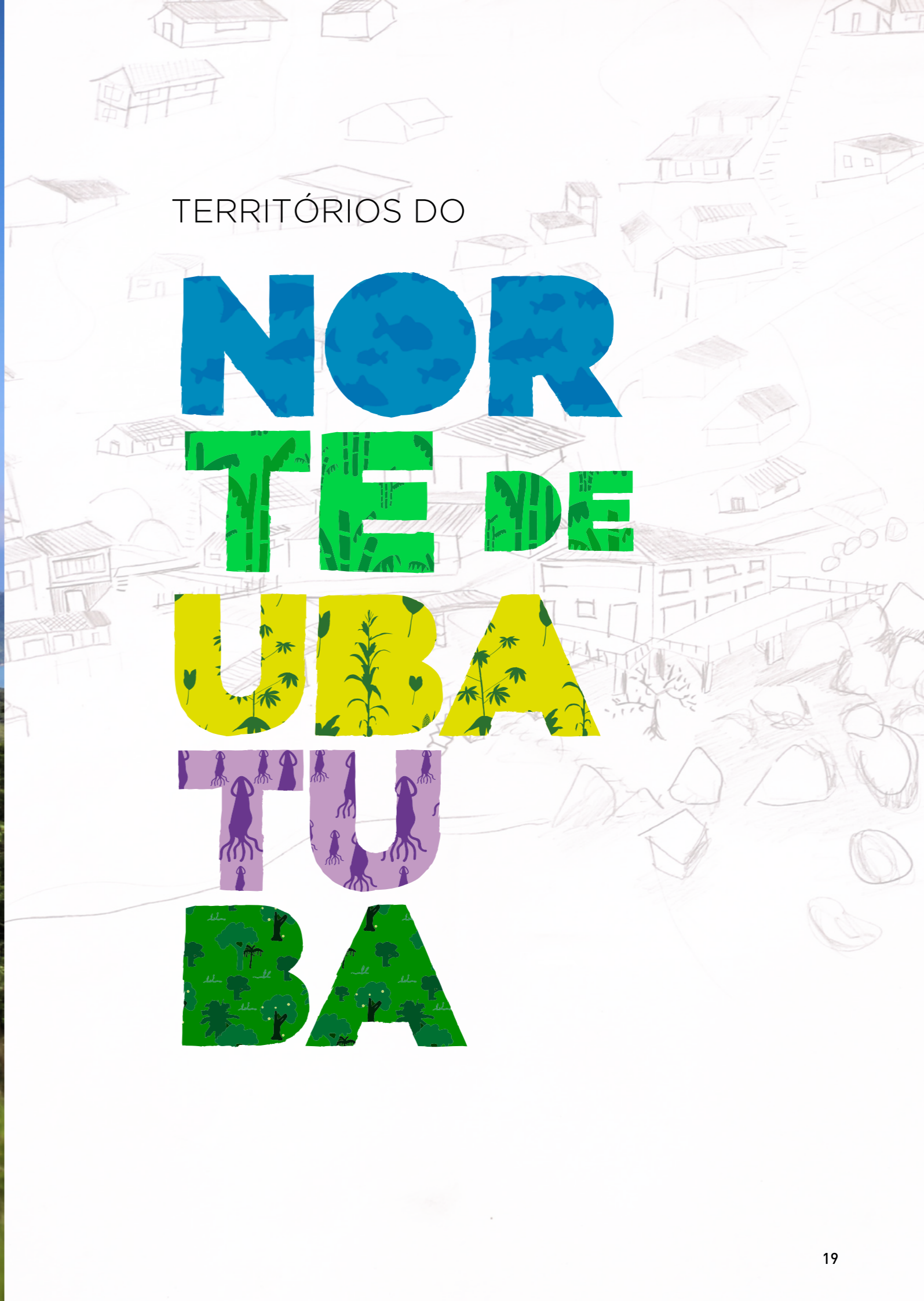
O projeto permitirá às comunidades ampliarem seus conhecimentos sobre as espécies agrícolas manejadas por elas e também por suas comunidades vizinhas. Isso fortalece o conhecimento do território e facilita possíveis trocas de sementes e de técnicas de plantio.

Práticas de saúde:

O projeto permitirá também às comunidades ampliarem seus conhecimentos sobre as práticas de cuidado corporal e espiritual utilizadas por ela e por suas comunidades vizinhas. Isso também facilita possíveis trocas de sementes e de conhecimentos em relação a procedimentos de cura e prevenção a partir das plantas medicinais.

Fortalecimento do FCT:

O mapa feito pela comunidade contribuirá também para fortalecer as bandeiras de luta do Fórum de Comunidades Tradicionais nas áreas de Turismo de Base Comunitária, Educação Diferenciada, Saneamento Ecológico, Economia Solidária e Agroecologia e a combater todas as formas de racismo e violência contra as comunidades.



TERRITÓRIOS DO

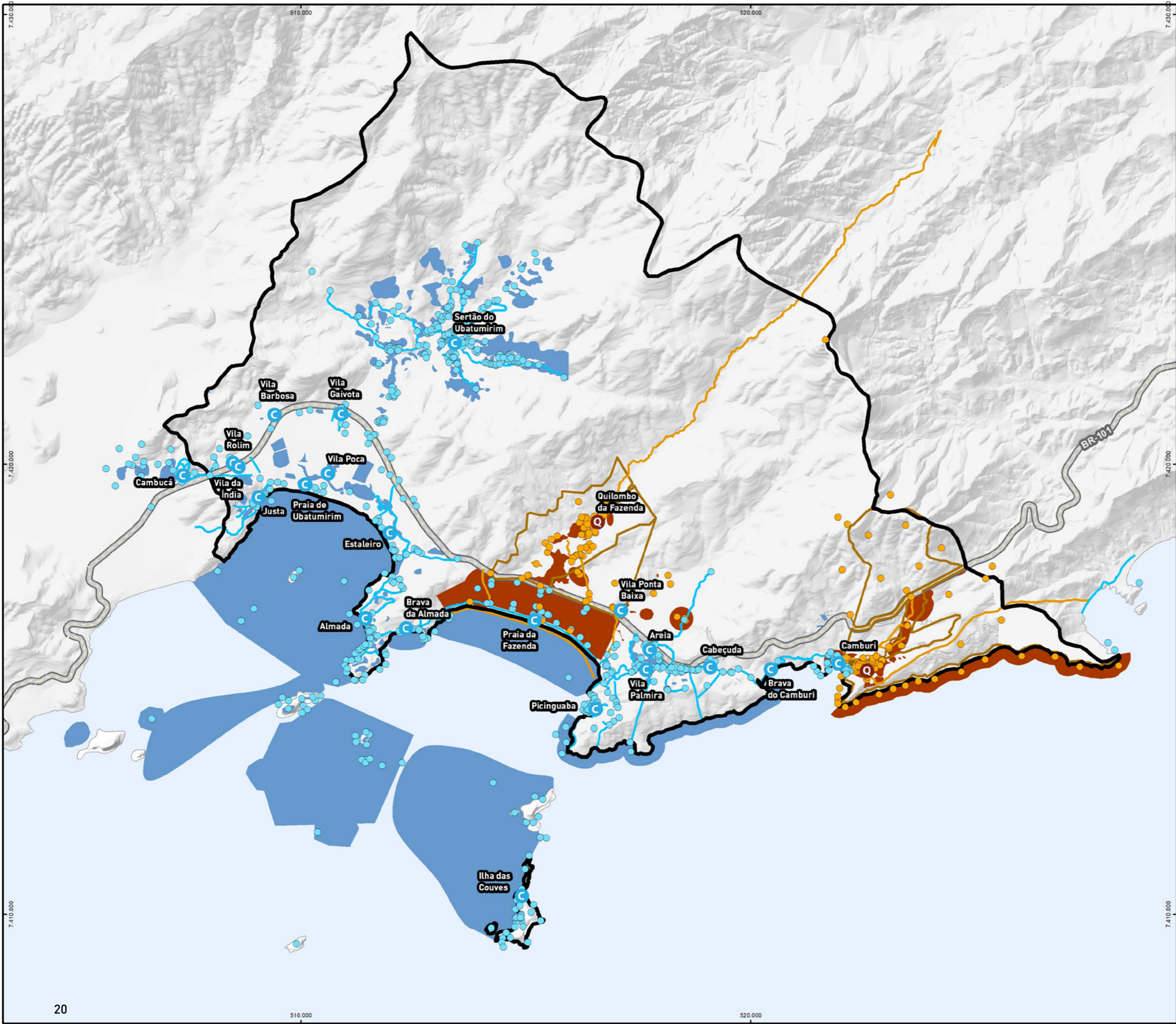
NOR

TEDE












UBA

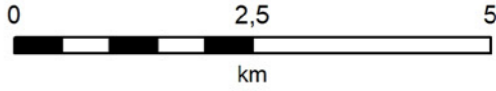
TU

BA

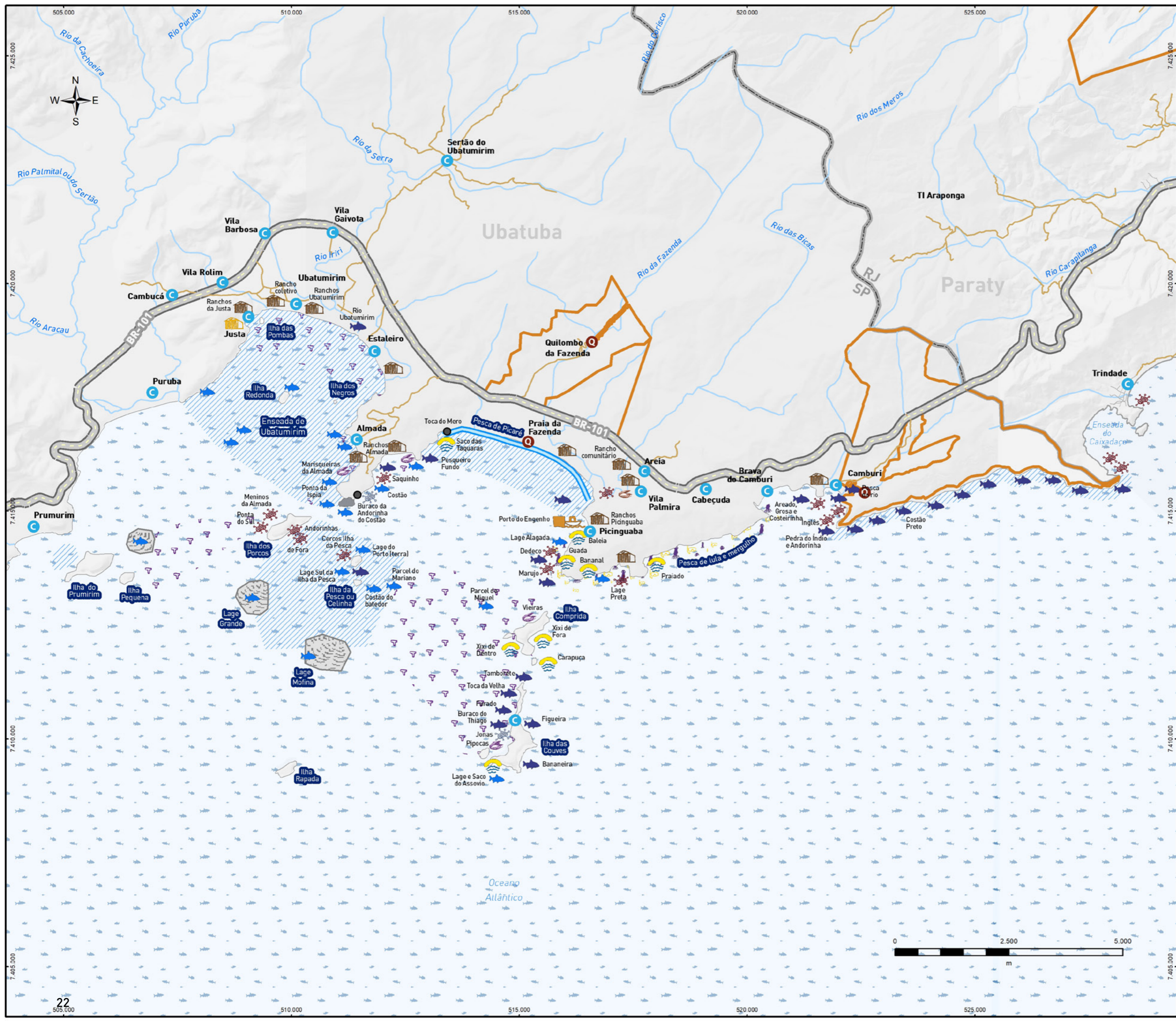


TERRITÓRIOS TRADICIONAIS NO MICROTERRITÓRIO NORTE DE UBATUBA

-  Limite Microterritório Norte de Ubatuba
- Povo**
-  Caiçara
-  Quilombola
-  Terra Quilombola
- Locais de ocupação e uso tradicional**
-  Caiçara
-  Quilombola
- Relações e fluxos intercomunitários, rotas de pesca e comércio**
-  Caiçara
-  Quilombola
- Territórios e áreas de uso tradicional**
-  Caiçara
-  Quilombola
-  Rodovia BR-101



MARITÓRIO DO MICROTERRITÓRIO NORTE DE UBATUBA



- Comunidades Tradicionais**
- Caicara
 - Quilombola
 - Terra Quilombola
- Áreas, recursos alvo e técnicas de Pesca**
- Buraco; Toca
 - Cerco de pesca
 - Cerco de pesca antigo
 - Lajes e parciais
 - Maricultura familiar
 - Marisqueira
 - Pedra
 - Pesca de ostra
 - Pesqueiros; Local de pesca
 - Porto
 - Rancho de pesca
 - Rancho de pesca comunitário
 - Saco
- Outros elementos**
- Pesca na praia
 - Pesca de lula e de mergulho
 - Áreas principais de pesca artesanal
 - Laje
 - Área de Turismo de Base Comunitária (TBC)
 - Pesca artesanal
 - Rodovia BR-101
 - Estrada, rua
 - Rio
 - Limite Estadual



Caminhos e costumes

Esta publicação compreende a caracterização dos territórios tradicionais do litoral norte paulista localizados entre a divisa com o estado do Rio de Janeiro, ao norte, e as localidades do Cambucá e da Praia da Justa, ao sul; compreendendo praia e sertão. Engloba 15 comunidades/localidades, entre caiçaras e quilombolas, que, em comum, possuem relação ancestral com a terra, a roça, a mata e o mar.

O processo de caracterização demonstrou os fluxos de relações simbólicas e trocas dessas comunidades entre si e, delas, com outros territórios da área de abrangência do Projeto POVOS. Foram apontados trilhas e caminhos de servidão que, historicamente, ligam o norte de Ubatuba aos municípios de Paraty, no estado do Rio de Janeiro; e a Cunha e São Luís do Paraitinga, em São Paulo; além de rotas marítimas para comércio e troca de mercadorias entre as comunidades e o centro da cidade.

Pelos caminhos tradicionais, circulam histórias, saberes e técnicas; formam-se famílias e sítios; estruturam-se territórios tradicionais. As histórias de vida nos contam como se constituíram vilas e como se formaram comunidades. Algumas comunidades desenharam mapas históricos que remontam ao século XIX. Há também histórias que vêm “de muito antigamente”. Senhores e senhoras “mais velhos”, mestres e griôs caiçaras e quilombolas – que ali pescam, plantam, manejam a floresta, fazem artesanato, música, dança, canoa, remo, cerco – contam histórias de como seus

avôs e bisavôs já ocupavam os territórios. Contam, também, histórias das pessoas que chegaram e saíram por trilhas que ligam as comunidades a outras localidades de um vasto território de Mata Atlântica.

“ (...) mas o que eu quero dizer pra você é que nós, sendo nativos de Picinguaba, antes da BR, antes dessas coisas, o que acontecia? Nós vivíamos da pesca e vivíamos da lavoura... e era super abundante, a vida era melhor, a vida era mais tranquila, não tinha tanta doença, não tinha tanta poluição... não é? Aí depois que entrou a BR, que veio pra cá, aí já vieram as proibições e, começou a vida já a mudar um pouco. Mas até aí o povo vivia da pesca e vivia da lavoura... e não tinha os problemas que estão tendo hoje, como proibição



de pescar, como proibição de plantar... não é? Através do Ibama, da Florestal... até que nós somos educados sobre o meio ambiente, sabemos que é muito importante pra nós, mas só que veio muita prejudicação pra nós... hoje não podemos ter documento da nossa terra, não podemos ter... é... tudo errado pra nós... tá tudo, assim... mudando tudo, assim, a nossa vida de uma forma errante, né? Só que fazer o quê? Que que nós

devemos fazer? Sendo que a vida mudou pra pior depois que tudo isso veio pra nossa vida, né? Mas até nós, os caiçaras tradicionais, vivíamos muito bem e estamos nos esforçando pra viver melhor ainda, não é?

Seu Amarildo dos Santos, Sertão da Picinguaba, 57 anos



“ (...) quando nós plantávamos e pescava, a gente fazia trocas, um trocava seu alimento com aquele que não tinha, quem tinha farinha trocava com o peixe, quem não tinha o peixe trocava com a banana e assim sucessivamente. Então, vivíamos de troca! Nós tínhamos tudo na roça, na cidade comprava pouca coisa. Com a chegada da BR, a nossa vida ficou um pouco bagunçada, a BR chegou justamente com uma bagagem muito grande, aí essa troca já não existia mais, esse plantio já não existia mais (...) E a BR trouxe uma bagagem, ela trouxe coisas boas e ruins também. Ela trouxe comunicação que não tínhamos (...) ela trouxe energia, ela trouxe a estrada, porque antes a gente não tinha nenhum meio de transporte, nós fazíamos uma caminhada para Paraty de 9 horas, fazíamos até Ubatuba de 12 horas, então era bem difícil mesmo, ninguém nem saía. Se alguém ficava doente ou alguém precisava de um médico ou alguém de uma parteira, a gente tinha que se virar por aqui mesmo com nossas plantas medicinais e com parteira do local mesmo, então a BR ela trouxe esse benefício, né? Mas ela também trouxe coisas ruins, veio a

especulação imobiliária, veio os grileiros, grilando a terra dos caiçaras e dos quilombolas, a especulação imobiliária, os poderosos querendo nos engolir vivo e a gente ficou numa situação difícil, onde chegou um tempo em que nós achávamos que nós tínhamos que sair para que essas pessoas pudessem ficar.”

Laura Braga, Quilombo da Fazenda, 64 anos.

A estrada e os conflitos

A noção “caminho” é também definidora de um marco temporal determinante à resistência e permanência das comunidades em seus territórios: a chegada da BR 101, na década 1970. Os relatos coletados revelam o medo em seguir com as práticas tradicionais e seus modos de vida; a perda da tradição de transmissão de saberes de forma oral, com os pais não mais ensinando aos filhos as múltiplas artes relacionadas à vida entre mar e floresta. A insegurança relacionada à permanência nos territórios e à própria possibilidade de reprodução do modo de vida é evidenciada, nas entrevistas, por falas veladas; e na quantidade de áreas apontadas como “antigas” nos mapas construídos.

Tratam-se de espaços historicamente utilizados para as roças; para o manejo florestal; para o extrativismo de alimentos e de material para artesanato, canoa, remo etc. Há também apontamentos

de ruínas de construções utilizadas no processo produtivo e do trabalho das comunidades tradicionais, tais como casas de farinha e ranchos.

Outro impacto relevante causado pelo processo de desenvolvimento hegemônico, trazido pela estrada e como consequência da implantação de grandes empreendimentos, é a migração aos centros urbanos. Tradicionalmente, as famílias caiçaras e quilombolas se constituem em núcleos; à medida em que os filhos e filhas vão se casando, novas casas são construídas próximas à casa dos pais e os quintais são compartilhados. Porém, com a proibição de novas construções, da ampliação de áreas de roças, da criação de galinhas e porcos etc; pelo medo causado pela criminalização das práticas tradicionais, os filhos buscam trabalho e moradia nos centros urbanos; afetando, assim, a transmissão de conhecimentos e gerando perda de identidade.

Caminhos da resistência

As trilhas e caminhos percorridos desde sempre por esses povos aparecem, agora, como uma importante ferramenta em sua resistência, para superar os conflitos socioambientais e enfrentar os impactos dos grandes empreendimentos. As comunidades, organizadas em associações e articuladas ao FCT, apresentam soluções aos conflitos em diálogo constante com o Ministério Público, os órgãos ambientais federal, estadual e municipal, a prefeitura e outros atores sobre os territórios. Dentre as soluções apresentadas,

está o Turismo de Base Comunitária (TBC), que traz como atrativos, além das trilhas e da beleza natural, as visitas de reconhecimento das práticas tradicionais como práticas agroecológicas; a gastronomia local, baseada na pesca e na roça; as histórias contadas pelos mestres e griôs, que são ouvidas, também, pelos mais jovens locais; a organização da juventude em torno dos “serviços prestados”, que os leva a refletir e conhecer sua história; as apresentações culturais de grupos de fandango, jongo e outras expressões tradicionais; as corridas de canoa caiçara, entre outros.

O processo de caracterização buscou demonstrar e apoiar a organização comunitária em processos que ainda estão em curso, como o ordenamento do TBC na comunidade caiçara da Picinguaba e Ilha das Couves – acordo que envolve, ainda, as comunidades da Almada, Estaleiro e Ubatumirim; a participação na construção do Plano de Manejo da APA Marinha do Litoral Norte de SP; e a negociação da comunidade quilombola da Fazenda com o Parque Estadual da Serra do Mar para a estruturação e operação do TBC e o reconhecimento das práticas agroecológicas.

No próximo tópico, seguiremos os caminhos das comunidades, trazendo os resultados do processo de caracterização em cada uma delas, organizadas em grupos conforme trabalhados nas oficinas, da seguinte forma:

1. Quilombos: Camburi; Quilombo da Fazenda; Localidades da Cabeçuda e Areia; **2.** Picinguaba; Vila Palmira; **3.** Grupo Praias e Vilas: Ubatumirim, Justa, Cambucá e Vilas; Estaleiro; Almada; **4.** Sertão do Ubatumirim.



**Resumo das ações do
Projeto POVOS nos
territórios do Norte de
Ubatuba**

+de
100 comunitários
participando ativamente

116 elementos mapeados
na cartografia social

30 entrevistas realizadas

1 partilha
de Turismo de Base Comunitária (TBC)

9 oficinas
de caracterização

16 mapas falados

13 mapas de satélite

30 atividades de
mobilização e campo

6 cirandas infantis





TERRITÓRIOS DO

NORTE DE UBATUBA

Resultados por território tradicional



Camburi



O território do Camburi abriga as comunidades litorâneas mais ao norte do estado de SP e sua história remonta ao Século XVIII com a chegada de fazendeiros europeus e africanos escravizados, conforme o “Relatório Técnico-Científico sobre os remanescentes da comunidade do Quilombo do Cambury”, do Instituto de Terras de São Paulo (Itesp, 2002).

Nele, vivem quilombolas e caiçaras que se instalaram no local ainda no século XIX. Os quilombolas são descendentes de antigos núcleos de escravos da região e possuem relações familiares e afetivas com outros quilombos, tais como o Campinho da Independência, em Paraty, e o Quilombo da Fazenda, em Ubatuba. Já os caiçaras, que também se encontram ali há gerações, têm vínculos identitários e origem ligados a comunidades como Trindade, em Paraty, Praia Brava do Camburi e Picinguaba, em Ubatuba, entre outras.

“ O Quilombo do Camburi, pra mim, é meu território! onde meus antepassados moraram e cultivaram alimentos, onde hoje vejo que está tudo se perdendo aos poucos... especulação imobiliária, com o turismo de massa devastando tudo aquilo que preservaram com tanto carinho. Meus avós contam até hoje que aquela época era rico (fartura) em tudo que tinham, alimentos entre peixe, roçado, plantas medicinais, criações de animais... eles sempre trocavam alimentos

entre eles, eles também trocavam de moradias em todo canto do Camburi. Tem histórias que eles moraram em cada cantinho do Camburi, na praia, no morro, do lado da cachoeira, etc... gostavam de morar em todo lado (rs). O Quilombo pra mim é minha história de vida, é o que eu vivo e que os meus irão viver”

Queli Lúcio Iartelli, Quilombo do Camburi

Os relatos locais informam que os usos tradicionais ultrapassam os limites estabelecidos pelos órgãos oficiais (Itesp, Incra, Fundação Florestal de SP e ICMBio), estendendo-se serra acima, em direção às nascentes dos rios e riachos que abastecem as comunidades, com a utilização de recursos da mata em áreas que hoje estão sobrepostas pelo Parque Estadual da Serra do Mar (PESM/FFSP) e Parque Nacional da Serra da Bocaina (PNSB/ICMBio). As trilhas de acesso, anteriores à chegada da BR, levam à Trindade, à Praia Brava e conectam-se a outras trilhas e caminhos, de destinos mais distantes. A Praia Brava é importante local de uso da comunidade do Camburi e da localidade da Cabeçuda (próxima a ser descrita). Nela há atividades de pesca, turismo, prática do surf, entre outros.

No acesso principal ao Camburi, encontra-se o ponto de integração das linhas de transporte urbano de Ubatuba com as linhas de Paraty, onde há também um bar. Do outro lado da rodovia, está estacionamento e acesso à cachoeira da Escada. Logo no início da “descida” pela estradinha que leva aos núcleos familiares, passamos por uma agrofloresta recheada de palmeiras juçara e várias outras espécies de frutas, paus e ervas da Mata Atlântica. O caminho vai revelando riachos e corredeiras, passando por trilhas e caminhos de servidão que dão acesso às moradias e quintais quilombolas, até chegar à praia, onde também estão uma antiga capela, o campo de futebol, a escola, o posto de saúde, o Centro Cultural e o cemitério.

“ Somos todos familiares independente de praia e morro; está no sangue e na luta. Então, pra mim, eu não faço diferença de praia e quilombo, porque o que a praia tem são os peixes, turismo para se manter no decorrer do ano, e o que o quilombo tem que é a terra onde faz o roçado e agrofloresta, enfim...E isso pra mim é uma vivência maravilhosa

de poder ter o privilégio de morar em uma comunidade tão rica de história e natureza”

Queli Lúcio Iartelli, Quilombo do Camburi



Lugares da Comunidade



<i>Tipo</i>	<i>Descrição</i>
Rio	Camburi
Trilha	Trilha da Pedra Chata
	Trilha Cachoeira Camburi
	Trilha Cachoeira do Tombador
	Trilha Canto da Bica
	Trilha da Praia Brava
	Trilha do Baú
	Trilha do Curisco
	Trilha Jatobá
	Trilha Sapateiro
	Trilha Trindade
Cachoeiras	Cachoeira Três Poços
	Cachoeira Três Pocinhos
	Poço do Amor
	Cachoeira da Escada
Barra/Foz de rio	Canto da Barra
Casa de Farinha	do Gilmar
	Casa de Farinha
Cercos Flutuante	Cercos do Inglês
	2 (dois) cercos identificados, sem nome
Pesqueiros	Pesqueiro Pedra do Índio
	Pesqueiro Andorinha
	Pedra chata
	Costeirinha
	Grosa
	Areado
	Pesqueiro Costão Preto
	9 (nove) pesqueiros identificados, sem nome
Ranchos	2 (ranchos) caiçaras
Mina	Extração de barro para confecção de panelas do seu Inglês
Atividade Econômica	Antiga serraria
Local histórico	Cemitério



Pesca, agricultura e extrativismo

Caiçaras e quilombolas pescam, plantam e coletam nos territórios e no maritório do Camburi “desde sempre”. Porém, por restrições impostas pelas UC’s, parte das práticas tradicionais de pesca, roçado e extrativismo está em risco.

O Quilombo do Camburi, assim como diversas outras comunidades da região da Bocaina, foi palco de trabalho do “Projeto Juçara”, que buscou resgatar práticas tradicionais de manejo florestal e dar significado a tais práticas, trazendo o linguajar acadêmico e promovendo, assim, a agroecologia na região. O Quilombo maneja algumas agroflorestas, de onde são coletados alimentos e insumos ao artesanato e à confecção de instrumentos para a pesca.

O quadro abaixo apresenta algumas das espécies vegetais plantadas e/ou manejadas no Camburi:

Juçara
Mandioca
Cambuci
Cana
Abacaxi
Cará
Batata
Feijão
Banana
Milho
Agrofloresta (mais de 20 espécies, entre arbóreas, adubos verdes e frutíferas)

“ O seu Inglês falava assim: ‘tinha muita fartura. Fartura era tanta que o dinheiro estragava. A gente ia na cidade vender farinha, vender peixe, e voltava com o dinheiro, que não tinha serventia aqui. As notas estragavam com o tempo

Santiago Bernardes, membro da equipe Povos, caiçara e morador do Camburi



Habitação e organização territorial

O Camburi se estrutura em núcleos familiares, com quintais tradicionais (agroecológicos) entre as casas dos parentes. Ali vivem cerca de mil pessoas. Ainda é possível encontrar construções tradicionais em pau-a-pique, casas de farinha familiares e pequenos roçados de subsistência.

Na praia, há alguns ranchos de pesca no canto direito (de quem olha para o mar), que servem aos pescadores locais. A maior parte das estruturas destinadas ao turismo também se encontra próxima à praia, mas há algumas casas e hospedagens junto à mata, em área do quilombo.



Práticas de cuidado e saúde

Os relatos da caracterização falam sobre o uso de ervas medicinais e os cuidados com a saúde dos povos do Camburi. Ainda hoje se preservam os saberes do poder de cura da mata, das ervas, paus e raízes. Porém, após a chegada da BR, que facilita a ida ao atendimento médico no centro cidade; e com a presença de equipes da Estratégia Saúde da Família e Posto de Saúde, parte das práticas tradicionais ameaça desaparecer.

Entrevistas realizadas com griôs e mestres, os “mais velhos”, no Camburi e em outras comunidades do Norte de Ubatuba, informam de um tempo em que se adoecia menos e de cuidados mais fáceis e afetuosos.

Associações Comunitárias

O Camburi está organizado em duas associações: “Associação dos Remanescentes do Quilombo do Camburi” (ARQC); e “Associação de Moradores e Amigos do Camburi” (AMAC Camburi). Ambas as associações estão ativas, possuem sedes e reúnem-se com frequência para debater as questões das comunidades



Festas e Celebrações

Festa do café de cana: a celebração da antiga cultura agrícola do plantio de café e cana, pois não tinha açúcar e adoçava-se o café passado com caldo de cana quente. É tradicionalmente realizada em novembro.

Festival das Culturas Tradicionais: realizado em julho, reúne indígenas, caiçaras e quilombolas.

Festa da Consciência Negra, em 20 de Novembro

Ameaça causada pela abertura da BR 101

O território do Camburi é cortado pela BR 101. Como apontado nos mapas da cartografia social, os usos tradicionais da mata; o acesso às nascentes; e os caminhos que levam a outros quilombos e a outras comunidades caiçaras com quais as famílias do Camburi têm relação histórica, evidenciam o efeito maléfico da estrada ao servir como limitador geográfico. Há, também, a limitação ao acesso à Toca da Josefa, local de importância histórica, tanto para o Camburi, quanto para outras comunidades, como a Trindade. A estrada é também responsável pela ampliação da especulação imobiliária e do turismo de massas, além da implantação de UC's de proteção integral, que, ao praticar 'racismo ambiental', criminaliza práticas e usos tradicionais sobre os territórios.

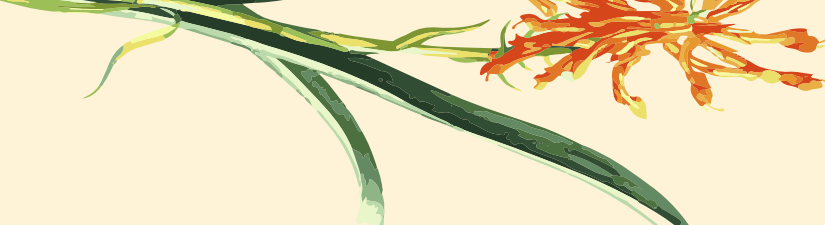
Acesso a Serviços Públicos e Renda

- Posto de saúde com funcionamento regular e presença de equipe da ESF
- Na comunidade há uma escola de educação infantil e ensino fundamental I. As crianças e jovens do Camburi frequentam a escola do Puruba, no fundamental II e devem ir para o Centro para continuar os estudos no ensino médio.
- Transporte público municipal – o ônibus chega até o Posto de Saúde, já próximo à praia. Na entrada da comunidade, onde começa a precária estrada de acesso que leva ao quilombo e à praia, há, também, o ponto final de duas linhas, sendo uma de Ubatuba e outra de Paraty – é onde as duas linhas se conectam, integrando os dois municípios.
- Sistemas familiares de saneamento implantados pelo PESM, com recurso do Fundo de Recursos Hídricos (FEHIDRO) no Quilombo.
- Coleta de lixo regular, porém a comunidade informa que, durante a temporada de verão, a coleta não da conta do volume gerado.

Bandeiras de Luta do FCT nas comunidades

A agroecologia – ou agricultura tradicional – é praticada no Camburi. Os agricultores contribuem com os debates e partilhas promovidos pelo FCT. A pesca artesanal também está representada no Camburi, estabelecendo a relação mata e mar tão comum na região. Além disso, o TBC é incentivado com formação de guias jovens locais, visitas guiadas ao quilombo e contação de histórias com griôs, entre outras atrações do roteiro. O Camburi recebe, ainda, o apoio da coordenação de Justiça Socioambiental do OTSS na negociação de conflitos com unidades de conservação e/ou especuladores imobiliários/fundiários.





UCs sobrepostas e criminalização de práticas tradicionais

O território tradicional do Camburi está, em sua totalidade, sobreposto pelo Parque Estadual da Serra do Mar (UC de Uso Restritivo) e, parcialmente, sobreposto pelo Parque Nacional da Serra da Bocaina (UC de Proteção Integral). As unidades de conservação afetam diretamente o modo de vida neste território. Ainda que o Plano de Manejo do PESM, de 2006, reconheça a área do quilombo como Zona Histórico Cultural Antropológica (ZHCA) - o que permite acordos de manejo tradicional - a relação das comunidades do Norte de Ubatuba com a UC é conflituosa desde a anexação do Núcleo Picinguaba, em 1984. Comunitários afirmam ser necessária a atualização e revisão dos estudos e denuncia, ainda, que o Plano de Manejo tem mais de 10 anos e não passou por revisão, como preveem as regras do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).



“ Em 2004, foi elaborado o Plano de Uso Tradicional do Camburi (PUT), que estabeleceu sub-zonas nas quais atividades como moradia, agricultura e extrativismo podem ser realizadas a partir de alguns condicionantes. O Plano de Manejo do PESM (2006) prevê o desenvolvimento sustentável através da regulamentação do extrativismo como uma das atividades prioritárias para a geração de renda local e regional, uma vez que a utilização destes recursos está na base da construção cultural e social das comunidades locais”.

Julia S Vilela, Amanda R Faro, Eliane Simões. Elaboração participativa do Acordo de Manejo de produtos florestais de origem vegetal utilizados para o artesanato em Camburi, Ubatuba-SP. Universidade Federal de São Carlos e Núcleo Picinguaba do PESM.”



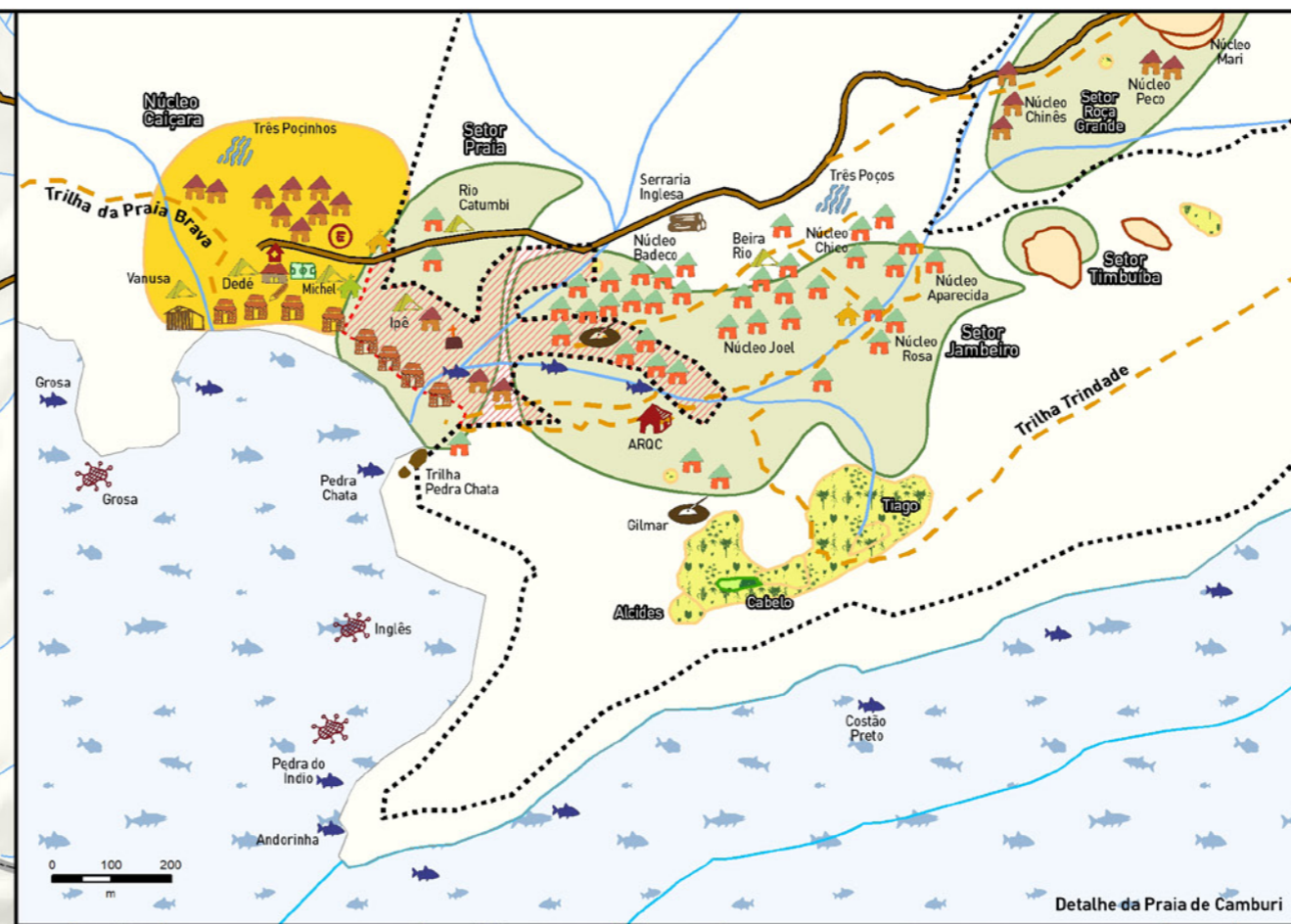
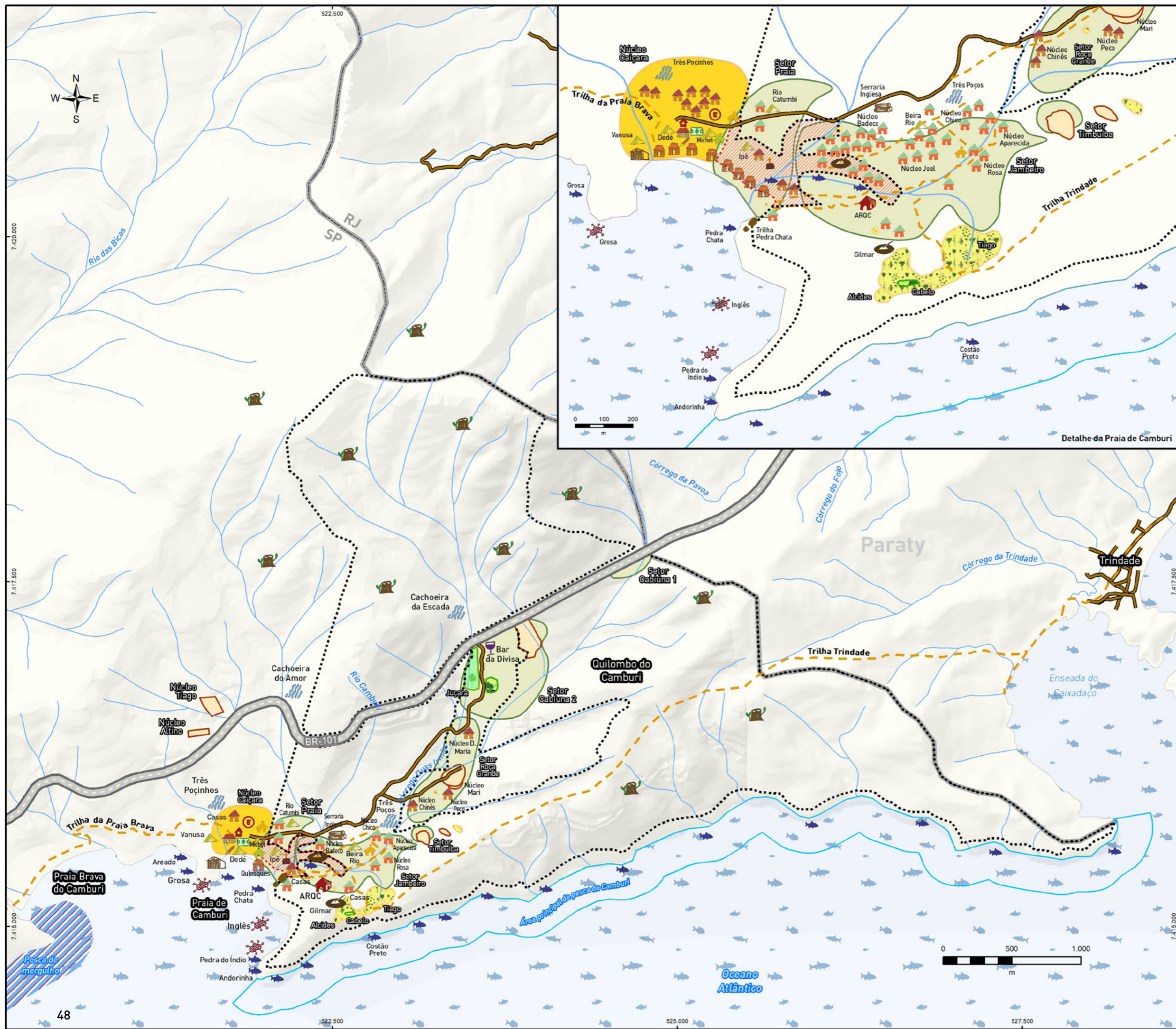
Especulação imobiliária

A área reconhecida do Quilombo garante a posse coletiva da terra (ainda não titulada), que está organizada em núcleos familiares. Porém, há relatos históricos da especulação fundiária na região e os limites traçados para o quilombo são contestados pela comunidade. Na área da praia, é visível a ação de especulação tanto imobiliária, quanto fundiária; a presença de estacionamento e “camping” privados e de propriedade de “gente de fora” torna evidente a perda substantiva de área territorial para as práticas tradicionais. Há, no quilombo e na área da praia, casas de veranistas e “forasteiros”.

Pré-Sal e outros grandes empreendimentos

Os pescadores do Camburi sentem os impactos das atividades da cadeia produtiva de petróleo e gás não de maneira objetiva e direta, mas por expressões reveladas de medo de um possível derramamento do petróleo carregado em navios que, mesmo passando fora do campo de visão, têm suas rotas de “entrada e saída” na Baía da Ilha Grande bem próximas ao marítório do Camburi. Há relatos de diminuição do estoque pesqueiro nos últimos anos. Camarões e tainhas estão sumindo, segundo os pescadores do Camburi.

QUILOMBO E COMUNIDADE CAIÇARA DO CAMBURI



- | | |
|--|---|
| Áreas de uso e ocupação tradicional e | Turismo e comércio local |
| Área de manejo tradicional | Bar |
| Agrofloresta | Camping |
| Palmital | Estacionamento |
| Roça | Quiosque |
| Casa de farinha | Serraria |
| Casa de caiçara | Infraestrutura e serviços públicos |
| Núcleo familiar caiçara | Escola |
| Casa de quilombola | Igreja Católica |
| Núcleo familiar quilombola | Igreja Evangélica |
| Setor do Quilombo | Posto de saúde |
| Associação comunitária de moradores | Conflitos socioambientais e ocupação não comunitária |
| Centro comunitário | Revisão de limites |
| Cachoeira | Outros elementos |
| Campo de futebol | Limite do Quilombo do Camburi |
| Cemitério | Rio |
| Rancho caiçara | Rodovia BR-101 |
| Pesca de Cerco | Estrada; Rua |
| Pesqueiro | Trilha |
| Área de pesca artesanal | Limite estadual |
| Pesca de mergulho | |
| Início de trilha | |





Cabeçuda e Areia

A história da chamada 'fazenda Cabeçuda' remonta ao século XVII, quando três amigos portugueses constituíram fazendas na região, expulsando os indígenas que ali viviam e trazendo pessoas escravizadas para servi-los. "Da Fazenda até o Camburi, fizeram fazenda de cana e café". Segundo os relatos da localidade, além da Cabeçuda, foram formadas as fazendas da Picinguaba (depois chamada fazenda da Caixa) e a do Camburi (hoje, Quilombo do Camburi).

Nas décadas seguintes, os descendentes dos primeiros ocupantes da Cabeçuda se mantiveram nas terras, mesmo após a abolição da escravatura e a decadência econômica na região. Do tronco original, a família Freitas chega à sua 6ª geração. Ainda no “tempo dos portugueses”, existia, ali, uma carvoaria, que abastecia navios ancorados na região de Trindade. A relação com os navios portugueses envolvia ainda o transporte de tropas, que serviam às fazendas e pequenas vilas.

A construção da BR 101, na década de 1970, a implantação do PESH nos anos seguintes e um escorregamento de terra na década de 1990 são marcos decisivos a impactar o modo de vida da Cabeçuda. Atualmente, a comunidade é dividida em três núcleos, sendo o mais significativo o conjunto de casas que se espalha por um vale, com acesso pela BR 101, e de onde partem trilhas que levam a pesqueiros como a Ponta da Cruz e a Ponta da Cabeçuda, e à praia Brava do Camburi. Os outros dois núcleos estão mais próximos à estrada da Picinguaba e, de um deles, parte a trilha que chega à praia da Fazenda.

História da Cabeçuda:

“ Quem chegou aqui foram os nossos troncos, que eles vieram em mil setecentos e pouco. Quando eles chegaram aqui, eles tinham mais ou menos

vinte, vinte e dois, vinte e cinco anos, eram três amigos que vieram de Portugal. Então eles chegaram aqui e descobriram as terras... era uma terra, assim, que só havia índio... porque os índios foram os primeiros a serem brasileiros. O pessoal africano veio depois que os portugueses construíram as fazendas. [...]

Então, voltando atrás, falando dos nossos troncos: esses portugueses vieram em três, então, o que eles fizeram? Pegaram desde a Fazenda, que hoje é a Fazenda da Caixa, porque a Fazenda da Caixa foi hipotecada pelo Sinclair [Saint Clair Bustamante]. Esse Sinclair passou três terços da terra, não foi a fazenda inteira, pra poder fazer o casamento da filha dele, que ele não tinha dinheiro porque já tinha acabado a escravidão [...]

Maria Alves Paiva Neta, que é neta, ela não é nem a filha do dono, que veio já depois que ele já tinha as fazendas prontas. Então esses três vieram, um que é o dono daqui, o que era o dono da Fazenda da Caixa, que vem pra Maria de Paiva e o dono do Camburi. Então eles combinaram: e fizeram da Fazenda da Caixa pra cá até o Camburi era tudo cana, café, sabe? [...]

Eu não sei se eles eram irmãos ou se eram muito amigos. Eles fizeram as fazendas deles, foram plantando. Mas esses donos da terra morreram e veio a geração deles que são os filhos, o Evaristo de Freitas, o José Antonio de



Freitas, que é o nosso tronco, que veio lá de Portugal junto com os dois, que um ficou na Fazenda da Caixa, outro ficou com a terra daqui e outro ficou com a terra do Camburi, eles dividiram. Por que que eles dividiram? Vou contar a história agora: no tempo de José Antonio de Freitas, eles eram muito unidos, então deixaram tudo junto, mas depois que vieram os filhos e eles se desentenderam... [...]

Aí que entra a história da Maria de Paiva

(...)

o Antonio de Freitas, ele teve um único filho, na certidão de nascimento dele, ele diz: eu só tive um filho, Evaristo de Freitas, que vem pra nossa geração, que faz a nossa geração toda... [...]

Então, eu vou contar a história deles. Eles começaram a se desentender porque morreram os velhos e passaram pros filhos, dos filhos vieram passando pros netos, bisnetos, tataranetos e chegando até nós... [...]

O filho do Antonio com os filhos do outro começaram a desentender. Porque quando os velhos vieram, os três troncos, eles botaram Picinguaba até chegar na divisa de Laranjeiras. Então era tudo Picinguaba... Camburi era Picinguaba, Fazenda da Caixa era Picinguaba, engenho de cana... aquela praia grande que cê vê lá, que é a Praia da Fazenda, era a Praia Grande da Picinguaba, e a Praia da Picinguaba se chamava Prainha, porque ela era

pequeninha.

[...]

Aí o do Camburi queria fazer a partição das terras, só que ele queria que Cabeçuda fosse Camburi também; e o de lá queria que fosse Picinguaba. Então Maria Alves de Paiva Neto, que era nobre lá de Portugal, sei lá... ela já tinha vindo pra cá... e a palavra dela era uma ordem, era como se fosse uma ordem de juiz, o que ela falasse tava falado. Ela tinha uma bandeirinha branca e um cavalo branco, então tudo que precisava, tinha que correr com ela porque era tudo Picinguaba. Então ela falou assim: vamos fazer o seguinte, já que vocês tão na demanda de vocês dois, vamos fazer um duelo? escuta só a história da Cabeçuda é essa, vamos fazer um duelo? aquele que ganhar, ganhou e aquele que perder, perdeu... e eles eram muito valentes, os dois... aí o outro falou assim: pra mim tá tudo bem, eu pego o duelo, e o outro: ah, eu também, então vamos nesse duelo... aí marcaram o duelo entre os dois, o da Cabeçuda com o do Camburi... aí Maria de Paiva pegou e falou assim: vai ser foice com foice...

[...]

Aí marcou o duelo praquela dia, quando chegou o dia, eles amolaram bem a foice, bem amoladinho que eles batiam e saía faísca. Aí falou assim: ó, vai começar... lá daquele canto, lá onde fica um coqueiro... o rio, vai ficar rio pra lá, né? Rio Picinguaba... e pra cá, vocês vão pegar o duelo até onde eu der

a minha ordem... aí começaram de lá, pá, pá, um com outro e a foice saía faísca, e a Maria de Paiva atrás com o cavalo dela, bem quieta na dela... com a bandeirinha... aí vieram e pá e tal... quando chegaram bem aqui onde é o trevo, tinha uma pedra com uma ponta... aí o do Camburi falou assim: é aqui, aqui é a divisa... daqui vai ficar como Camburi... o da Cabeçuda falou assim: aqui eu não aceito, toca pra frente... porque o outro do Camburi já tava se cansando... só que o da Cabeçuda falou assim: não, eu não aceito, toca pra frente... aí a Maria de Paiva não falou nada, que tocasse que tinha que ser da ordem dela, né? aí toca pra frente que aqui eu não aceito, aí tocou lá foi, toc, toc até quando chegou no alto do Camburi, passando a barrada Praia Brava, chegou no alto, onde tem um taquaruçú... Maria de Paiva suspendeu a bandeira e disse assim: é aqui... aqui vai ficar Cabeçuda e aqui vai ficar Camburi. Quando ela levantou a bandeira eles tiveram que parar o duelo. Então daqui pra cá fica Cabeçuda e daqui pra lá fica Camburi... Cabeçuda se chama Cabeçuda por quê? porque do dono daqui era muito cabeçudo, quando ele falava que queria aquilo, era aquilo mesmo, sabe?

[...]

Então a palavra Cabeçuda quer dizer: homem valente, homem que luta...

[...]

aí ficou, né? como Cabeçuda... aí vieram os outros herdeiros, já

vieram os netos já vieram os netos dos netos já houve outro corte porque também aí já queriam, né? ah, vamos separar, cada um o seu e tal, vamos fazer... aí já tiraram uma parte pro filho do Evaristo, pra filha do Evaristo, então eles foram repartindo as terras. A última partição que teve foi na geração do meu pai, que já tinha o Incra, e acabou. Mas a Cabeçuda era muito grande.

*Dona Neuzita de Oliveira,
cerca de 80 anos*

Lugares da Comunidade

<i>Tipo</i>	<i>Descrição</i>
Morro	Morro da Despedida
Rio	Rio do Camarão
	Rio do Café Burro
	Rio da Pedra Branca
Toca	Toca do Urubu
Campo	Campinho de Futebol
Casa de Farinha	Antigas Casa de Farinha (duas)
Estrada	Antigo acesso ao Camburi
Rancho	Antigo rancho de canoa (área)
Ruínas	Ruína de casa em terreno tradicional 1
	Ruína de casa em terreno tradicional 2
Trilha	Picadão da Praia Brava
Áreas de Roça	Indicação de roça atual e roças antigas



Pesca, agricultura e extrativismo

A história da Cabeçuda e da Areia é recheada de casos de pesca, da caça de subsistência, das roças tradicionais e do manejo florestal. Porém, com as restrições ambientais, parte dessas práticas se perdeu ou foi reduzida.

“...não planta mais porque agora, se nós formos plantar, nós vamos parar onde? Nós vamos parar presos.

Dona Chica, mais de 70 anos



Roças, plantio de subsistência e manejo florestal

- Feijão Guandu
- Feijão Rajadinho
- Milho
- Abacaxi
- Cará
- Batata
- Inhame
- Mandioca
- Café
- Goiaba
- Cacau
- Fruta pão
- Cambucá
- Abacate
- Limão
- Cereja
- Banana
- Fruta do Conde
- Jaca
- Manga
- Jambo
- Jabuticaba
- Juçara
- Pupunha
- Plantio de “árvore de lei” - madeira de construção
- Plantio de árvores pioneiras
- Manejo: Ingá, Timbuíba e Figueira – servem pra canoa
- Cipós e madeira para artesanato

“...Hoje tá chovendo, o mar tá revoltado, o mar se agita muito, não dava... aí ele ia: ‘bota água no fogo aí, Conceição, que eu já volto’. Aí ele saía, quando voltava, voltava com o jacú na mão... mas era sobrevivência, entendeu? Não matava por querer... era pra ter uma mistura pra comer, sobrevivência, né? Não era pra dizer assim: ah, tô matando pra me divertir, entendeu? pra ver morrer, tombar, não. É igual o fogo: ele colocava fogo na roça, mas ele tinha todo o trabalhinho dele, entendeu? Hoje eu fico olhando o meio ambiente falando assim: ah, porque não sei o que... não, eles plantavam, sim, mas por causa da necessidade deles, sobrevivência... porque se não plantasse, se não pescasse, se não tinha uma caça, morria de fome”.

Dona Conceição, mais de 70 anos

Práticas de cuidado / Saúde

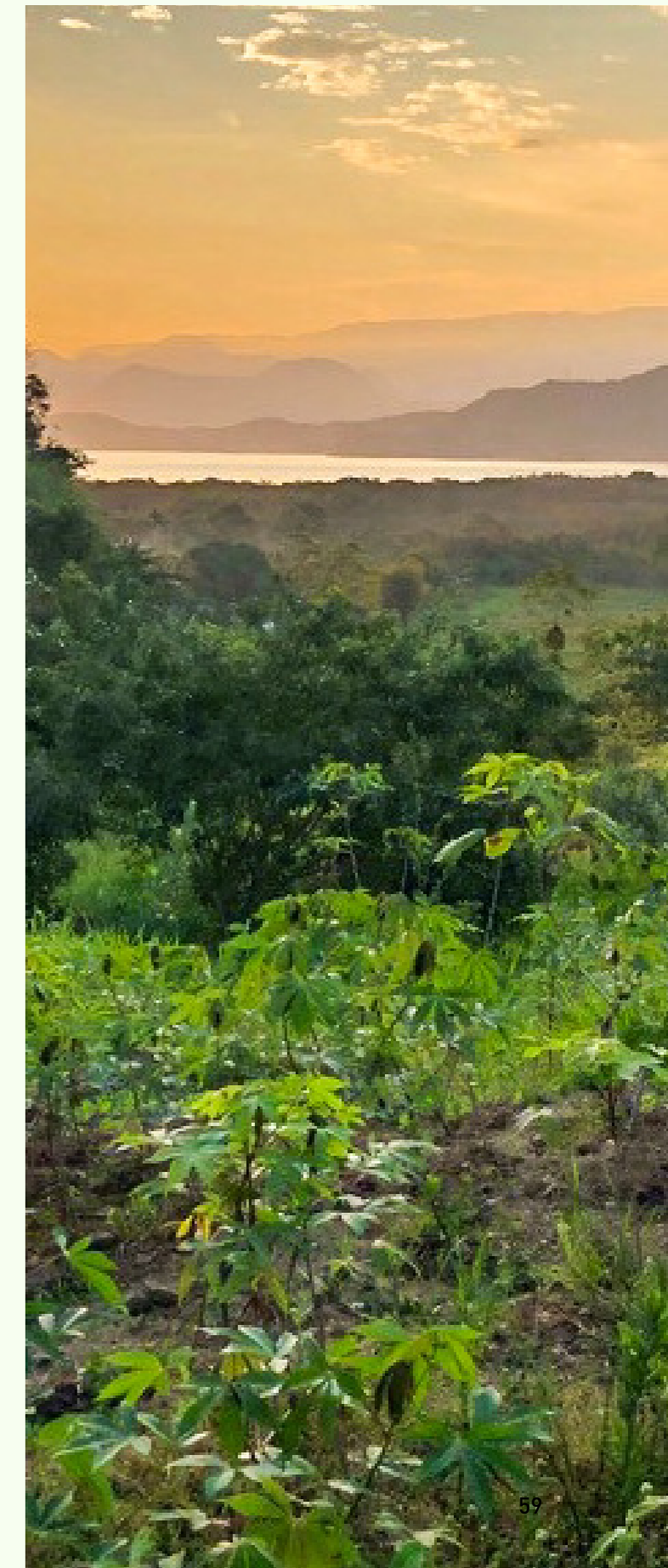
Relatos apontam antiga parteira da Almada, “que fazia parto do Camburi até Bertioga”. O trecho de entrevista abaixo revela um fato curioso sobre a existência de um parteiro na região.

“ Não, lá no Camburí... no Camburí tinha uma [parteira]; aqui tinha um homem... o avô dessa menina aí... [Vanessa], que chamava... ele era parteiro [risos]

Dona Chica, mais de 70 anos

“ Casca de Ipê Roxo é um santo remédio, igual o Jatoba”

Dona Chica, mais de 70 anos





Habitação e organização territorial

Na Cabeçuda, as casas são simples e bem acabadas. A comunidade está organizada em três núcleos, assim nomeados: Antônio Freitas (1 casa), Damásio (12 casas) e Oliveiras (23 casas). Este último, mais adensado, é acessado a partir da BR 101. Ele se concentra no fundo de um vale onde está o começo de uma trilha que leva a pesqueiros tradicionais.

A Areia é representada por uma pequena vila, às margens da BR 101, numa localidade também conhecida como KM 9, com seus quintais tradicionais, onde pode se encontrar pomares e hortas.

Ambas as localidades estão ameaçadas pelo zoneamento do PESM, que indica o território como Zona de Ocupação Temporária (ZOT). Por isso, existe o medo em construir e reformar casas, sob pena de multas e desapropriações. Como as comunidades quilombolas e caiçaras da região da Bocaina têm sua organização comunitária por núcleos familiares, a proibição de novas construções provoca o êxodo e a consequente perda de identidade cultural.

Associações Comunitárias

As comunidades da Cabeçuda e da Areia não possuem associações comunitárias, mas participam de atividades das associações do Camburi e da Pinguaba. A partir do Projeto POVOS, passaram a participar de atividades promovidas pelo FCT e outros projetos do OTSS.

Bandeiras de Luta do FCT nas comunidades

A partir do mapeamento, o apoio à promoção da Justiça Socioambiental do FCT está em contato com as comunidades para negociações e mediações de conflito junto ao PESM

Acesso a Serviços Públicos e Renda

Por estarem impossibilitados de seguirem com as práticas tradicionais, os comunitários buscam renda trabalhando com o turismo em outras comunidades ou no Centro de Ubatuba.

Há ligação com a rede de energia e a coleta de lixo é feita em pontos de entrega (lixeiros) na beira da BR. Não há qualquer equipamento público, tais como escola e posto de saúde.

Ameaça causada pela abertura BR 101

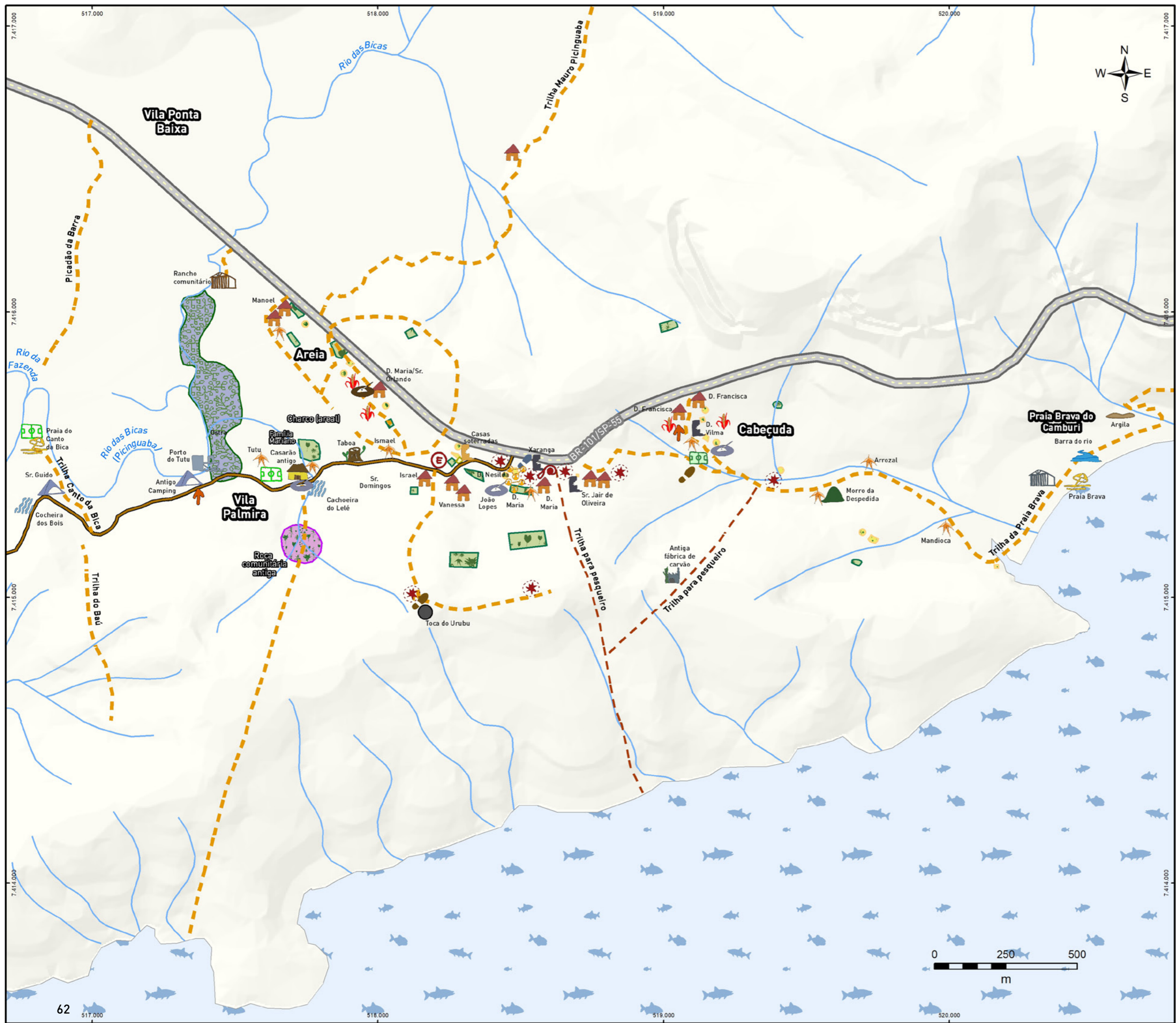
Houve, na década de 1990, um escorregamento de encosta que soterrou casas, quintais e roças, assoreou rios e fez desaparecer cachoeiras. O escorregamento é o motivo alegado pelo PESM para definir a área como ZOT. A estrada cria uma cisão entre os locais de moradia e as matas tradicionalmente manejadas.

UCs sobrepostas e criminalização de práticas tradicionais

PESM – ameaça constante de despejo e demolição de casas; proibição de reformas das casas existentes e novas construções; criminalização das práticas tradicionais de roça, pesca e manejo florestal.



CABEÇUDA E AREIA



- Áreas de uso e ocupação tradicional e histórica**
- Morro
 - Toca
 - Nascente
 - Cachoeira
 - Barra
 - Charco (antigo areal)
 - Mangue
 - Rancho de pesca
 - Rancho de pesca antigo
 - Praia
 - Campo de futebol
 - Campo de futebol antigo
 - Núcleo familiar caiçara
 - Casa de caiçara
 - Casa de quilombola
 - Casa de quilombola antiga
 - Casarão antigo
 - Extrativismo
 - Área histórica de roça caiçara
 - Roça
 - Roça antiga
 - Roça comunitária antiga
 - Bananal
 - Casa de farinha
 - Casa de farinha antiga
 - Ruína
 - Extração de argila
 - Carvoaria antiga
 - Olaria antiga
 - Divisa Terreno
 - Área de pesca artesanal
- Conflitos socioambientais**
- Deslizamento de terra
 - Roça embargada
- Infraestrutura e serviços públicos**
- Estrada antiga
 - Trilha antiga
 - Acesso
 - Porto antigo
- Turismo e comércio local**
- Estacionamento
 - Camping antigo
- Outros elementos**
- Rodovia BR-101
 - Estrada/rua
 - Trilha
 - Trilha antiga
 - Rio



Picinguaba e Vila Palmira

Picinguaba é uma localidade caiçara situada no quilômetro 7 da BR 101, bem próximo à divisa estadual entre São Paulo e Rio de Janeiro. A Vila Palmira pertence à Picinguaba, está localizada no caminho que dá acesso à praia, entre o mar e os vales do sertão de Picinguaba. Conforme contam os moradores, essa localidade foi habitada desde o início da ocupação nessa região.



A genealogia de uma das famílias mais antigas da comunidade apontou a existência de pelo menos sete gerações em Picinguaba, ou seja, os atuais moradores descendem de pessoas que viveram há pelo menos 150 anos atrás (por volta dos anos 1870).

A família em questão é de Benedito Correa da Silva (e seus parentes), conhecido como “seu Pu”, que completou 88 anos em 2020 e já é trisavô. Ele conta que seu avô João Iria, um senhor negro descendente de pais escravizados, cultivava áreas no sertão do Cubatã (localidade que faz parte do sertão de Picinguaba). João Iria morava na vila de Picinguaba, e era pai de Capitulino e Vangelina, que deixaram muitos descendentes e são importantes referências da memória histórica de Picinguaba que permanece viva entre os mais velhos.

Outro ponto revelado pela genealogia familiar é que a comunidade de Picinguaba se constituiu a partir de intercassamentos com pessoas vindas de localidades próximas, como Almada, Trindade, Laranjeiras, Fazenda, Patrimônio e Camburi. Dessa forma, as comunidades caiçaras e quilombolas da região foram se misturando e criando uma densa rede de relações de parentesco.

Há também em Picinguaba membros da família Ferreti e Marcolino, duas entre as várias famílias de colonos italianos que aportaram na região na virada do século XIX, e que deixaram muitos descendentes em diversas comunidades do norte de Ubatuba. A população aproximada da Vila de Picinguaba é de 100 famílias, segundo cadastro do Posto de Saúde local. Na Vila Palmira, considerando a população que ocupa toda a extensão da estrada de acesso à Vila, são aproximadamente 30 famílias. Seguindo pela estradinha de acesso à vila de Picinguaba, percorre-se parte do território da Vila Palmira, de onde saem trilhas que vão até o rio Picinguaba e o mangue.

Historicamente, segundo relato coletado em oficina do projeto POVOS, o território caiçara da Picinguaba abrange desde a Vila Palmira até a “prainha”, como era conhecida a praia onde está situada a Vila de Picinguaba. Ao longo dos anos, com o aumento da importância da pesca como fonte de renda, o núcleo populacional se adensou próximo à praia, onde se formou uma vila que sobe pelas encostas dos morros que cercam a pequena baía de Picinguaba, entre a Ponta das Andorinhas e a ponta direita da Praia do Lanço. Na Vila de Picinguaba estão situados a escola, o posto de saúde e os principais pontos de comércio que servem aos moradores e aos turistas.

Também na vila próxima à praia estão casas de veraneio, que apontam a ameaça das especulações imobiliária e fundiária e do turismo de massa. A vila cresce, subindo por trilhas e caminhos de servidão: são 8 ruas principais, nomeadas por letras de A a H, e embora sejam chamadas de ruas, são caminhos estreitos para circulação de pedestres, com exceção de algumas ruas mais largas onde os carros conseguem subir até certa altura.

A área onde hoje se encontram os moradores da Vila Palmira inclui também uma localidade chamada Areia. Areia está localizada numa baixada, com áreas de charco e taboal próximas ao mangue que acompanha o leito do Rio Picinguaba.

Essa área fazia parte da Fazenda Picinguaba original, que abrangia toda a extensão da praia da Fazenda e subia pelo sertão até a divisa que separa os estados de SP e RJ, na cumeeira dos morros da Forquilha, Cuscuzeiro e Bico do Papagaio.

O título original da fazenda Picinguaba provém da doação de terras feita pela administração colonial à uma família portuguesa. Porém, desde o século XIX, há registros de famílias caiçaras e quilombolas vivendo na Fazenda Picinguaba.

Ao longo do século XX, a fazenda foi sendo desmembrada, e um grileiro conhecido como Waldir de Affonseca cercou uma extensa

área que vai desde o canto da Bica, passando pela Vila Palmira e Areia, e subindo pelo Sertão do Cubatã até o Morro da Forquilha. As terras que ainda se encontravam sob domínio de descendentes da família portuguesa foram usadas como garantia de um empréstimo que acabou não sendo quitado. A fazenda, então, foi hipotecada e ficou sob domínio do Estado de São Paulo sob administração da Caixa Econômica, dando origem ao nome “Fazenda da Caixa” (Fonte: ITESP). Importante destacar que o Sertão de Cubatã era área agrícola de João Iria, já mencionado na genealogia de Seu Pu, e de quem descende boa parte dos moradores atuais da Vila de Picinguaba.

Historicamente, a comunidade caiçara de Picinguaba e Vila Palmira se consolidou vivendo do trabalho associado aos recursos disponíveis no território: pesca, agricultura, caça e extrativismo. Até o início da década de 1980, a paisagem de Picinguaba era marcada por extensas áreas de roça e sapezal que cobriam toda a parte alta dos morros.

A proibição da atividade agrícola e o aumento da renda proveniente do turismo alteraram completamente a paisagem: as roças e sapezais desapareceram dando lugar à vegetação florestal e muitas casas de veraneio.





“ Se a gente for puxar as coisas que a gente sabe, é dois dias pra escrever. Porque tem muita coisa embaixo do tapete. Não de coisa mal, mas de coisa familiar. Quantas pessoas já moraram aqui e não morreram? ”

Seu Pu, 87 anos, Picinguaba, 2019

A Picinguaba e a Vila Palmira foram sobrepostas pelo Parque Estadual da Serra do Mar (PESM) sob administração da Secretaria Estadual de Meio Ambiente. A unidade de conservação de proteção integral foi criada em 1977 sem nenhum processo de consulta às comunidades tradicionais da região. Em 1983, o CONDEPHAAT tombou a vila de Picinguaba e as ilhas da região como patrimônio histórico. Em 2006, a Vila de Picinguaba foi incluída no plano de manejo do PESM como Zona Histórica, Cultural e Antropológica (ZHCA); enquanto a Vila Palmira foi colocada na Zona de Ocupação Temporária (ZOT).

No entanto, essa divisão foi equivocada porque não reconheceu a tradicionalidade da ocupação na Vila Palmira. Em 2019, depois de sofrer com penalidades por crime ambiental e lutar por seus direitos de ocupação, as famílias da Vila Palmira conquistaram o reconhecimento como ZEIS - Zona Especial de Interesse Social pela prefeitura de Ubatuba, devido a presença histórica de caiçaras na área.

O marítório de ambas as comunidades é sobreposto pela APA Marinha do Litoral Norte (APALN/FFSP).

Sem alternativa, os caiçaras passaram a se dedicar cada vez mais à atividade de turismo. Nos anos 90, alguns caiçaras de Picinguaba começaram a fazer a travessia turística para a Ilha das Couves, ainda nos próprios barcos de pesca. Ao longo dos anos 2000, a atividade foi crescendo até que, na temporada 2016-2017, acompanhando a chegada do turismo de massa na porção norte do município de Ubatuba, a Ilha das Couves passou a receber milhares de visitantes por meio de operadores de diversas localidades.

Com intuito de conter o turismo predatório, a comunidade de Picinguaba se organizou a partir de sua associação de moradores, e junto com as associações de barqueiros protagonizou um processo de ordenamento do turismo em seu território, buscando

implantar um roteiro de Turismo de Base Comunitária que integra atrativos na vila de Picinguaba e nas Ilhas.

Uma rede de parceiros articulada pelo FCT colaborou em alguns momentos desse processo, incluindo apoio técnico do OTSS, da Travessia e aporte financeiro do Linha D'água. Este processo contemplou, ainda, a operação dos serviços de travessia turística para a Ilha das Couves por outras comunidades da região, notadamente: Almada, Estaleiro e Ubatumirim.

A comunidade caiçara de Picinguaba e Vila Palmira identificou, durante o processo de caracterização, uma série de “topônimos” ou “lugares nomeados” do seu território. Esses espaços trazem memórias de acontecimentos, são indicadores de uso e ocupação, e servem de referência para descrever espacialmente o território. São

importantes também porque carregam significado e história, demonstrando a apropriação prática e simbólica que os caiçaras da Picinguaba fazem do seu território.

“ Picinguaba em tupi-guarani significa Reduto de Peixes. Criada em meados do século XVIII, local que fascina entre o mar e a montanha, com gaivotas e coloridas canoas. Praia tranquila de areias claras, águas verdes e calmas, abriga uma comunidade tradicional de Pescadores e é tombada pelo Patrimônio Histórico ”

Patrícia da Silva Santos, 44 anos, 2019



Lugares da Comunidade

<i>Tipo</i>	<i>Descrição</i>
Cachoeira	do Lelé
Trilha	da praia do Canto
	do Praiado
	do Morro do Baú
	do Saco da Baleia
	antigo caminho de servidão
Porto antigo	do Tutu
Rio	Picinguaba
Praia	do Canto
	Lanço
	Meio
	Porto do Engenho
Roça antiga	do seu Oswaldo
	do Vito
Casa de Farinha antiga	do Pipoca
Sítio antropológico	Antigo cemitério indígena e sambaquis
Pesqueiros	Saco do Xixi (antiga área de roça), Trinta Reis, Ponta do Leste, Saco do Assovio, Saco do Xixi de Dentro, Saco do Xixi de Fora, Saco da Carapuça, Ponta do Tamborete (pesca de sororoca), Toca da Velha, Furado, Buraco do Thiago, Vieira das Pipocas, Figueira, Bananeira, Parcel do Miguel, Laje Morfina, Lage do Assovio
Ilhas e Ilhotes	Ilha Rapada
	Ilhote das Couves
	Ilhote da Carapuça
	Ilhote da Comprida
	Ilha da Peça



Vila Palmira

“ meus pais já são falecidos, né? são nascidos aqui... morreram, a minha mãe com setenta e dois anos, meu pai com oitenta e quatro... todos nativos do lugar [...] onde é a Vila Palmira hoje, os meus avós moravam, moraram em vários lugares ali... né? desde o lugar mesmo que o meu pai nasceu foi ali onde a minha irmã mora... ali perto da subida da vila, né? no morro ali... aí depois moraram ali onde teve o acidente com a barreira ali no portinho... e aí meus avós faleceram ali e meu pai quando casou, desde cinquenta e dois, foi morar ali onde eu moro, na Vila Palmira...”

Jurlene Saturnino Mariano, 57 anos,
Picinguaba

Assim como outras localidades do Sertão da Picinguaba, a Vila Palmira encontra-se, segundo o Plano de Manejo do PESH, em Zona de Ocupação Temporária. Os relatos coletados entre os moradores apontam os usos históricos sobre o território há gerações.

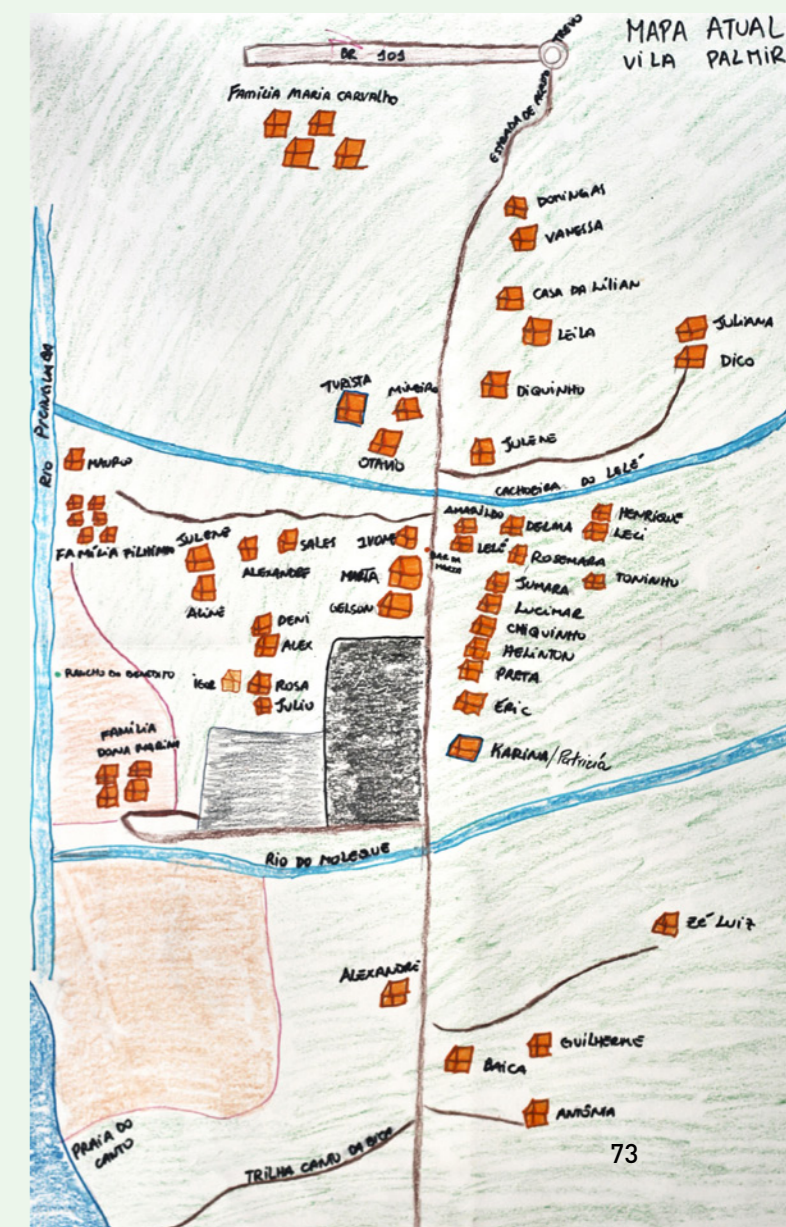
“ Me criei aqui na Vila Palmira. Nasci em 1971, no dia 18 de fevereiro; a minha avó é nascida na Cidade de Paraty e veio para Vila Palmira, que os pais dela já eram daqui. Aí, se criou aqui na terra e conheceu meu avô Cezenande Bento e formaram uma família, que é o pai, José Bento Lopes, que tá com 78 anos de idade hoje e o meu tio, Benedito Bento, que faleceu com 76 anos, onde ele vivia também da terra, de modo tradicional. A terra que era da minha avó ficou com o meu pai e o meu tio. O meu avô Cezenande morreu com 98 anos, a minha avó Palmira, da Vila Palmira, morreu com 105 anos.

A minha tia-avó, a tia Ninha, que era irmã da Palmira, morreu com 98. Minha tia Palmira que era a dona da terra aqui onde moramos, que era a terra tradicional que nós estamos aqui há muitos anos. Nasci e me criei aqui, que sou neto dela. Só que, nós que estamos aqui esses anos todos, nós não podemos fazer nada. E por quê? Porque a lei ambiental não deixa a gente construir nada para os nossos filhos; eles multam, querem apreender os materiais... então a gente tá passando por essa dificuldade. Mas a minha avó vivia de fazer a roça, de fazer a farinha, plantação de mandioca, banana, nessa terra onde ela criava muitas galinhas, criava porcos, pato... E hoje nós não podemos fazer esse tipo de coisa porque o parque não deixa... Nós temos a terra e não podemos sobreviver da terra. A vila Palmira é antiga, de muitos anos, desde a

minha avó... convivi com a minha avó e ela faleceu e nós ficamos na terra”

Jurlene Saturnino Mariano, 57 anos,
Picinguaba

Pelo zoneamento imposto pelo Plano de Manejo do PESH, os caçaras da Vila Palmira estão proibidos de manter os usos tradicionais sobre o território, como construção de ranchos, plantio de roças, e nem permite a construção ou reforma de casas, sendo constantemente ameaçados por ações demolitórias e de reintegração de posse ao Estado.



Pesca, agricultura e extrativismo

A cartografia realizada pela comunidade mostra um forte uso do marítório. Pedras, pontas, sacos, costões, ilhas, lajes e parciais são nomeados. A pesca, neste território, emprega diversas técnicas e petrechos como cercos flutuantes, pesca de linha, emalhe, pesca de lula e subaquática. Na costeira esquerda da baía de Picinguaba existem 2 cercos flutuantes, um do Seu Caxaba e outro do Seu Rubici. O cerco flutuante é uma modalidade coletiva de trabalho realizada, ainda hoje, em canoas.

Até os anos 1980, a Picinguaba ainda possuía áreas agrícolas ativas, com plantação de mandioca, cana, milho e banana. Atualmente existem alguns quintais de frutíferas, hortaliças, temperos e plantas medicinais. No sertão de Cubatã, ainda há áreas agrícola históricas que permanecem sendo cultivadas por descendentes de João Iria, porém, o agricultor relatou que foi multado pelo órgão ambiental em sua área ancestral de plantio.

A mata também provê recursos utilizados pelos caiçaras na confecção de peças para diversos usos, além de artesanatos para venda.

“ Tem o artesanato com remo, faz canoinha, canoa grande. Seu Filhinho faz, o filho dele tá aprendendo. Tinha roça, mas o parque não deixou, parou. A roça que tem é do Seu Filhinho”

*Daniel Evaristo Gonçalves,
Pescador*



Associações Comunitárias

A comunidade de Picinguaba possui desde a década de 80 uma associação de moradores. Ela foi fundada com o nome de Sociedade de Amigos do Bairro de Picinguaba (SABP) e depois passou a se chamar Associação de

Moradores de Picinguaba (AMBP). A AMBP é bastante atuante, ocupa cadeiras reservadas às comunidades tradicionais em conselhos municipais e já compôs Conselho Gestor da APAMLN; cobra frequentemente o poder público quanto ao fornecimento adequado dos serviços na comunidade e coordena o processo de ordenamento turístico em Picinguaba e na Ilha das Couves.

Em 2017 foi criada a Associação de Barqueiros e Pescadores de Picinguaba (ABPP) e no ano seguinte foi criada a Associação de Barqueiros e Pescadores Tradicionais de Picinguaba.

Desde 2018, as três associações se uniram para fortalecer o processo de organização do Turismo de Base Comunitária em Picinguaba.



Bandeiras de Luta do FCT

A comunidade da Picinguaba participa e fortalece as atividades do FCT, se fazendo presente no Grupo de Trabalho da Pesca (GT Pesca) desde o início do Projeto de Fortalecimento da Pesca Artesanal. Atuando no ordenamento do turismo da Ilha das Couves, no GT Pesca e buscando a regularização fundiária via TAUS, a Picinguaba promove, por meio de suas associações, a defesa de seu território tradicional e a Justiça Socioambiental, em consonância aos princípios da economia solidária. Durante o processo de caracterização o FCT se aproximou da escola da Picinguaba e da Secretaria Municipal de Educação e contribuiu para a formação do Coletivo de Educação Diferenciada em Ubatuba.

Festas e celebrações

A Picinguaba realiza, todos os anos, no mês de junho ou julho, um festejo para celebrar a cultura caiçara. O tamanho e duração pode variar de 1 a 3 dias de festa. Os festejos têm música ao vivo e contam com a participação de grupos culturais da região, incluindo os grupos de fandango caiçara. Barracas de comidas e bebidas são montadas pela comunidade. Procura-se oferecer pratos típicos da região, com muito peixe. A prefeitura eventualmente apoia a comunidade

com alguns equipamentos de infraestrutura e, em 2019, incluiu o festejo em seu calendário oficial de eventos. A comunidade também recebe edições das Corridas de Canoa Caiçara, realizadas pela Associação de Amigos e Remadores de Canoa Caiçara (AARCA). Na Vila Palmira, é realizada uma festa comunitária, de forma cooperativa, onde todos colaboram.

Acesso a Serviços Públicos e Renda

- Escola de Educação Infantil e Ensino Fundamental EMEF Professor Iberê Ananias Pimentel. Atende as comunidades de Picinguaba, Fazenda, Cabeçuda e Vila Palmira. A segunda etapa do ensino fundamental (6º ao 9º anos) é oferecida apenas na escola EM José Belarmino Sobrinho, no Puruba;
- Posto de Saúde e equipe da ESF;
- Acesso a redes de energia;
- Necessidade de estudo sobre o esgotamento sanitário: melhorias do sistema e implantação de sistemas onde não há, incluindo sistemas de saneamento ecológico na Ilha das Couves;
- Coleta de resíduos sólidos é insuficiente, especialmente durante a temporada de turismo;
- Linha de ônibus municipal em horários insuficientes;
- Estrada de acesso em precárias condições de conservação;
- Renda obtida principalmente com o turismo, pesca e prestação de serviços gerais e artesanato.

Ameaça causada pela abertura BR 101

“Então, a minha família, aqui nesse lugar, o pessoal vivia de lavoura. O pessoal vivia de roça... bananal... tinha fartura... não é? Hoje as pessoas não podem plantar, não podem pescar... e tirou as pessoas que vivem da roça, começaram a morrer... foi noventa e... dois... no carnaval de mil novecentos e noventa e dois ou noventa e seis, foi quando deu aquela barreira [desmoronou] e matou a minha família toda”

Seu Amarildo dos Santos,
aprox. 60 anos

Turismo predatório e especulação imobiliária

“Por que falamos em uso? Porque o TAUS é um documento ligado ao uso. Esse uso não é só para o turismo. É o território vivo caiçara. O título coletivo é pra todos”

Patrícia Silva, caiçara da Picinguaba

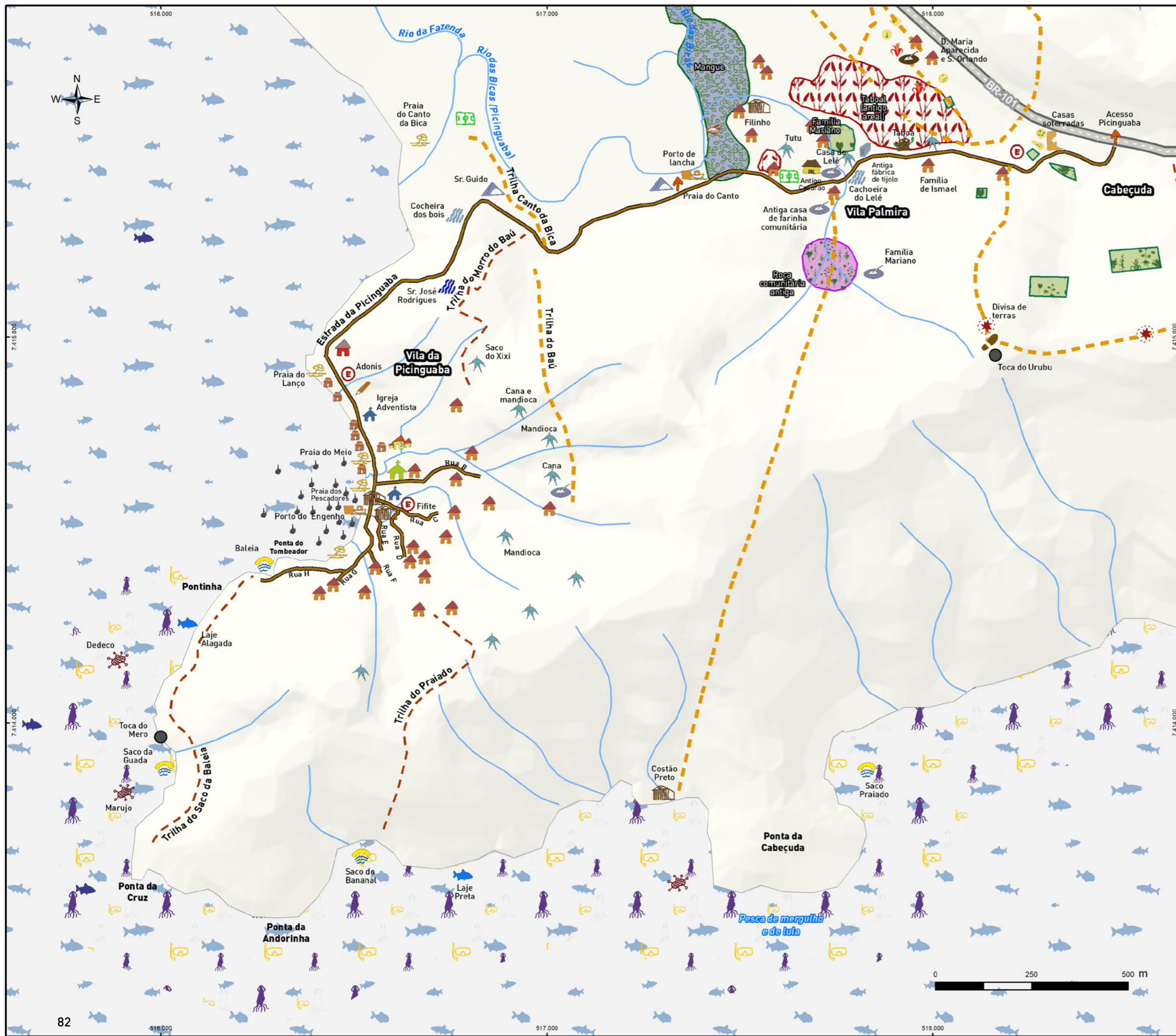
O mapa da Picinguaba evidencia a especulação imobiliária ao apontar áreas ocupadas por grileiros e casas de veranistas. Como um dos resultados cumulativos de processos junto ao FCT – como o próprio Projeto Povos, e outras ações nos GTs Pesca e TBC e apoio da coordenação de Justiça Socioambiental do OTSS – destaca-se a organização comunitária para a reivindicação de Termos de Autorização de Uso Sustentável (TAUS) de áreas da União na orla da Picinguaba e nas ilhas que compõem seu maritório, o que corresponde à regularização fundiária em áreas da União. Na segunda metade dos anos 2010, a Ilha das Couves sofreu com o ‘boom’ do turismo de massas.

UCs sobrepostas e criminalização de práticas tradicionais

Além do já colocado sobre a questão da Vila Palmira em relação ao zoneamento do PESH, outra potencial ameaça ao modo de vida caiçara na região é a presença da APA Marinha do Litoral Norte (APAMLN/FFSP), que impõe restrições à pesca e ao turismo. A comunidade participa do processo de discussão do Plano de Manejo da APA e propõe soluções para usos do maritório da Picinguaba.

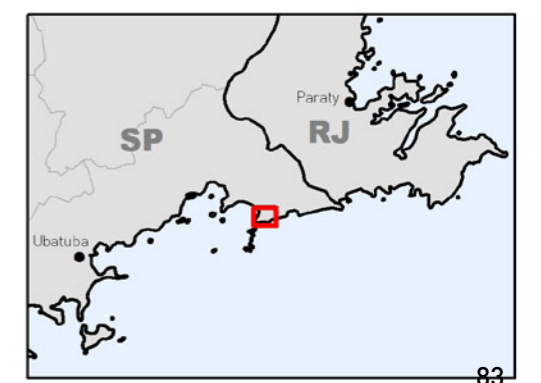
Pré-Sal e outros grandes empreendimentos

Os grandes empreendimentos que impactam o modo de vida caiçara foram pauta de debates tanto do processo de caracterização, quanto das reuniões e oficinas dos projetos dos GTs Pesca Artesanal e TBC, que envolveram a comunidade da Picinguaba. Sobre a cadeia produtiva de petróleo e gás, surgiram apontamentos não apenas sobre os pontos de extração licenciados pelo Ibama, mas também sobre operações da cadeia logística e de transporte associada, como o chamado ship-to-ship, que é a transferência de petróleo de um navio a outro em alto-mar. São evidentes – pelos relatos, atas e demais documentos frutos da atuação organizada da comunidade e movimentos sociais – impactos sobre a pesca, os direitos territoriais, a saúde (incluindo a saúde mental, visto os relatos de medo de possíveis vazamentos) e a reprodução sociocultural dos modos de vida tradicionais na Picinguaba.






















COMUNIDADE CAIÇARA DA PICINGUABA

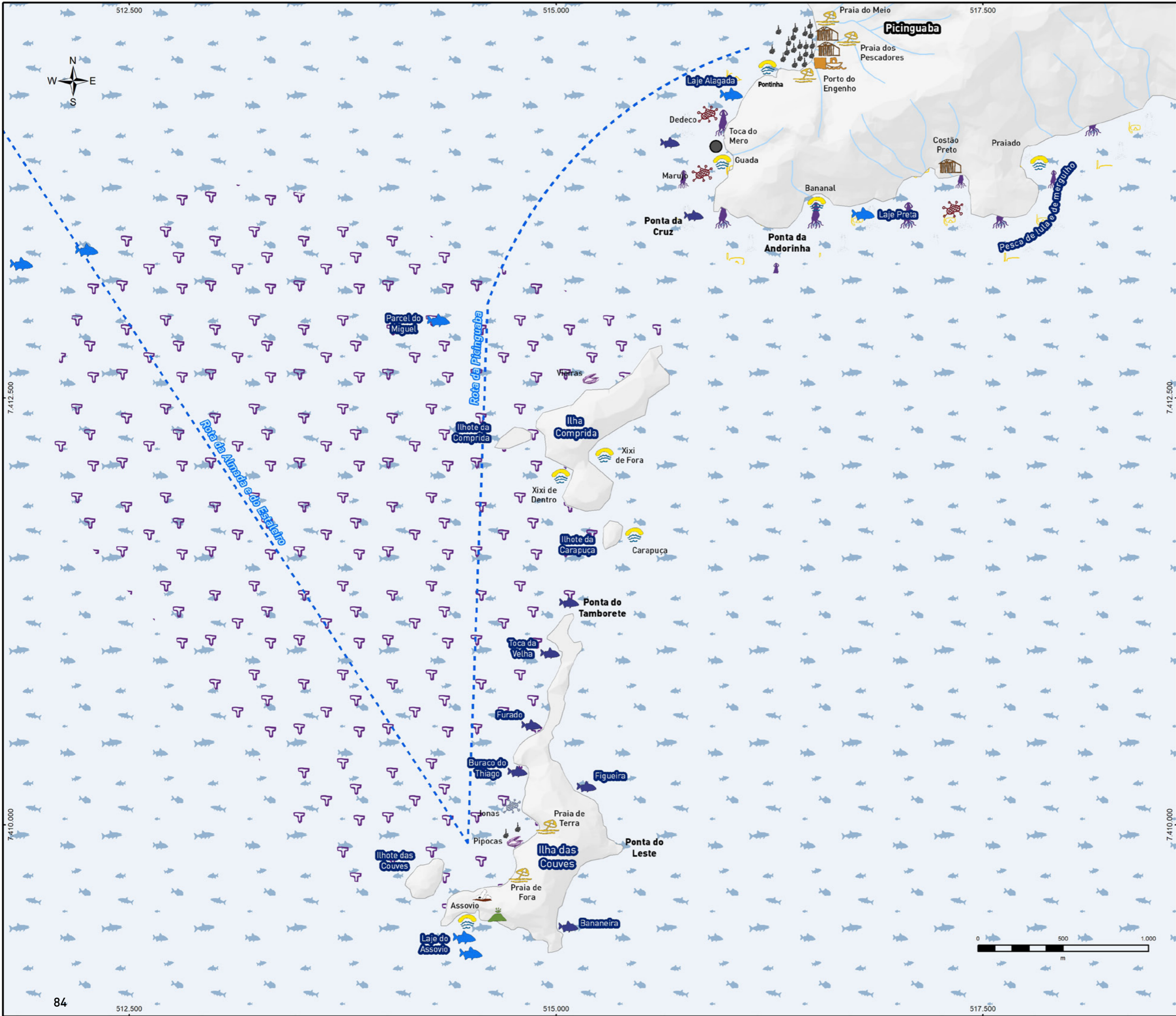
- | | |
|--|---|
| Áreas de uso e ocupação tradicional e histórica | Conflitos socioambientais e ocupação não-comunitária |
| ● Toca | Deslizamento de terra |
| 🌿 Nascente | Roça embargada |
| 🌊 Cachoeira antiga | 🏠 Casa de veraneio |
| 🌊 Cachoeira | Infraestrutura e serviços públicos |
| 🌿 Mangue | 🛣️ Estrada antiga |
| 🐟 Laje; Parcel | 🛤️ Trilha antiga |
| 🐟 Pesca de lula e de mergulho | 🚢 Porto |
| 🐟 Área de pesca artesanal | 🏛️ Igreja Católica |
| 🏖️ Praia | 🏛️ Igreja |
| 🏠 Rancho de pesca | 🎓 Escola |
| 📍 Poita | 👉 Acesso |
| 🐟 Pesqueiro | 🏠 Casinha de lixo |
| 🦀 Cerco de pesca | Turismo e comércio local |
| 🦀 Pesca de ostra | 🏠 Quiosque |
| 📍 Saco | 🅔 Estacionamento |
| ⚽ Campo de futebol antigo | 🏕️ Camping antigo |
| 👨‍👩‍👧‍👦 Núcleo familiar caiçara | Outros elementos |
| 🏠 Casa de caiçara | 🛣️ Rodovia BR-101 |
| 🏠 Casarão antigo | 🛤️ Trilha antiga |
| 🌿 Extrativismo | 🛤️ Trilha |
| 🏠 Taboa | 🛣️ Estrada/rua |
| 🏠 Casa de farinha | 🌊 Rio |
| 🏠 Casa de farinha antiga | |
| 🌿 Roça | |
| 🌿 Roça antiga | |
| 🌿 Roça comunitária antiga | |
| 🌿 Roça antiga | |
| 🏠 Ruína | |
| 🏠 Olaria antiga | |
| 🌿 Divisa Terreno | |



ILHA DAS COUVES

Áreas, recursos alvo e técnicas de pesca

-  Pesqueiro; Local de pesca
-  Laje; Parcel
-  Cerco de pesca
-  Cerco de pesca antigo
-  Marisqueira
-  Rancho de pesca
-  Poita
-  Porto
-  Praia
-  Saco
-  Pedra
-  Toca
-  Mirante
-  Sítio arqueológico
-  Pesca de lula e de mergulho
-  Turismo de Base Comunitária (TBC)
-  Área de pesca artesanal
-  Rota de barcos de TBC
-  Rio



A photograph of an elderly Black man, Seu Zé Pedro, sitting on a wooden bench in a traditional mill structure. He is wearing a white long-sleeved shirt, dark trousers, and sandals, and is holding a wooden cane. The background shows the wooden framework of the mill and some greenery outside. There are signs on the wall behind him, one of which reads 'FARINHA' and another 'ACÚCAR DA FAZ. FINAL DO SÉC. XUA E O ENGENHO INDIDO IMPORTADO ADAPTADA PARA GOV. ESTADUAL. AIÇARA DO NÚCLEO ES.'.

Quilombo da Fazenda

O território de uso pelos quilombolas da Fazenda abarca toda a praia da Fazenda e as áreas de mangue, restinga, jundu, caxetal e taboal ainda do lado do litoral da estrada. Do outro lado da BR, entende-se até o Pico do Cuscuzeiro na divisa com o bairro do Corisco, em Paraty. Engloba da localidade do Cubatã ao Canto da Paciência, incluindo a Ponta Baixa, a Praia da Conchas, o Costão da Toca do Mero e o Saco das Taquaras.

Seu Zé Pedro, líder griô do Quilombo
1938 - 2021

História do Quilombo

No passado, desde fins do século XVI até 1843, havia uma grande fazenda de produção de café e cana, onde foi construído um antigo engenho de cana de açúcar, com maquinários fabricados na Inglaterra e trazidos por navios que atracaram na praia da Fazenda; da praia, o maquinário foi transportado por barcos pequenos que subiam o rio Fazenda. A estrutura do engenho foi construída por mãos negras que vieram escravizadas da África e a propriedade pertencia a Manoel Alves de Paiva, que após seu falecimento, deixou sua herança para sua esposa Ana Maria de Paiva.

Em 1889, antes de falecer, pediu para seu único parente ficar com sua fazenda e deixar os negros escravizados livres. Ao passar dos anos, chegou um grileiro italiano chamado Sant Clair, que apresentou uma carta falsa dizendo que a fazenda era dele. Conseguindo a posse, levou 45 famílias de imigrantes de italianos para trabalhar para ele. Sant Clair fez um empréstimo, mas não podendo cobrir a dívida, a Caixa (CEF) hipotecou a fazenda, que passou a ser conhecida como Fazenda da Caixa. Alguns tradicionais trabalhavam nessa fazenda. A Caixa permitiu a alocação de 12 famílias nas décadas de 50 a 60.

Esses pequenos núcleos familiares

sobreviveram da agricultura e da pesca, cultivaram a prática de roça de coivara (podas e queima), plantavam feijão, milho, mandioca, abacaxi, café, cana, banana, etc. Nas áreas alagadas, plantavam arroz; nos quintais, árvores frutíferas; tudo era produzido para subsistência. O café secado e moído na hora era feito e tomado com caldo de cana. Suas casas eram feitas de barro com trançado de bambu amarrados com cipó imbé. Cozinham, no fogão a lenha, as caças e pescados, que eram passados na salmoura e secados ao sol. Não havia energia elétrica. A iluminação era à vela e lamparina de querosene, compradas nas raras idas ao Centro da cidade. Eles produziam tudo na comunidade. O excedente, vendiam na cidade. Eram 12 horas de caminhada por trilha até o Centro de Ubatuba e 8 horas para o centro de Paraty.

Muitas comunidades tradicionais tinham que passar pela antiga fazenda. E muitos comunitários, cansados da viagem, ficavam hospedados na casa grande, casa do falecido seu Leopoldo Braga. Nessa época, entre os caiçaras, indígenas e quilombolas não se vendia nada: tudo era trocado. Trocavam o peixe pela farinha ou outro alimento do interesse da pessoa; quem não tinha nada para trocar oferecia a mão de obra. Também formavam entre eles e elas grandes mutirões e juntos trabalhavam na roça e trocavam sementes criolas. Eram produzidos artefatos como: cestaria e balaios feitos da fibra da tabo, do cipó

timbopeva e da taquara; balaios, canoinhas, barquinhos, pequenos remos e aves eram feitos do tronco de caxeta. Fabricavam também canoas grandes, cujas tiradas eram iniciadas na floresta e depois puxadas para a comunidade, onde as finalizavam e, depois, levavam para praia descendo o rio da Fazenda, que na época era navegável.

Ali não havia hospital. Recorriam a curandeiras, benzedeadas e parteiras, que usavam o saber das ervas medicinais plantadas nos quintais. Também tinham templos religiosos, igrejas católica e evangélica e terreiros de umbanda.

Na década de 70, foi construída a Rodovia Rio Santos, que causou grande impacto ambiental e tudo mudou. Surgiram os conflitos com a especulação fundiária e imobiliária, o turismo de massa, a grilagem de terras e as unidades de conservação de proteção integral. Em 30 de agosto de 1977, o Parque Estadual da Serra do Mar se sobrepôs à comunidade, com o argumento de que a sua criação traria proteção e emprego para os povos tradicionais. A comunidade cedeu seu território assinando uma carta de acordo. Acreditaram que a gestão do Parque iria garantir a proteção de seu território e cultura, como alega o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), mas essa história foi bem diferente.

Em 1980, segundo relatos, o PESH iniciou seu projeto de uma maneira

dura, demolindo as casas, impondo limites nos costumes tradicionais e suas culturas com a roça, pesca e construção de casas. Em 2005, através de um laudo antropológico, as famílias da Fazenda, junto com uma antropóloga, criaram uma árvore genealógica em que constou a descendência como remanescentes dos negros escravizados. Em 2006, a comunidade foi reconhecida pela Fundação Palmares como Território Quilombola. Nesse mesmo ano, o Parque foi obrigado a implantar um plano de manejo que promovesse o fortalecimento da cultura dos povos tradicionais, porém ele não funciona. Em 2007, os quilombolas, juntamente com outras comunidades da região, ocuparam a sede do Parque para conseguir autorização para implantação de energia elétrica. A ocupação foi concluída com sucesso. Ainda assim, seguem outros conflitos.

Texto: Cristiano Braga – quilombola da Fazenda, membro da equipe OTSS



Ocupação e usos do território

O território de uso pelos quilombolas da Fazenda abarca toda a praia da Fazenda e as áreas de mangue, restinga, jundu, caxetal e taboal ainda do lado do litoral da estrada. Do outro lado da BR, entende-se até o Pico do Cuscuzeiro na divisa com o bairro do Corisco, em Paraty. Engloba da localidade do Cubatã ao Canto da Paciência, incluindo a Ponta Baixa, a Praia da Conchas, o Costão da Toca do Mero e o Saco das Taquaras.

Embora reconhecida como comunidade quilombola – certificada pela Fundação Palmares pela portaria 02/2006 – a Fazenda não tem seu território titulado, visto que o processo segue em análise pela Secretaria de Meio Ambiente do Estado de SP, que demora em emitir

“ O Quilombo da Fazenda pra mim é um símbolo de resistência e de luta; é o nosso território, onde firmarmos nossas raízes para gozar da liberdade, conservando nossos costumes tradicionais”

Cristiano Braga, Quilombola, 32 anos

parecer sobre o laudo apresentado pelo Instituto de Terras do mesmo estado.

O plano de manejo do PESH inscreve parte do território do Quilombo da Fazenda como Zona Histórica, Cultural e Antropológica (ZHCA), excluindo do zoneamento todo o lado da praia, a Ponta Baixa e o Cubatã, desconsiderando que a comunidade quilombola sempre usou essas áreas como territórios de pesca, coleta de materiais para artesanato e confecção de artefatos e petrechos.

O laudo antropológico realizado pelo Itesp amplia os limites do quilombo, reconhecendo as práticas e usos tradicionais sobre o ambiente costeiro. Porém, mesmo este laudo pode ser contraposto ao mapa construído neste processo de caracterização, já que, por exemplo, o chamado Canto da Paciência (lado direito da praia de quem olha para o mar) está fora dos limites propostos pelo Itesp.

Entre 2018 e 2019, um grupo de pesquisa da Universidade Federal Fluminense (UFF) realizou um trabalho de Cartonomia Social no Quilombo da Fazenda. Os mapas construídos neste processo usaram a base cartográfica do estudo antropológico do Itesp. Segundo os pesquisadores, “a Cartonomia da Fazenda veio para suprir a ação judicial” movida pela comunidade

para que a Secretaria do Meio Ambiente do Estado de SP “libere o parecer que está tramitando há mais de 10 anos”. A geografia, generosa em cursos d’água, como os rios da Fazenda, Picinguaba e Paciência, faz do Quilombo local ideal para agricultura familiar e tradicional. A comunidade se reconhece como agricultora-pescadora e realiza o manejo florestal como parte essencial à reprodução de seu modo de vida. O uso histórico para a pesca se deu por diversas técnicas, tanto nas águas doces - com o devido cuidado e respeito aos berçários de reprodução dos peixes, quanto no maritório da Fazenda.

“ Eu vivo na Fazenda há 71 anos. Que é a minha idade, né? Desde que nasci. Minha mãe nasceu aqui também e morreu com 104 anos. (...) Meu pai nasceu no Campinho”.

Seu Roberto Braga, Quilombola da Fazenda, 71 anos

Lugares da Comunidade

Tipo	Descrição
Trilha	do Cuscuzeiro ou do Corisco
	do Poço da Rasa
	do Jatobá
	do Sapateiro
	Picadão da Barra
	Saco das Taquaras
	Picadão da Celeste
Poço	do Cubatã
	da Rasa
Toca	da Onça
Cachoeira	Cachoeira da Ritinha
	Cachoeira Canoa
Rancho	do Braga (coletivo)
Canto de praia	Canto da Paciência
Localidades	Canto da Paciência
	Cubatã
	Ponta Baixa
Saco	Saco das Taquaras
	Picinguaba
Rio	Da Fazenda
	Da Paciência

Pesca, agricultura e extrativismo

“ É... tem que ter emprego, porque roça só assim pra fazer alguma coisa, mas pouco, né? não pode também esquecer da roça, tem de ter... tem de ter a roça que é o principal... só que pra viver da roça mesmo, hoje em dia tá meio complicado, não tá assim tão fácil...”

Seu Roberto Braga, 71 anos

As famílias que deram origem ao Quilombo da Fazenda são agricultoras, pescadoras e manejam as florestas. As histórias contadas pelos griôs falam de casamentos entre agricultores e agricultoras familiares locais (trabalhadoras e trabalhadores da antiga Fazenda Picinguaba), de Cunha e Paraty.

As roças familiares continuam, apesar de que muitas pessoas tenham ido buscar trabalho e sustento “na cidade”. Também segue a prática da pesca de subsistência.

Os mapas mostram casas de farinha espalhadas pelos núcleos familiares, junto aos quintais tradicionais quilombolas. Também apontam as

áreas de pesca e locais de mata onde são realizadas coletas de material para confecção de artefatos de diversos usos.

“ (...) Então, rapaz, hoje em dia tá meio complicado te falar qual é a fonte de renda... porque antes era pesca, mas também tá tudo assim envolvido com meio ambiente...”

Seu Roberto Braga, 71 anos



Habitação e organização territorial

O Quilombo da Fazenda está organizado em núcleos familiares, com conjuntos de casas próximas, cercadas por pequenas roças de subsistência e áreas de uso comum das famílias. Há, ainda, espaços de usos comunitários, como campo de futebol, prédio da antiga escola, Casa de Farinha Comunitária e as trilhas e rotas do TBC.

“ Infelizmente a pesca quilombola no mar foi criminalizada pelo Estado de São Paulo (seja através do Zoneamento Ecológico Econômico, seja pelo Parque) de tal forma que os mesmos estão deixando de praticá-la correndo o risco de perder essa cultura tradicional desses povos, com forte impacto na saúde alimentar das atuais e futuras gerações. Nesse momento, eles precisam da liberação das artes de pesca artesanal sustentável, aprimorando as legislações ambientais da pesca dos diversos entes federativos que impactam no seu modo de vida.”

Relatório Técnico-Científico da Cartografia Social Do Território Do Quilombo Da Fazenda Picinguaba – Ubatuba – SP



Práticas de cuidado e Saúde

- O Jatobá, símbolo do Quilombo da Fazenda, é rico em propriedades medicinais, sendo utilizado de diversas formas. O mais usual é a retirada de cascas de seu tronco para a confecção de tônicos fortificantes, estimulantes da digestão e expectorante.
- Recurso das ervas medicinais.
- Ainda há a benzedeiros e curandeiros.
- Já não existem parteiras.

Festas e Celebrações

- Festa da Juçara, em julho.
- Festa da Cultura Negra, em novembro.
- Grupo de Jongo.
- Grupo “Ô de casa”, formado por adultos, jovens e crianças, resgata vários tipos de danças e ritmos como jongo, ciranda, maracatu, caranguejo e arara.

- Festa do Azul Marinho (prato típico da região).
- Festa de São Pedro.
- Folia de Reis.
- Festa do Divino.

Associações Comunitárias

A comunidade quilombola da Fazenda se articula por meio de sua Associação Comunitária dos Remanescentes do Quilombo da Fazenda (ACRQF) e participa ativamente das ações do Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT). A Associação é responsável pela organização e protagonismo dos quilombolas na operação do TBC, em diálogo constante com o PESH. Todo ano, a comunidade luta para ter o direito de operar a lanchonete comunitária e o estacionamento no Centro de Visitantes do Núcleo Picinguaba do PESH, na praia da Fazenda.



Bandeiras de Luta do FCT

O Quilombo da Fazenda oferece roteiro de TBC como integrante da Rede Nhanderekó e com o apoio do FCT. Sediou, em janeiro de 2020, uma partilha que reuniu comunitários para um debate sobre planos de negócios e governança do TBC. Os jovens participam das atividades do Núcleo Jovem do FCT e atuam como guias locais.

O roteiro de TBC do Quilombo da Fazenda está associado a outra das bandeiras do FCT, que é a Agroecologia, ao apresentar os seguintes atrativos:

Agrofloresta

e quintais tradicionais (agroecológicos) com café da roça;

Casa de farinha tradicional

com feitura de farinha de mandioca em seu modo tradicional;

Casa de Farinha Comunitária

com centenária roda d'água capaz de mover diversos maquinários voltados à produção, não só da farinha de mandioca, como também à moagem de café e cana, entre outros;



Roda de conversa com griôs

nas quais moradores quilombolas contam como era a vida antes, durante e depois da implantação do parque e da rodovia Rio-Santos

Vivência com artesanato

Com oficina de artesanato tradicional quilombola;

Oficina de construção de pau-a-pique

(bio-construção) realizada em uma construção tradicional;

Oficina de culinária tradicional

com destaque para a salada de umbigo de bananeira

Trilha do Poço da Rasa; Trilha do Jatobá; e Trilha do Corisco

Pico do Cuscuzeiro

Trilha que faz parte da história da comunidade e da região, pois, antes da rodovia BR-101, era o principal caminho até Paraty. Pela trilha era escoada a produção de álcool e açúcar do engenho da antiga Fazenda Picinguaba. A trilha também era utilizada para o escambo, ou seja, trocas entre os moradores da região de Ubatuba e Paraty. O caminho passa por mais de 20 cursos d'água, muitos deles afluentes do rio Fazenda, com floresta bem preservada.

Acesso a Serviços Públicos e Renda

Serviços públicos

O núcleo principal do Quilombo possui o prédio de uma escola que está desativada e, hoje, serve à comunidade como espaço comunitário, com sala para atividades para as crianças (quilomboteca, confecção de instrumentos etc), sala de reuniões, depósito e cozinha comunitária onde são feitos os alimentos servidos aos visitantes nos roteiros de TBC e em oficinas, partilhas e reuniões comunitárias. Próximo à escola/centro comunitário, está o posto de saúde, com atendimento semanal e que serve de base para a equipe da Estratégia Saúde da Família (ESF).

As crianças do quilombo estudam em duas escolas da região: Pinguaba (Fundamental I) e Puruba (Fundamental II). O ensino médio só é ofertado em escolas do Centro de Ubatuba.

O serviço público de transporte é ineficiente e o ônibus entra no Quilombo em poucos horários ao longo do dia. Fora desses horários, os quilombolas devem caminhar os cerca de 3km, por rua de terra, até a BR para pegar o ônibus até o Centro ou outras comunidades.

No quilombo não há rede de esgoto, mas as casas possuem sistemas individuais de saneamento (fossas

sépticas). A rede de energia abastece os núcleos familiares desde 2007. Tradicionalmente, a comunidade quilombola garantia sua segurança e soberania alimentar ao manejar a floresta, botar roças, produzir farinha e pescar, tanto no rio quanto no mar: “Pesca que não praticamos mais: Picaré, lanço, de linha na costeira ou no rio, currico no rio”, informa o agente de campo Guilherme Euler, jovem quilombola da Fazenda.

Renda

Atualmente, grande parte dos quilombolas trabalham como empregados em negócios voltados ao turismo, seja em quiosques e pousadas em outras comunidades da região, como a Almada, seja no Centro de Ubatuba, em hotéis, restaurantes e no comércio em geral. Há também o emprego doméstico, em casas de veraneio.

O Quilombo da Fazenda vem trabalhando alternativas para a geração de trabalho e renda e a busca por reconquistar a soberania alimentar por meio dos programas de TBC e promoção da Agroecologia. Seguem, também, em constante negociação com o PESH para que não sejam criminalizados por suas práticas tradicionais.

Práticas como o Picaré e demais usos tradicionais dos mangues e rios estão criminalizadas, assim como o arrasto de praia e a confecção de canoas.

Ameaça causada pela abertura da BR 101

- A estrada corta o território quilombola ao meio, separando a praia do sertão.

- Assoreamento do rio da Fazenda, que era usado como via de transporte e de ligação do sertão com o mar.

Turismo predatório e especulação imobiliária

Na localidade do Canto da Paciência, há diversas casas de veraneio que, apontadas no mapa, indicam conflito com a grilagem de terra associada ao turismo predatório. A presença de forasteiros é tolerada pelo PESH, o que demonstra, segundo relatos, o racismo ambiental pelo tratamento desigual.

“ Os passarinhos estão migrando das áreas griladas para as áreas onde estamos resistindo.”

Marcelena Assunção, quilombola, cerca de 45 anos

Artesanato

Construída em 2012 em mutirões e com apoio do projeto Tecendo Saberes, do Instituto Capiá, a Casa de Artesanato Comunitária fica junto à Casa de Farinha/Roda d'água. Na Casa, visitantes podem conhecer e comprar itens artesanais confeccionados com materiais da natureza, como taboa, cipós timupeva e imbé, fibra de bananeira, caxeta, taquara e madeira. Em 2018, foi montada uma casa de artesanato na praia.



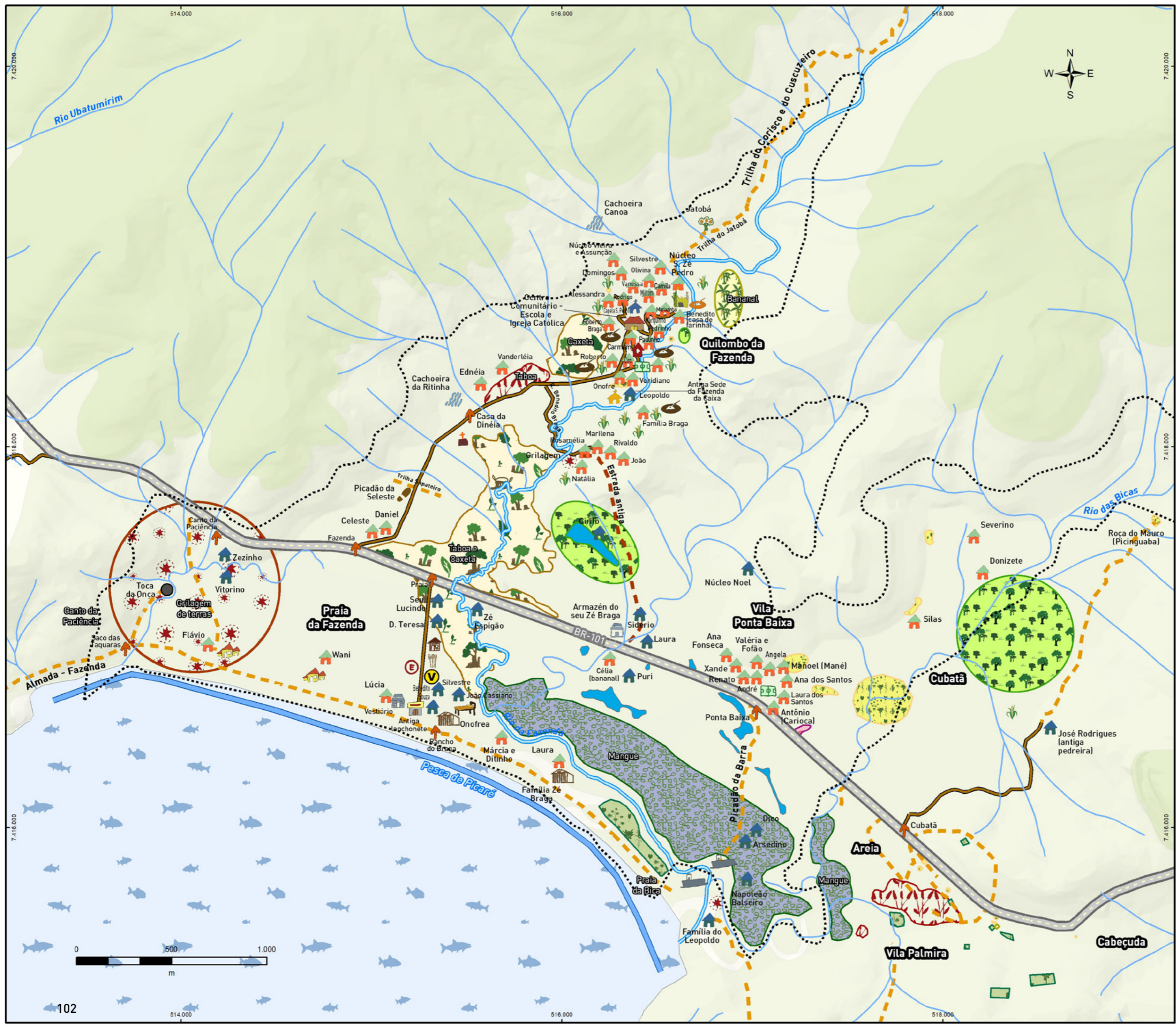


***UCs sobrepostas e
criminalização de práticas
tradicionais***

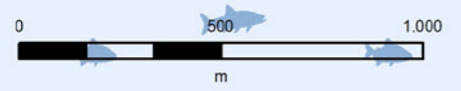
Todo o Quilombo da Fazenda está sobreposto pelo PESH/FFSP e parte dele é sobreposto pelo PNSB/ICMBio. Os relatos falam da criminalização das práticas tradicionais e do medo em seguir com as roças e a pesca.

Desde 2016, uma Ação Civil Pública pleiteia a titulação definitiva do Território Quilombola. Ainda, está em negociação a transformação de parte do território em Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS).

QUILOMBO DA FAZENDA



- | | |
|--|---|
| Áreas de uso e ocupação tradicional e histórica | Conflitos socioambientais e ocupação não-comunitária |
| ● Toca | ☄ Conflito de território |
| ☁ Cachoeira | ☒ Área de conflito |
| ■ Lago/Lagoa | 🏠 Casa de veraneio |
| — Pesqueiro | 🌳 Parque Nacional da Serra da Bobaina |
| 🐟 Área de pesca artesanal | 🌳 Parque Estadual da Serra do Mar |
| 🏠 Rancho de pesca | |
| ⚽ Campo de futebol | Infraestrutura e serviços públicos |
| 🏠 Centro comunitário | 🏠 Posto de saúde |
| 🏠 Moradia quilombola | 🏠 Igreja |
| 🏠 Moradia quilombola antiga | 🏠 Igreja Evangélica |
| 🏠 Terreno familiar quilombola | 🏠 Cemitério |
| 🏠 Extrativismo | 🏠 Centro de visitantes |
| 🌳 Agrofloresta | 🏠 Alojamento Parque Estadual |
| 🍌 Bananal | 📍 Acesso |
| 🌳 Área de roça | |
| 🌳 Área de roça antiga | Turismo e comércio local |
| 🌳 Roça | 🍴 Restaurante |
| ☒ Taboa | 🍷 Lanchonete |
| 🌳 Mangue | 🅔 Estacionamento |
| 🏠 Engenho e Roda d'Água histórica da Fazenda | |
| 🏠 Casa de farinha | Outros elementos |
| 🏠 Casa de farinha comunitária | — Trilha |
| 🌳 Árvore | — Estrada antiga |
| — Trilha | — Rodovia BR-101 |
| 🏠 Comércio de caçara antigo | — Estrada; Rua |
| 🏠 Casa de artesanato | — Rio da Fazenda |
| 🚤 Balsa antiga | — Rio |
| ☒ Limites do Quilombo | |
| ☒ Cartonomia IEAR/UFF | |



Almada

Nossa caminhada pelos territórios tradicionais do Norte de Ubatuba chega à Almada, comunidade caiçara de forte tradição pesqueira. Percorrendo a estradinha que dá acesso às praias da Almada e do Engenho, a partir da BR 101, já se percebe sua organização comunitária: placas instaladas pela Associação de Moradores e Amigos informam aos turistas as regras de convivência e os convida a conhecer a cultura dos habitantes locais.

“ A comunidade da Almada é importante para mim por conta do aprendizado e da união com essa comunidade. Aqui procuramos viver sempre em harmonia. E sempre na luta pelo protagonismo do território discutimos também boas práticas e culturas (...) zelamos por essa comunidade tradicional, nos fortalecemos em relação à agricultura e à pesca mantendo a geração de renda (...) zelamos pelo mar que também é nosso território (ou maritório), nosso território de pesca no qual agregamos várias modalidades da pesca artesanal, algumas das práticas mais antigas que existem deixadas por nossos ancestrais”.

Márcio Roberto dos Santos (Chico), caiçara da Almada

A comunidade está distribuída entre as praias da Almada e do Engenho, que são separadas por pedras; inclui, ainda, as praias Brava da Almada e Lança Cavala. Junto às praias da Almada e do Engenho, encontram-

se os equipamentos públicos, como posto de saúde e depósito comunitário; e o Museu e Centro Cultural Caiçara da Almada.

Ainda ali estão casas de veraneio, destacando-se uma que serve de base à exploração privada de uma das ilhas do maritório da Almada. Com forte vocação turística, caiçaras e forasteiros dividem as áreas de quiosques, casas para locação por temporada e pousadas. Mas não só de turismo vive a Almada. Ali na praia também estão os ranchos com equipamentos e petrechos, que demonstram a resistência da pesca artesanal.

“ Vejo a comunidade como uma família, bem organizada, e que mesmo com seus defeitos mantém, desde os mais antigos, uma forte união tão diferente do que vejo em outras comunidades. E isso, pra mim, a torna muito especial. E acho que conseguimos passar isso para quem nos conhece, e o objetivo é passar essa herança para os mais jovens daqui”

Edson Leopoldo dos Santos (Edinho), caiçara da Almada

Lugares da Comunidade

<i>Tipo</i>	<i>Descrição</i>
Praias	Almada
	Engenho
	Brava
	Lança Cavala
Área Comunitária	Área de interesse cultural de uso múltiplo: festa do camarão, local de ranchos, corrida de canoa, encontros religiosos, aniversários e estacionamento destinado ao TBC, espaço cultural e museu caiçara
Pedra da costeira	Separa as praias do Engenho e da Almada
Mariculturas	Familiar e Comunitária
Lajes e parceis	Ver mapa
Outros Pesqueiros	Ponta do Sul
	Buraco das Andorinhas
	Saquinho
	Ilha da Pesca
	Ilha dos Porco Pequena
	Ilha Redonda
	Ilha dos Negros
Ilha das Couves	
Ilhas – pesqueiros, TBC e locais de roças históricas, com moradia e/ou rancho caiçara	



Pesca, agricultura e extrativismo

A comunidade caiçara da Almada segue com as práticas da pesca artesanal e reivindica antigas áreas de roça. Seu maritório é reconhecido pelos nomes dados aos pesqueiros e, nele, encontram-se cercos e maricultura tradicional.

“*Plantei muito na época quando cheguei aqui... tinha muita mandioca, tinha cana, tinha feijão, tinha milho... tinha muita criação*”

Seu Mandico, 78 anos

“*Porque aqui a mulherada sempre trabalhou na roça... né? mamãe trabalhou muito na roça... os homens faziam a roça e quem cuidava eram as mulheres... entendeu? vinha na época de fazer a roça, né? faziam a roça e caíam no mar, porque pescavam, né? iam pra pesca... e as mulheres que cuidavam, carpíam,... minha mãe quantas farinhas não fez sozinha, nossa deus...*”

Dona Cida, 66 anos

“*Teve um tempo aí, uns anos atrás, que o pessoal [pescava] mais pra consumo mesmo, né? Agora, com a pesca do cerco, já virou uma parte que você consegue ainda vender o peixe*”

Joel, 48 anos

Práticas de cuidado e Saúde

Dona Dolores conta que teve 12 filhos, todos com o auxílio de uma parteira chamada Maria Balbina, nascida no Sertão do Ubatumirim e que vivia na Picinguaba. Ela também diz que “agora tem mais doença do que antigamente” e explica: “eu acho que por causa da alimentação, né?”. Dona Dolores reconhece que, atualmente, a alimentação não é tão saudável quanto era antes; que hoje tem umas coisas, “margarina que fala, né?”, que não tinha antes da estrada.

Ela e Dona Cida informam que quando se pegava um resfriado, ou se tinha uma dor de barriga, se colhia alguma planta e se fazia um chá, que curava. Elas dizem que seguem tomando esses chás e que deram aos filhos e dão aos netos.



Festas e Celebrações

A Associação da Almada mantém um centro cultural, chamado Museu Caiçara, onde expõe artefatos ligados à sua cultura. É também um espaço de reuniões onde foram realizadas oficinas do Projeto POVOS e a Reunião Ampliada do FCT, no segundo semestre de 2019. A comunidade recebe edições de corrida de canoa, realizadas pela Associação dos Amigos e Remadores da Canoa Caiçara (AARCA). Para a corrida, é utilizada área comunitária junto à praia da Almada. Na mesma área, realiza-se a Festa do Camarão, importante evento que reúne as comunidades da região. O espaço também é utilizado como lugar para rancho, para festas de aniversários dos comunitários e estacionamento que serve ao turismo de base comunitária.

Em entrevista à equipe de pesquisadores de campo, o mestre caiçara da Praia Brava da Almada, Seu Mandico, falou sobre as festas antigas, os festejos do Divino Espírito Santo, e das diversões de seu tempo. Ele também mostrou como parte dessa cultura vem se perdendo por influência externa.

Entrevistas agentes de campo

E a Folia? Conta um pouco pra gente da Folia. Quando chegava, como era?

“ A Folia era o maior divertimento do povo antigo, era a festa da pobreza do povo antigo. O mestre da Folia que era o Macuco, cê lembra, né? O Antônio Macuco escutava essa conversa do pessoal; aí ele versava... peraí, deixa eu me lembrar dos versos que ele versava assim... elogiando a Folia e o público, né? Ele estudava o verso e cantava, fazia o verso na hora. Mas era uma festa, é a festa da pobreza, né? Aí, quando foi uma ocasião, roubaram aquele passarinhozinho da bandeira, que era de metal.... roubaram e a Folia não tinha. Aí veio um padre e, também, proibiu, não queria que a Folia saísse, nem ele conhecia a Folia. Aí levou um bocado

de tempo, a minha mãe falava isso: onze anos sem a Folia vir pra roça... aí teve outro padre, que veio pra paróquia de Ubatuba tomar conta. Ele foi lá na terra dele, mandou fazer uma pombinha do Divino, né? de bronze... aí colocaram na bandeira e ele mandou que a Folia saísse pra roça. Quando a Folia chegou, o falecido Macuco cantou: ‘esse um que aqui veio foi feito agora de novo / o padre João quem fez para contentar o povo / o padre de Ubatuba fez uma grande nobreza / mandou o Divino pra roça que é a festa da pobreza’... aí pronto, aí era uma festa só. *Irmandino Barbosa dos Santos*

E dançava o quê?

“ Dançava as nossas músicas... canaverde, canoa... bate pé... muito divertido... não tinha esse negócio de povo de fora, não vinha ninguém de fora

Irmandino Barbosa dos Santos

Associações Comunitárias

A Associação dos Moradores e Amigos da Almada tem forte atuação em defesa dos direitos e da organização comunitária. Está articulada ao FCT e à Coordenação Nacional de Comunidades Tradicionais Caiçaras (CNCTC) e participa ativamente das atividades dos movimentos sociais. Ela também mantém um Espaço Cultural e Museu Caiçara, que serve tanto como um centro de visitantes, quanto espaço para reuniões e oficinas. Além de também gerenciar a área comunitária, que serve à Festa do Camarão e outros eventos, como as corridas de canoa caiçara, realizadas pela AARCA – Associação dos Amigos e Remadores da Canoa Caiçara.



“ A associação é a única coisa que gera renda pra comunidade, né?, assim, no coletivo; todo dinheiro que é arrecadado ali [no estacionamento comunitário] vai pra associação. E é onde a gente faz essas obras aí... e alguns eventos que no caso precisem de verba, né?... e onde a gente faz a Festa do Camarão, então hoje a associação, assim, em termos financeiros, não seria nada sem o estacionamento. Não teria verba nenhuma, não teria recurso nenhum se não fosse o estacionamento, então ele é nosso braço direito, nosso parceiro”

Joel, 48 anos



Bandeiras de Luta do FCT nas comunidades

A Almada tem vocação turística e a comunidade vem participando das atividades da Rede Nhanderekó de TBC. Também são atuantes no GT Pesca do FCT. A comunidade conta com o apoio da coordenação de Justiça Socioambiental do OTSS nas negociações que visam a garantia dos direitos territoriais, com a reprodução dos modos de vida e das práticas tradicionais.

“ Hoje não se consegue viver somente da pesca pois existem muitas leis que contrariam nosso meio de vida, pescador hoje é bandido, isso é muito triste pois os costumes vão se perdendo. Plantar não se pode mais, caçar é proibido, pescar está cada vez mais restrito... Estão querendo nos extinguir e acham que nós não sabemos, mas seguimos firmes e unidos lutando para sermos respeitados. Ser caiçara hoje para alguns é vergonha, mas eu já amo essa cultura,

“ esse povo. A Almada para mim é tudo, a ligação que tenho com a natureza, com o mar, é o melhor que vou levar dessa vida, meu umbigo está enterrado aqui, minhas raízes estão fincadas nessa terra

Hellen Diana, 32 anos



Acesso a Serviços Públicos e Renda

Os entrevistados informam que a renda vem do turismo e da pesca. A comunidade tem um posto de saúde e acompanhamento da Estratégia Saúde da Família. Há transporte público e transporte escolar, visto que não há escola. Foi implantado projeto de saneamento com financiamento do Fundo de Recursos Hídrico (FEHIDRO) nas casas dos caiçaras. Porém, a comunidade reivindica que as casas de veraneio tenham sistemas de saneamento adequados, a exemplo do que foi implantado em suas moradias. Como fonte de renda e solidariedade com outras comunidades, os interlocutores da Almada indicam a contratação de comunitários da região na Festa do Camarão e nos quiosques de caiçaras no verão.

Turismo predatório e especulação imobiliária

- Presença do turismo de massa associado à especulação imobiliária, com muitas casas de veraneio mapeadas.
- Caiçaras exploram quiosques, restaurantes e pousadas em concorrência com “forasteiros”.
- A comunidade sofre ameaça de grileiros que movem ação de reintegração de posse sobre área pública da União. Trata-se de um dos principais espaços de

uso comunitário, junto à praia da Almada, que vive longa disputa judicial provocada por forasteiro que se diz dono da área pública e de uso tradicional caiçara. A comunidade conta com o apoio do FCT, com intermediação do MPF e da Defensoria Pública da União para a obtenção de Termo de Autorização de Uso Sustentável (TAUS) sobre território da União, sob responsabilidade da Secretaria de Patrimônio da União (SPU).

Pesca Industrial

“ *Pesca industrial antecipa os cardumes, que não chegam a entrar na baía como antigamente. A pesca da tainha está ameaçada*”

Joel, 48 anos

UCs sobrepostas e criminalização de práticas tradicionais

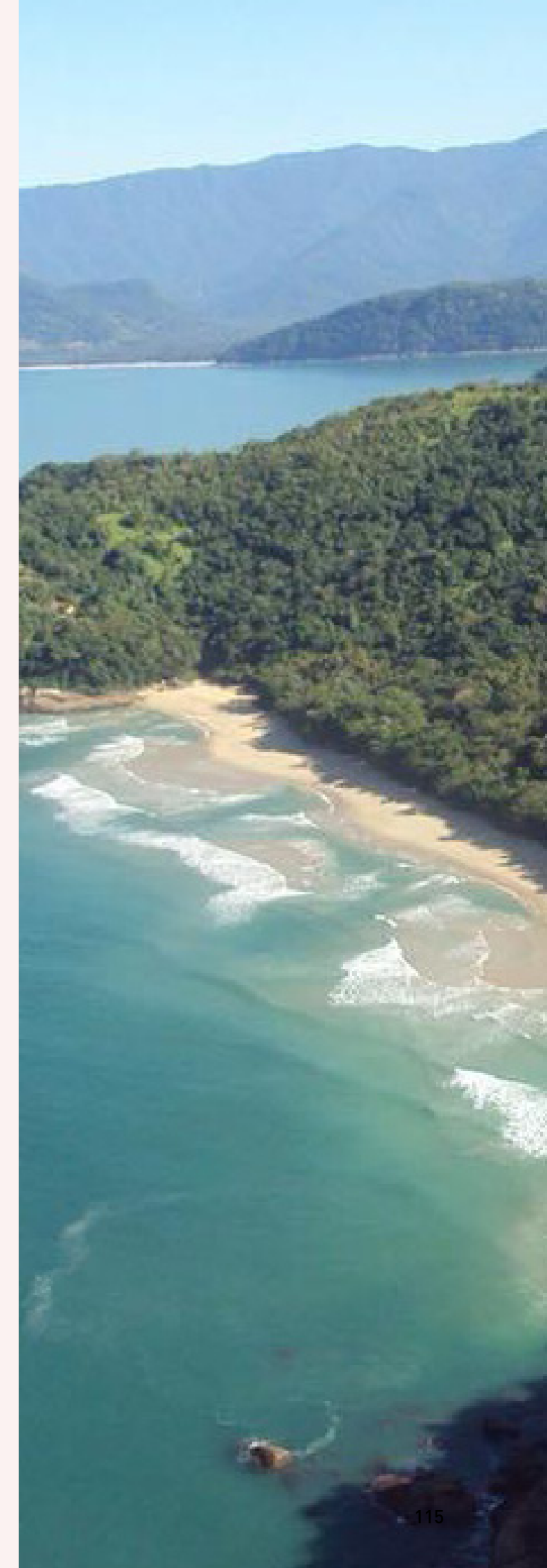
- O PESM sobrepõe o território tradicional e indica, pelo zoneamento imposto no plano de manejo, as áreas onde há construções como Zona Histórica, Cultural e Antropológica (ZHCAN).
- APA Marinha do Litoral Norte (APAMLN/FFSP) sobrepõe o marítimo tradicional da Almada.

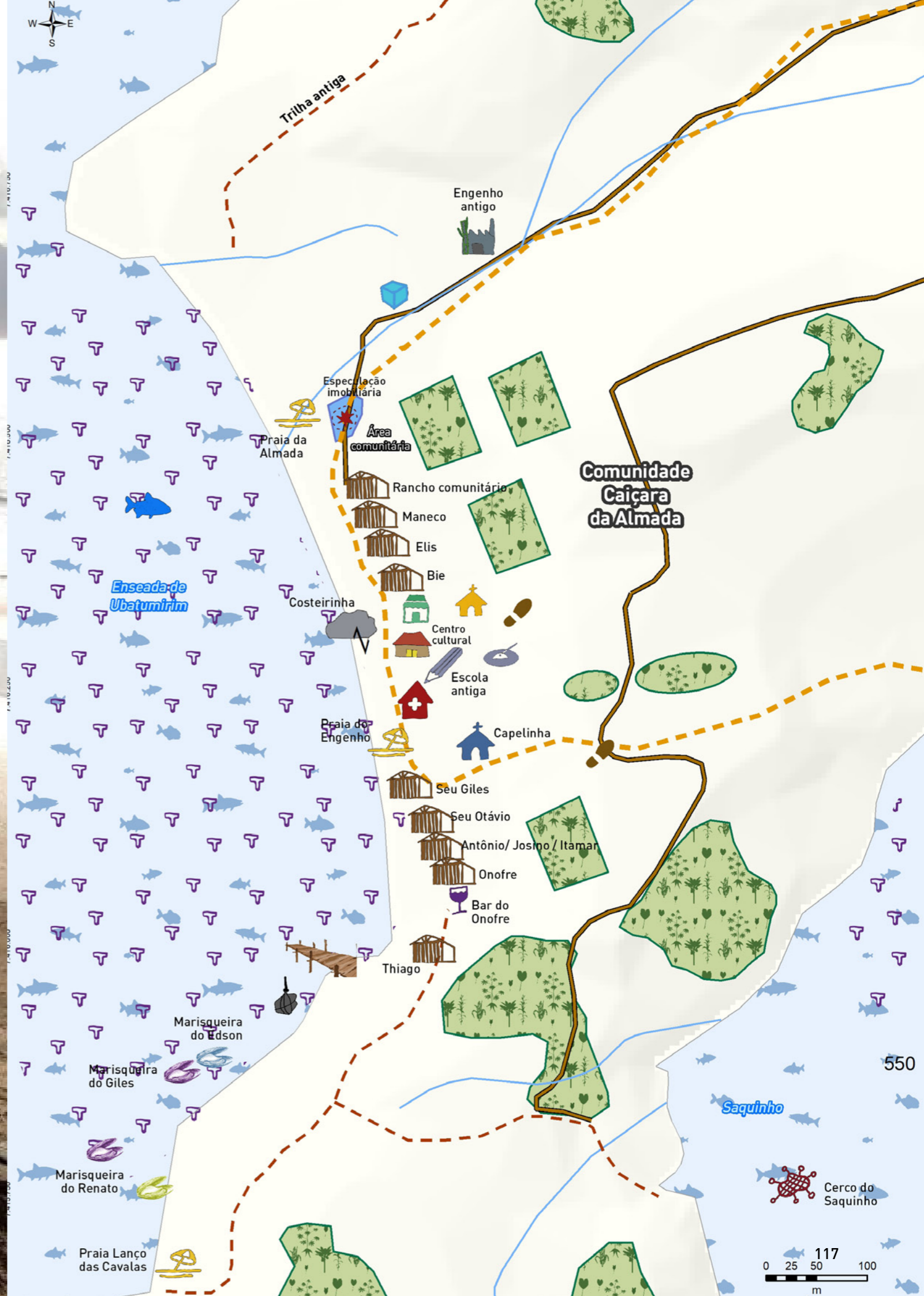


Pré-Sal e outros grandes empreendimentos

“ *ah, influencia, eu acho que [o pré-sal] tem influência, eu acho que tem influência muito grande, cara, nisso aí... eu não sou especialista na área, mas eu penso que tem muito peixe que migrou pra outra região por conta disso. O impacto é grande, se pegar esses navios gigantes, o impacto é grande, eu acho que teve peixe que migrou pra outros locais. Eu lembro que a sardinha, na minha época, aqui na baía, vinham vários barcos grandes, pra pegar sardinha, hoje não tem mais... não tem mais sardinha aqui... na minha visão a sardinha foi um dos peixes que migrou pra outro lugar por conta disso*”

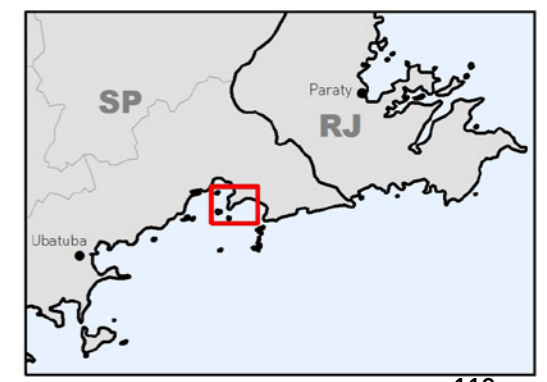
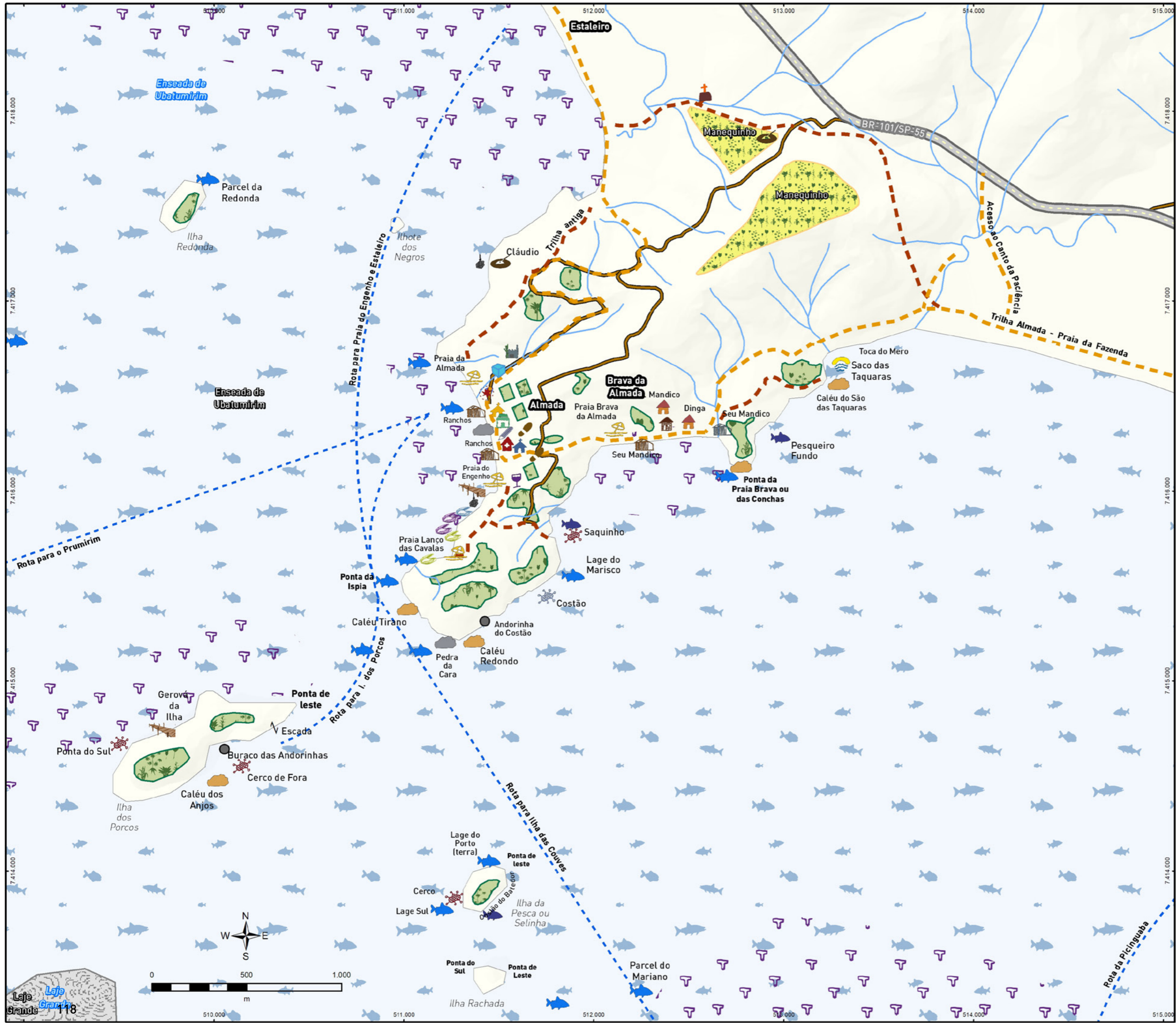
Joel, 48 anos





COMUNIDADE CAIÇARA DA ALMADA

Áreas de uso e ocupação tradicional e histórica	Conflitos socioambientais e ocupação não-caiçara
Saco	Conflito de território - especulação imobiliária
Praia	
Caléu	
Pedra	
Buraco	
Rancho de pesca	
Rancho de pesca antigo	
Cercos de pesca	
Cercos de pesca antigo	
Marisqueira	
Maricultura familiar	
Marisqueira antiga	
Pesqueiro	
Lajes e parcéis	
Laje; Lajeado	
Área de pesca artesanal	
Roça antiga	
Casa de caiçara	
Centro cultural	
Casa de farinha antiga	
Engenho antigo	
Casa de farinha	
Casa de artesanato	
Capela	
Área comunitária	
Cemitério	
Roça	
	Infraestrutura e serviços públicos
	Início de trilha
	Posto de saúde
	Pier
	Poita
	Igreja Evangélica
	Escada
	Escola antiga
	Câmara fria
	Turismo e comércio local
	Comércio de caiçara
	Bar
	Turismo de Base Comunitária
	Outros elementos
	Trilha
	Trilha antiga
	Rota marítima
	Rio
	Rodovia
	Estrada/rua



**Praias do
Ubatumirim,
Estaleiro e
Justa; Vilas
Gaiivota,
Rolim, da
Índia e
Barbosa; e
Cambucá**



“ Vejo a minha comunidade Ubatumirim como uma região de extrema importância para preservação e identificação da cultura caiçara. Ubatumirim é uma comunidade que vem crescendo de forma desordenada. Mesmo assim, mantém práticas ancestrais que atravessam gerações resistindo a transformações no modo de vida. A pesca artesanal, a roça, artesanato, o modo de falar (oralidades), construção de canoas, fabricação de farinha artesanal, confecção de instrumentos do fandango, festas religiosas, entre outras atividades que caracterizam essa comunidade e torna essa região completa e muito importante para a permanência de futuras gerações (...) Importante preservar o pensamento de pertencimento, para enfrentar a árdua e contínua luta desse povo”

Mário Gato, caiçara, 45 anos



Lugares da Comunidade

<i>Comunidades</i>	<i>Tipo</i>	<i>Descrição</i>
Estaleiro	Mangue	Mangue
	Trilha	antiga da Praia da Fazenda para a estrada da Almada
	Caminho de servidão	antigo acesso ao Estaleiro
	Laje	Grande da Mofina
	Roça antiga	duas áreas duas áreas
	Ponta	da Cruz
	Pedra	de Pintamar
	Cemitério	Santa Isabel
	Projeto Social	antigo Menino e o Mar
	Rio	Inhanqui
Ubatumirim Praia	Rio	Ubatumirim Iriri
	Rancho	2 (ranchos) caiçaras
	Rancho coletivo	1 rancho coletivo
	Trilha	Canto do Ubatumirim
Vilas	Núcleos familiares	núcleos caiçaras das 4 vilas da reg. Ubatumirim
	Porto de Areia	Porto de areia na Vila Gaivota
	Ruas	as ruas das vilas foram nomeadas
	Casa de farinha	1 atual 1 antiga
	Roças	1 atual apontamento de áreas de roça antigas
Praia da Justa	Roça antiga	duas áreas duas áreas
	Casa antiga	Antiga casa Aurélia Ferreira
	Telégrafo	Antiga Casa do Telégrafo Poste Telégrafo
	Ilha	Ilha das Pombas
	Praia	Praia do Surutuba
	Rancho antigo	Antigo rancho Altivo
	Rancho	Rancho de pesca coletivo Rancho do Isaías
	Trilha	Trilha Justa-Puruba
		Justa-Cunha (Trilha do antigo telégrafo)
Cambucá	Rio	Rio Quiririm
	Cachoeira	do Preto (ou da Antena)
	Trilha	Trilha da Cachoeira do Preto
	Marco	Portão do PESM



Este é um agrupamento de comunidades e localidades caiçaras que reúne as praias do Estaleiro, Ubatumirim e Justa; e as vilas Barbosa, Gaivota, Rolim e da Índia, além da localidade do Cambucá. Aqui estão todas as características, expressões e modos de ser e fazer da cultura caiçara e, também, as ameaças reais à reprodução de seu modo de vida. Por entre trilhas e caminhos, no sertão, na mata, nos costões, no mar; pelas ilhas, lajes e parcéis – nestes caminhos tradicionais, rasgados pela rodovia – trafegam canoas, cipós, redes, cabos, cestos, artesanatos, rabecas, danças e festas, em luta de permanente resistência e preservação.

Mário Gato, caiçara do Ubatumirim, articulado aos movimentos sociais e culturais, “fazedor” de rabeca e canoa, tocador e dançarino de fandango, define assim a sua genealogia:

“ A história, assim, do lugar... é uma coisa bem complexa, né? Porque, desde antes da chegada dos exploradores aqui já existia um povo que já dominava através do conhecimento, da sabedoria, do modo de vida, que eram os Tupinambá, né? e isso após a colonização... início de colonização, que foi de uma forma muito triste, né? com a chegada dos europeus que exploraram os índios, que trouxeram os negros africanos de forma brutal... mas trouxe um lado... é, não sei nem se é certo falar

‘bom’, mas, assim, de preservação da cultura, que foram as populações caiçaras; que abrange, que são os três povos juntos... não dá pra falar de caiçara e não falar do índio, não dá pra falar de caiçara e não falar do negro africano... não dá pra falar do caiçara sem falar do europeu... então, constituiu todo um... uma história através de uma mescla de povos, que hoje é o povo caiçara”

Mário Gato, caiçara, 45 anos

A trajetória do Projeto POVOS por este agrupamento inicia-se no território tradicional do Estaleiro, uma comunidade caiçara de pescadores artesanais e agricultores familiares. Conforme dito por um interlocutor local, a comunidade é muito antiga e totalmente integrada a outras da região, como o Ubatumirim. A importância do Estaleiro é sentida em todo o norte de Ubatuba, pois era de lá que saía o chamado “barco do padre” que, antes da abertura da BR 101, levava pessoas e produtos da roça e pesca para o mercado no centro da cidade. Por conta disso, o Estaleiro é fim e começo de trilhas importantes, como conta um jovem agente de campo do Quilombo da Fazenda. Ele relembrou seus tempos de criança, quando

usava a mesma trilha utilizada por seus pais e avôs no passado, mas com outro objetivo: ir brincar na praia e participar das ações do projeto social “O Menino e o Mar”.

Este projeto ocupava uma área grande, com construções modernistas, e ações nos campos da cultura, do esporte e do lazer. Em frente ao antigo projeto, fica o cemitério, onde estão enterrados os antepassados de muitos comunitários da região. Hoje, o Estaleiro, assim como a praia do Ubatumirim, está recheado de quiosques que atendem aos turistas, principalmente na alta temporada de verão. Muitos desses quiosques são operados pelos caiçaras, apesar de existirem alguns de “gente de fora”.

Estaleiro e Ubatumirim estão divididos pelo rio Ubatumirim e sua foz. Ao longo das duas praias, é possível verificar casas de veraneio tomando espaço de restinga e mangues. Nos “fundos” das duas comunidades, ainda em área de baixada e do lado do litoral em relação à estrada, existem loteamentos que denunciam a especulação imobiliária. Também ali estão as vilas, de formação mais recente, mas onde vivem caiçaras que sempre estiveram na região, vivendo da pesca, da roça e do manejo florestal. As vilas se ligam, por suas pessoas, à Praia da Justa, que só é acessível por trilha. Na Justa, caiçaras compartilham ranchos e pesqueiros. Do outro lado da estrada, está a localidade

do Cambucá, onde a maioria das famílias tem parentesco com os quilombolas da Fazenda. Foi no Cambucá que foram coletadas algumas das histórias que unem o norte de Ubatuba a Cunha e Paraty; caixaras a quilombolas e caipiras. Histórias que demonstram a riqueza da diversidade cultural da Bocaina, a unir os povos tradicionais da Mata Atlântica no sudeste brasileiro.

“ Os caixaras se resolvem. Brigam uma hora; se beijam logo depois. Mas com os ricos de fora é diferente, né? Tem um medo, não sabe como lidar”

Dudu, Estaleiro

“ Minha família, meus avós todos, são todos daqui da região. Não conheço ninguém que não seja daqui. Tudo é Ubatumirim, Justa, Estaleiro... Mas a família mais antiga que continua aqui mesmo, na Vila Gaivota, é a família Santos, da Dona Ondina Narcisa. Aí tem a Vila Rolim, por causa do Doutor Rolim, pai do Wando, do Bruno, da família Rolim. A Vila Barbosa tem a referência do Juarez.

Pesca, agricultura e extrativismo

“ A gente tinha roça, meu pai, eu fui criado um pouquinho dentro de um caixote de madeira no aceiro da roça pra minha mãe e meu pai limparem, né? A plantação que era... cultivava mandioca pra farinha; plantava umas batatas doces, coisa assim... E eu fui criado, cresci ali um pouquinho, ali dentro daquele caixote pra eles cuidarem da roça, eu lembro onde a gente tinha a roça, né?”

Vanil Antônio Teixeira, Vila Gaivota e Praia da Justa

“ A roça pra mim, hoje, praticamente não tem importância... tem importância pro pessoal do sertão. Aqui na praia a gente não tem mais... agora, pesca é um fator grande pra gente, porque se tirar pesca, como é que a gente vai fazer se o turismo não vier? Se a gente, se

um camarada, como no meu caso, for fechar o quiosque... eu vou ter que ir pescar, porque o cara com sessenta anos não vai conseguir emprego na cidade. Então você tem que pescar um peixe pra você vender, sei lá, fazer uma troca pra você poder sobreviver... então a pesca é um negócio chave na vida do caixara”

Vanil Antônio Teixeira, Vila Gaivota e Praia da Justa

Apesar do histórico de criminalização ambiental das práticas tradicionais, no Cambucá, na Justa e nas quatro vilas é possível identificar, ainda, áreas de roça. Os relatos também informam do manejo florestal, do plantio consorciado e usos diversos da mata. Ainda, os moradores das Vilas e do Cambucá, assim como os que estão mais próximos da praia, seguem pescando e tirando seu sustento do mar. Os mapas apontam roças atuais e antigas áreas de roças, assim como antigas casas de farinha e ranchos em uso e desativados. Demonstram, ao mesmo tempo, a ameaça sobre o modo de vida e a soberania alimentar desses povos e a resistência de suas práticas tradicionais. São diversas as técnicas de pesca praticadas, a depender do pesqueiro e da espécie almejada, em um marítório compartilhado.

“ Quando a gente ia mudando as áreas de plantio, uma área ficava ali sem ninguém mexer por cinco anos. Nesse tempo, cresce umas arvoretinhas, né?! E aí, já não pode cortar mais”

Dona Maria Geralda, Cambucá, 78 anos

Habitação e organização territorial

- Vilas caiçaras – sítios familiares.
- Áreas cercadas por “incorporadoras imobiliárias”, chamadas pelos moradores de loteamento “dos de fora”, denunciam a especulação imobiliária sobre as áreas de baixada, planas e próximas à praia e a à rodovia, ameaçando áreas de mangues e restingas e o próprio modo de vida caiçara.

Práticas de cuidado e Saúde

O recorrer às benzedeiros e aos curandeiros aparece nas falas como algo do passado, que se perde com o tempo. Assim como a realização de parto em casa e do ofício de parteira, como indica este trecho da conversa entre Dona Maria Geralda e sua filha, Neide:

Pesquisador Comunitário 1: E quando ficava doente?

Neide: E não é que não ficava doente?!

Maria Geralda: É, quando dava...

P1: Não ficava, né?

N: Ficava doente mas curava dentro de casa mesmo...

MG: Remedinho caseiro mesmo, ali...

N: Né, mãe?

P2: Ervinha, né?

N: É, simpatia... aquele tempo (nós vivíamos) de simpatia, essas coisas, né, mãe?

MG: É...

P1: E tinha pouca doença também, né? Ou não?

N: É, não, não tinha doença...

P1: Como era a alimentação nessa época? O que vocês comiam?

MG: Ah, quando tinha peixe a gente comia, né? [risos] Aí quando não tinha, eu saía a caçar.

N: Ela caçava e pescava.

MG: [risos] Aí eu saía a caçar, saía a pescar... aí cozinhava.

P2: Trazia a mistura...

P1: Tudo vinha da natureza.

N: Cozinhava, fazia farinha e era aquela nossa comida... era pirão e peixe.

MG: É, e eu fazia farinha.



Festas e Celebrações

As comunidades caiçaras, do norte do Paraná ao sul do Rio de Janeiro, celebram sua cultura com música, danças e festas. Fazedores de seus próprios instrumentos, habilidosos das artes manuais, são também exímios “festeiros”. O trecho abaixo traz a história do fandango caiçara, sua associação com a religiosidade e seu lado profano. Fala também de seu fortalecimento, recente, em Ubatuba.

“ **Fandango caiçara é uma manifestação musical que está associada ao modo de vida das populações caiçaras, que era o pagamento do trabalho coletivo. As pessoas que se reuniam para puxar canoa, por exemplo, pagavam com o fandango; que construíam uma casa de pau a pique, então o pagamento era o fandango. Então ele era um resultado do trabalho coletivo mesmo. Era uma celebração, né? Tem algum trabalho coletivo na roça, por exemplo, pagavam festejando, porque dinheiro não**

tinha mesmo. Era comum tocadores de rabeca, viola machete, adufe em todas as praias isso. Então fandango era o resultado desse trabalho. Também tinha o fandango nas festas religiosas; nessas festas de São João, Santo Antônio, São Pedro era muito comum. Nas festas, pela devoção, é muito forte e era muito comum ter capelinhas nessas praias, sertões.. Era muito comum também os bailes começarem e amanhecer o dia; com seus bate-pés, as suas miudezas, né? A chiba, a marrafa, a tontinha, a ciranda, o caranguejo e outras danças. A história do fandango ela é muito antiga. Desde período de colonização, do tempo da formação da população caiçara. Através de uma luta de resistência, trouxemos à tona de novo o fandango; e estamos levando de novo para as comunidades”

Mário Gato



Corrida de Canoa Caiçara

Valorização das artes e ofícios caiçaras: crianças, jovens, mulheres e homens participam das corridas caiçaras e, junto a elas, contam casos e histórias, tocam e dançam; e comem do que vem do mar, da terra e da mata, compartilhando saberes.

Bandeiras de Luta do FCT nas comunidades

As comunidades do Estaleiro e da praia do Ubatumirim possuem associações comunitárias frágeis, que demandam um trabalho de fortalecimento, com regularização de documentos e reestruturação de sua composição e diretoria. A praia da Justa e as Vilas não estão organizadas em associações comunitárias, porém participam de atividades comunitárias da praia do Ubatumirim. O Cambucá possui uma associação atuante.

Pescadores artesanais deste agrupamento de comunidades caiçaras participam do GT Pesca do FCT e tiveram atuação relevante no Projeto de Fortalecimento Pesqueiro, realizado em parceria com o Instituto Linha d'água.

Caiçaras que são donos de quiosques e meios de hospedagem, e que operam passeios de barcos, participam de atividades da rede Nhanderekó de TBC, com destaque para as partilhas realizadas como parte do Projeto POVOS.

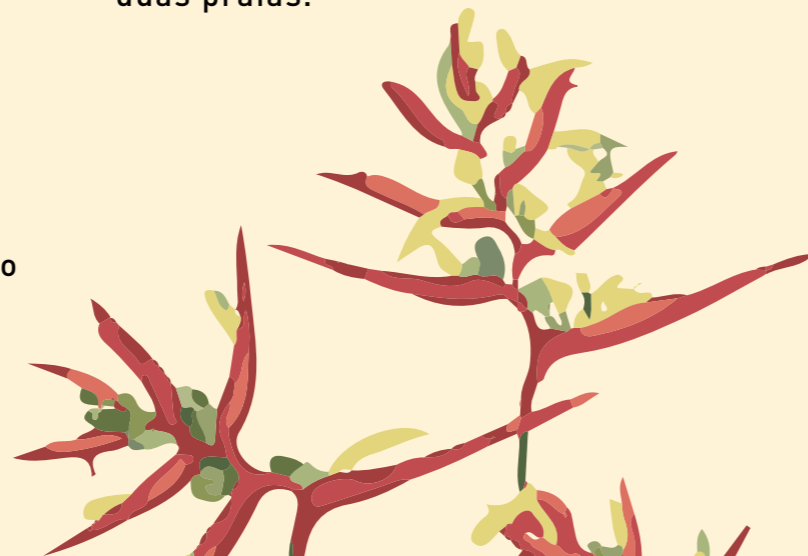
Mais recentemente, houve a aproximação dessas comunidades nas discussões em torno da educação, visando formar o Coletivo de Educação Diferenciada de Ubatuba.

Acesso a Serviços Públicos e Renda

Todas as comunidades são atendidas por serviço de transporte municipal; e, como não há escolas, há o transporte escolar para as crianças estudarem nas escolas do Sertão do Ubatumirim (infantil e fundamental I) e do Puruba (fundamental II). Relatos dos comunitários, especialmente do Cambucá, falam de jovens em busca por trabalho como prestadores de serviços ao turismo no Centro de Ubatuba. Alguns caiçaras trabalham como servidores públicos.

Há, também, a busca por emprego e renda, especialmente durante a temporada de verão, em quiosques, restaurantes e pousadas em outras comunidades da região. Nas praias, os caiçaras têm suas pousadas, casas para locação de temporada, quiosques e restaurantes, que concorrem com outros geridos por não-caiçaras.

A pesca é, ainda, fonte de sustento para algumas famílias, tanto moradoras das vilas, quanto das duas praias.



Ameaça causada pela abertura da BR 101

“ Olha, meu camarada, da BR 101, vou falar pra você, houve uma mudança muito radical, no sentido tradicional, assim... até hoje, né? cada ano que passa, você vê a transformação cada vez mais. Não só na chegada, na inauguração da Rio-Santos, em 1974, até 1976, mas nos dias de hoje tá mudando muito e de uma forma muito rápida. E que se a gente fizer uma intervenção no sentido cultural, assim, do modo de vida, a gente vai perder cada vez mais”

Mário Gato, Ubatumirim

As obras da BR 101 provocaram assoreamentos e mudança de curso dos rios, especialmente na comunidade do Estaleiro.



Ameaça à pesca artesanal relacionada à BR101

“ Eu acho que é um bom exemplo, principalmente a pesca – falando da transformação da chegada da Rio-Santos – hoje, a pesca vem diminuindo cada vez mais. Então, isso não é bom; isso é super negativo. Você vê principalmente nos dias de hoje, né? Um dos fatores foi a diminuição de pescado; e o que traz a diminuição de pescado? um monte de coisa: primeiro, a falta de prática, assim, da participação do jovem se interessar por pesca, mas não porque eles não querem, é por falta de estímulo, mas dentro desse estímulo, é a falta de pescado... é a pressão de leis que proíbem, que inibem a prática da pescaria artesanal; é a pesca industrial; é a

chegada de técnicas de pesca que às vezes afasta a pesca tradicional. Enfim, então são fatores muito complexos de lidar. É difícil lidar com isso... por isso que tem que ser... por isso na prosa de que a gente, assim, a pesca artesanal, ela corre risco de desaparecer. É lancha, né, que facilitou a mobilidade, o transporte do caçara, então isso também trouxe. Mas foi muito prejudicial, assim, à pesca artesanal. Como tô falando, são vários fatores... a indústria pesqueira, luzes na beira da praia, construção, o esgoto, enfim... então, isso traz a diminuição do pescado, que afasta o jovem de praticar a pesca artesanal.”

Mário Gato, 44 anos



Turismo predatório e especulação imobiliária

“...inclusive, hoje, eu sou meio... falo mesmo. Eu falei pra você, né?... você falando muito, você tem muito mais chance de errar do que você ficar calado e ouvir... então eu falo mesmo, falo e tenho ciência disso... o lugar que meu pai e minha mãe plantaram, fizeram a roça, e não só meu pai e minha mãe, meus tios... hoje, tem família que bate no peito que é dono... e tem filhos da mesma idade nossa e eu pago quem vai mostrar que eles criaram filho igual eu fui criado no aceiro daquela roça... então a pessoa não fala com a consciência, entendeu? ah, não, que lá é meu, que lá era nosso...”

Vanil, Vila Barbosa e Justa

- Áreas cercadas por “incorporadoras imobiliárias”, chamadas pelos moradores de loteamento “dos de fora”, denunciam a especulação imobiliária sobre as áreas de baixada, planas e próximas à praia e a à rodovia, ameaçando áreas de mangues e restingas e o próprio modo de vida caiçara.

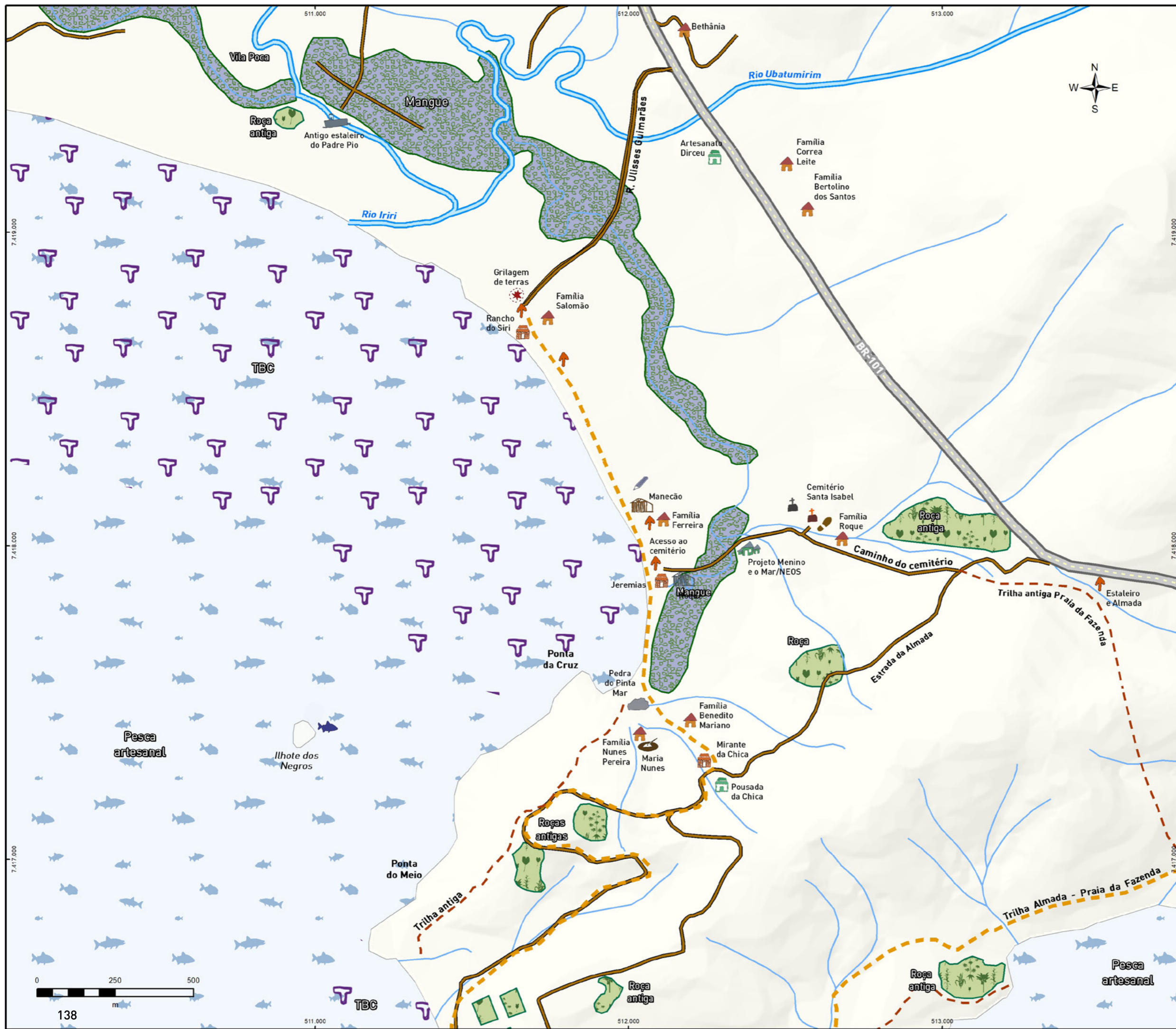
- As comunidades caiçaras do Estaleiro e do Ubatumirim, incluindo as vilas que estão do lado do litoral em relação à BR, apresentam, talvez, os casos mais evidentes da especulação fundiária e imobiliária, dentre todas as comunidades do MT.

UCs sobrepostas e criminalização de práticas tradicionais

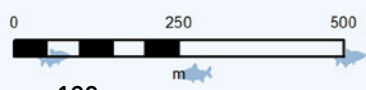
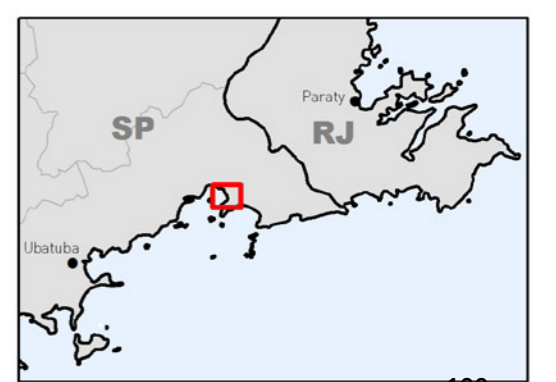
O Cambucá limita-se à área de preservação permanente do PESM, onde há um portão que segrega áreas de antigo uso comunitário na chamada “Base Cambucá”, do parque estadual. Ali havia uma fazenda. Ainda há ruínas de moradias, muros de escravos, antigo forno de farinha. Na fazenda, havia plantação de diversas espécies de grãos e cereais, tubérculos e outros; além de uma serraria. Também se explorava a seringa para retirada de borracha.



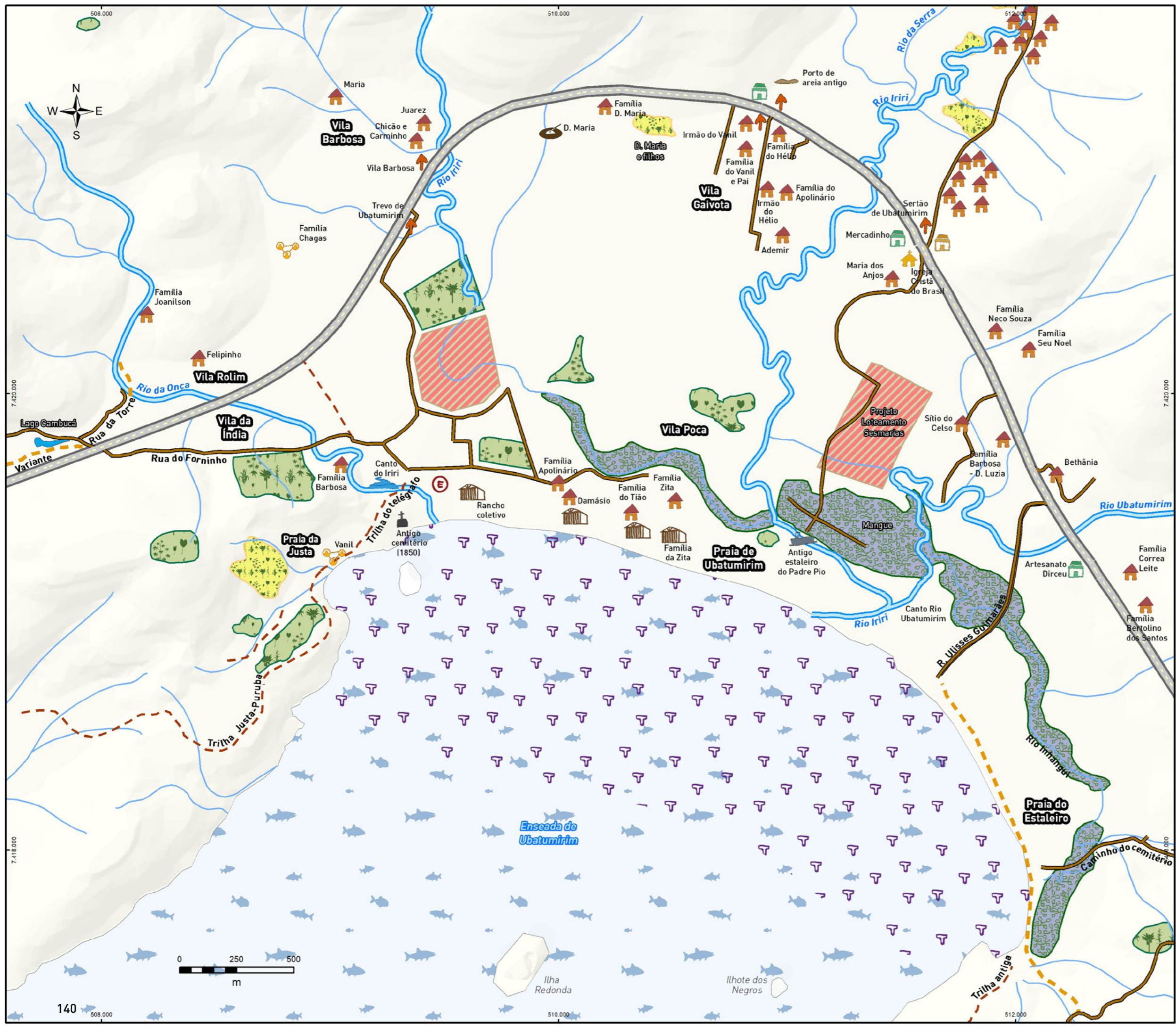
COMUNIDADE CAIÇARA DO ESTALEIRO



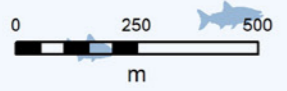
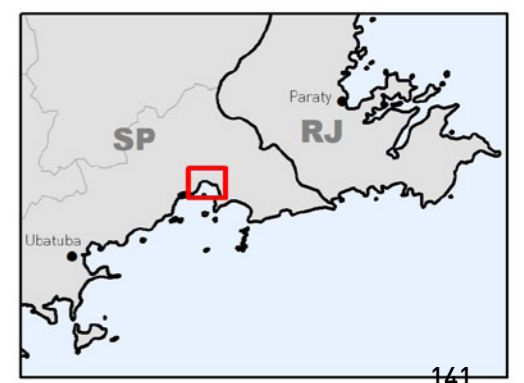
- | | |
|--|---|
| Áreas de uso e ocupação tradicional e histórica | Conflitos socioambientais e ocupação não-comunitária |
| Roça antiga | Grilagem de terras |
| Casa de farinha | Outros elementos |
| Casa de caiçara | Acesso |
| Área de pesca artesanal | Rodovia BR-101 |
| Pesqueiro | Estrada; rua |
| Rancho caiçara | Rio |
| Rancho caiçara antigo | Trilha |
| Pedra | Trilha antiga |
| Mangue | Início de trilha |
| Cemitério | |
| Cemitério antigo | |
| Estaleiro antigo | |
| Turismo e comércio local | |
| Hospedagem caiçara | |
| Quiosque de caiçara | |
| Turismo de Base Comunitária (TBC) | |
| Infraestrutura e serviços públicos | |
| Escola antiga | |
| Sede de ONG | |



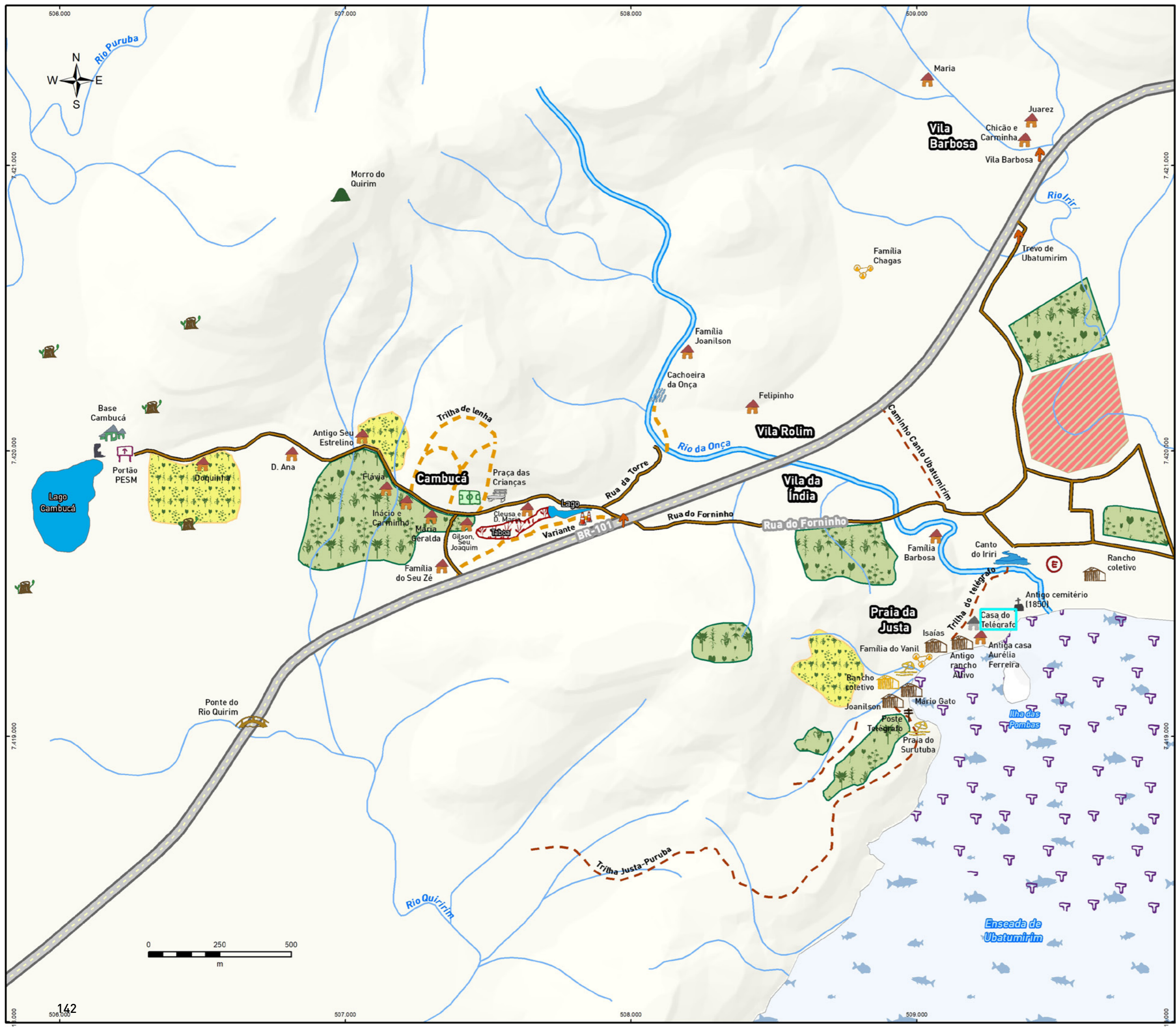
COMUNIDADES CAIÇARAS DA PRAIA DE UBATUMIRIM E VILAS



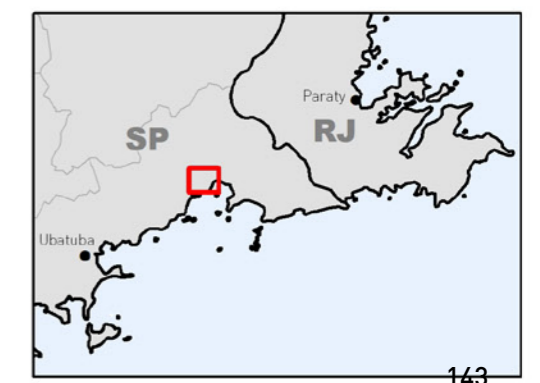
- | | |
|--|---|
| Áreas de uso e ocupação tradicional e histórica | Conflitos socioambientais e ocupação não comunitária |
| Casa de caiçara | Loteamento |
| Núcleo familiar Caiçara | Infraestrutura e serviços públicos |
| Rancho caiçara | Acesso |
| Roça | Escola antiga |
| Roça antiga | Igreja Evangélica |
| Casa de farinha | Outros elementos |
| Barra | Rodovia BR-101 |
| Areal | Estrada; Rua |
| Mangue | Rio |
| Área de pesca artesanal | Rios principais |
| Poste telégrafo | Caminho |
| Cemitério antigo | Caminho antigo |
| Estaleiro antigo | Lago |
| Turismo e comércio local | |
| Turismo de Base Comunitária (TBC) | |
| Comércio de caiçara | |
| Comércio | |
| Estacionamento comunitário | |



COMUNIDADES CAIÇARAS DE CAMBUCÁ E PRAIA DA JUSTA



- | Áreas de uso e ocupação tradicional e histórica | Conflitos socioambientais e ocupação não comunitária |
|---|--|
| Roça | Base Cambucá |
| Roça antiga | Portão PESH |
| Núcleo Familiar Caiçara | Loteamento |
| Casa de caiçara | Outros elementos |
| Rancho caiçara | Rodovia BR-101 |
| Rancho comunitário | Estrada; Rua |
| Estacionamento comunitário | Lago |
| Barra | Variante da estrada |
| Cachoeira | Acesso |
| Morro | Trilha |
| Praia | Trilha antiga |
| Turismo de Base Comunitária (TBC) | |
| Área de pesca artesanal | |
| Taboal (charco) | |
| Ponte | |
| Campo de futebol | |
| Casa do telégrafo antiga | |
| Poste telégrafo | |
| Cemitério antigo | |
| Praça | |
| Ruína | |



Sertão do Ubatumirim

A última parada da nossa caminhada pelos territórios tradicionais do Norte de Ubatuba é o Sertão do Ubatumirim, onde vivem mais de 150 famílias caiçaras, que reproduzem técnicas e saberes das roças tradicionais e do manejo florestal, representando de forma exemplar a relação do caiçara com a terra e a mata.

Talvez o lugar que melhor represente a relação de usos que os caiçaras têm entre a mata e mar, o território do Sertão do Ubatumirim é habitado por pessoas vocacionadas ao extrativismo madeireiro e não madeireiro para confecção de objetos voltados à pesca, artesanato e confecção de instrumentos musicais (fandango). É composto pela formação de quatro vales que descem abruptamente da Serra do Mar, formando grandes canais de drenagem de água doce férteis à agricultura.

No Sertão do Ubatumirim vivem agricultores familiares que, com suas roças e quintais tradicionais e manejo agroflorestal, praticam a agroecologia desde muito antes do termo ser cunhado. Do que produzem, estabelecem as trocas com as demais comunidades da região. As relações familiares e históricas dessas comunidades entre si é expressa em conversas com representantes da Associação de Bananicultores do Ubatumirim (ABU), que demonstram a cadeia produtiva e de trocas entre seus associados e demais comunidades.

“ O Sertão do Ubatumirim é muito importante pra mim, pois aqui foi onde nasci, criei meus filhos, assim como meus antepassados. A importância do

mapeamento pra mim é por conta da definição das roças, das nossas casas. Quando o Parque chegou até as comunidades, nós já estávamos aqui, nossos pais, avós e até nossas tataravós. Aqui é uma das poucas comunidades tradicionais que ainda restam. Nossa agricultura é forte e devemos manter isto, pois é daqui que tiramos nosso sustento e renda. Por isso o bairro é tão importante para mim... minha história está toda enraizada aqui. Devemos aprender a conviver com as mudanças de nosso bairro, mas não devemos permitir que tirem toda nossa história de vida e tradição”.

*Ana Rosa dos Santos Barbosa,
presidente da Associação de
Bananicultores do Ubatumirim (ABU)*



Lugares da Comunidade

<i>Tipo</i>	<i>Descrição</i>
Associação de produtores	ABU
Espaço comunitário de eventos	Barraca da Associação em Eventos
	Espaço de Eventos
Cachoeiras	Cachoeira do Tombador
Vias de acesso aos sítios familiares	Estrada do Barriquinha
	Estrada Felipe Neri
	Simeão Peres
	Rua Antônio Clementino
	Rua Benedito Braga
	Rua do Carmelindo
	Rua dos Coqueiros
	Rua Nélio dos Santos
	Rua São Jorge
	Rua Ulisses Guimarães
Picadão da Barra	
Casas de Farinha	Dalva, Nié, Agrício, Romão, Salustiano, Margarida Peres, Alcendino, Saturnino, Laíde, Jandão, Miguel e Nequinho.
Caxetal	Caxetal Barriquinha
Morro	Lajeado
Trilha	Rota de bike



Habitação e organização territorial

Mais de 150 casas de caiçaras foram mapeadas ao longo do processo de cartografia social; junto às casas, estão roças e áreas de criação de galinhas e porcos. Os sítios estão espalhados pelos quatro vales que formam o território do Sertão do Ubatumirim, estendendo-se do trevo de acesso na BR 101, ao interior da bacia hidrográfica do Sertão do Ubatumirim.

Há um centrinho do bairro, onde estão escola, posto de saúde, mercadinho e restaurante. Há também um espaço de uso comunitário, onde são realizadas as festas e confraternizações relacionadas aos tempos das roças. Em meio aos sítios tradicionais, encontram-se outros, de veranistas, mais voltados ao lazer das pessoas “de fora”.



Práticas de cuidado / Saúde

A comunidade faz uso regular de plantas medicinais. Há um vasto conhecimento comunitário sobre ervas, paus, raízes, entre outros, para uso em saúde. Há, no Sertão do Ubatumirim, um Ervário Caiçara, onde são plantadas diversas espécies de plantas usadas como fitoterápicos. O Ervário ainda desenvolve pesquisa, produz tinturas e chás e promove cursos, oficinas e rodas de conversa sobre os usos tradicionais das plantas no cuidado da saúde.

Antiga parteira da comunidade realizou mais de 5 mil partos em toda a região. Recentemente, a mãe de um dos comunitários atuantes no processo de caracterização venceu a burocracia para conseguir registrar bebê nascido em casa.

Festas e Celebrações

O relato do Fandango, apresentado no capítulo sobre as comunidades do agrupamento “praias”, ilustra também a cultura do Sertão do Ubatumirim

Fala-se que antigamente a Folia do Divino passava por ali.

Atualmente, realizam a festa da mandioca, em área de uso público, próxima à ABU.

“ Algumas festas católicas, como a festa Junina, não acontecem mais. Mas temos as festas de colheitas, como as festas da mandioca e da juçara”

Ana Carolina, 40 anos



Associações Comunitárias

A Associação dos Bananicultores e Produtores Rurais da Comunidade Tradicional Caiçara do Sertão do Ubatumirim (ABU) é uma associação criada em 1985, em um contexto de defesa dos territórios tradicionais desta comunidade caiçara frente às dificuldades de manutenção de seus tradicionais bananais e roças itinerantes. Estas práticas tradicionais de cultivo e manejo presentes em seu território, embora sustentáveis, são muitas vezes antagônicas às formas hegemônicas de formular e normatizar políticas e instrumentos legais que não atendem às necessidades locais e precisam ser revistas. Este é um objetivo que integrantes da comunidade buscam por meio de sua participação em fóruns, conselhos, eventos e comissões, demonstrando que é possível produzir com qualidade, sem utilização de insumos químicos e em consórcio com a natureza. Produzir conservando, este sempre foi o modo de vida da comunidade, e que precisa ser respeitado e incentivado.



Após um período de paralisação, por diversos motivos, a ABU retornou as atividades em 2013 em parceria com o Instituto de Permacultura e Ecovilas da Mata Atlântica (IPEMA), que já vinha desenvolvendo o Projeto Juçara na comunidade, constituindo o grupo de Juçareiros, (que hoje compõem grande parte dos associados e diretores). Este projeto estimulou a organização comunitária e o manejo sustentável da palmeira Juçara para produção de polpa alimentar. Alimento rico em propriedades nutricionais e que ajuda ainda na proteção desta espécie de palmeira natural da Mata Atlântica e em risco de extinção.

Desde a chegada do PESH e do PNSB, em meados da década de 1980, a comunidade caiçara do Sertão do Ubatumirim vive em embates com as UCs, que agem de forma a impedir o desenvolvimento de suas atividades culturais de convívio com a terra e o manejo tradicional dos recursos naturais.

Atualmente, há uma maior compreensão sobre a importância destas práticas tradicionais, em especial a produção agroecológica, para a conservação da mata atlântica. Este importante papel das comunidades tradicionais para a conservação do meio em que vivem direciona suas lutas no sentido de garantir seu direito à produção de alimentos de qualidade, zelando pelo seu maior patrimônio, a Mata Atlântica.

Poucos lugares conseguem reunir os atributos existentes nesta comunidade: produção orgânica tradicional e bem estar socioambiental. Uma série de iniciativas voltadas para o desenvolvimento da produção e comercialização de seus produtos foi implantada neste período, porém hoje a comunidade tem consciência de que precisa aperfeiçoar seus processos de trabalho para o enfrentamento das necessidades do mercado, ampliando sua capacidade de gestão, profissionalização e estrutura.

Além da ABU, há ainda duas associações comunitárias de moradores que encontram-se desativadas.



Bandeiras de Luta do FCT nas comunidades

- Agroecologia: o Sertão do Ubatumirim representa um dos melhores casos de reconhecimento da agricultura tradicional como agroecológica, demonstrando empiricamente o funcionamento dos agro-eco-sistemas pelos modos tradicionais de relação com a natureza.
- Ainda que a prática tradicional seja ambientalmente sustentável, como comprovam diversos estudos

no campo da sociobiodiversidade, a comunidade do Sertão do Ubatumirim foi severamente impactada por ação de gestão irresponsável de uma unidade de conservação de proteção integral. Passados anos de uma ação que levou ao fechamento de marcenaria, ao embargo de roças e à criminalização de agricultores, que respondem até hoje perante a justiça (“assinam a carteirinha”), os comunitários ainda têm receio de falar sobre suas práticas.

- A coordenação de justiça socioambiental do FCT apoia a comunidade do Sertão do Ubatumirim na negociação dos conflitos.



Acesso a Serviços Públicos e Renda

- Escola de educação infantil e fundamental I (até o 5º ano)
- Posto de Saúde
- Ônibus até o centrinho – porém insuficientes
- Agricultura familiar, reunida em torno da ABU
- Prestação de serviços

Pesca, agricultura e extrativismo

A agricultura familiar é a base do sustento e da organização do Sertão do Ubatumirim; bem como o extrativismo florestal madeireiro e não-madeireiro. Os pescadores artesanais de toda a região utilizam as canoas e remos feitos pelos mestres do Sertão.

Além das espécies plantadas e manejadas listadas abaixo, há, ainda, criação de galinhas, porcos e abelhas nativas que não têm ferrão.



Plantado

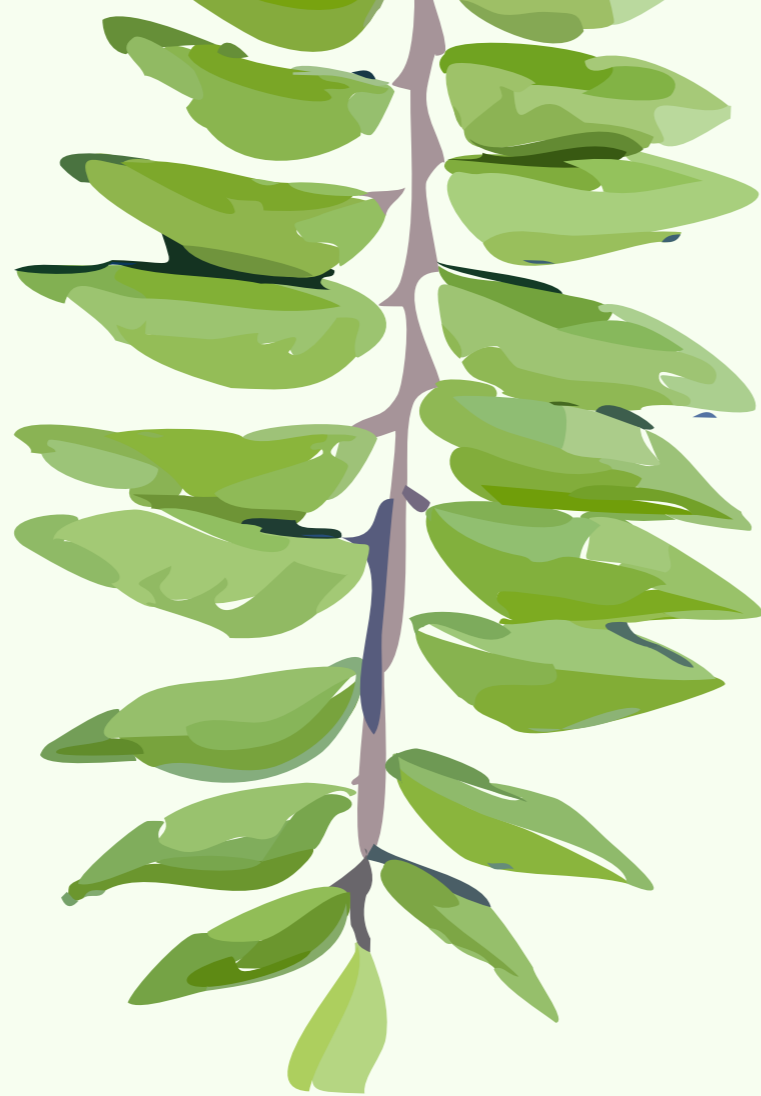
- Juçara
- Cambuci
- Banana
- Mandioca
- Mamão
- Limão e outras cítricas
- Abóbora
- Cará
- Cará roxo
- Pupunha
- Taioba
- Couve
- Hortaliças
- Cana de Açúcar
- Feijão
- Araçá-boi
- Milho
- Batata doce
- Palmito pupunha
- Cambucá
- Agrossistema (múltiplas espécies)



UCs sobrepostas e criminalização de práticas tradicionais

PESM/FFSP e PNSB/ICMBio sobrepostos ao território tradicional, com forte criminalização de suas práticas.

Comunidade talentosa para a marcenaria, carpintaria e artesanato em madeira; são “manejadores tradicionais” da floresta, que tiveram suas práticas criminalizadas



Turismo predatório e especulação imobiliária

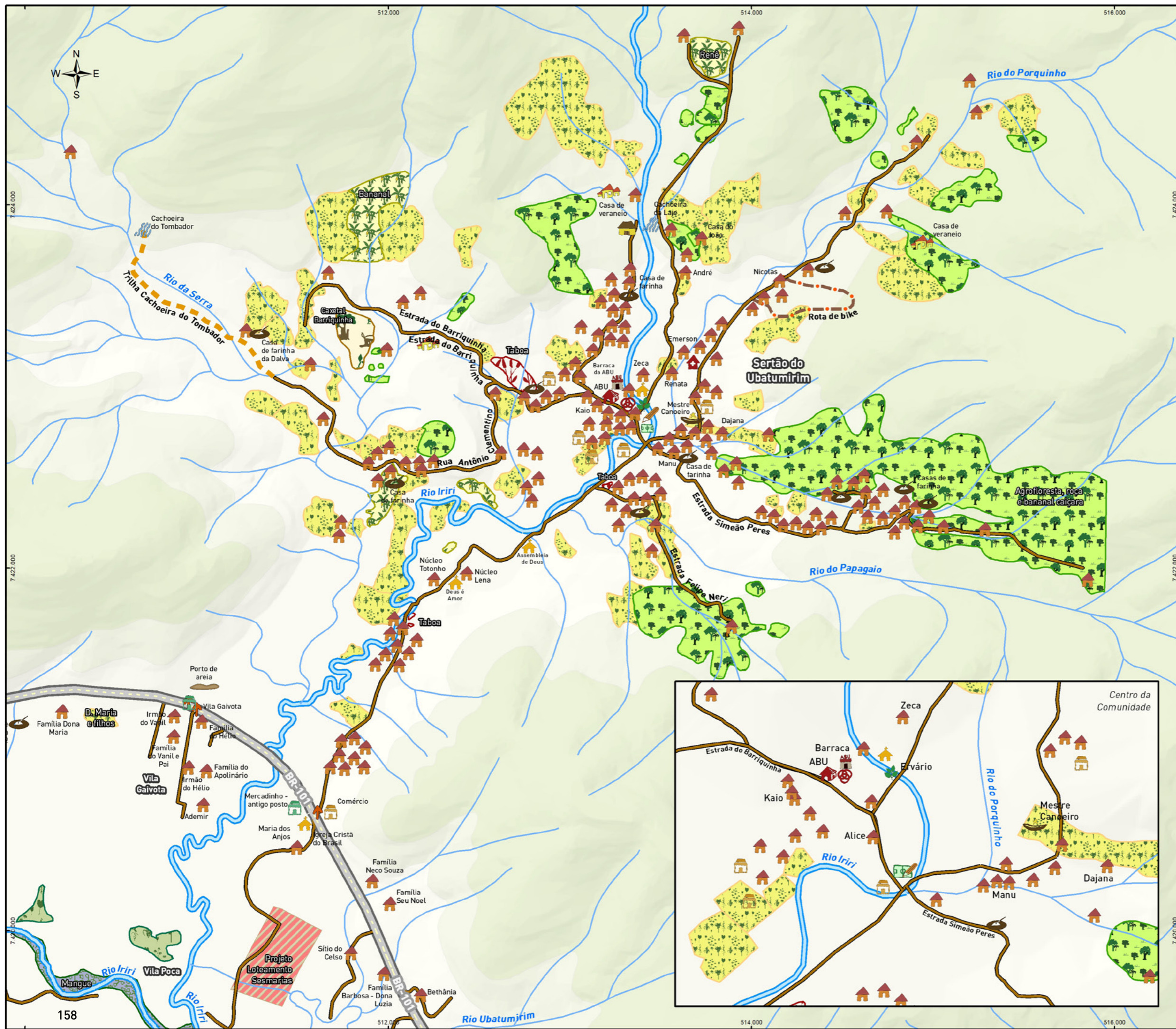
Os mapas apontam a presença de sítios e casas de veraneio.

Ameaça causada pela abertura da BR 101

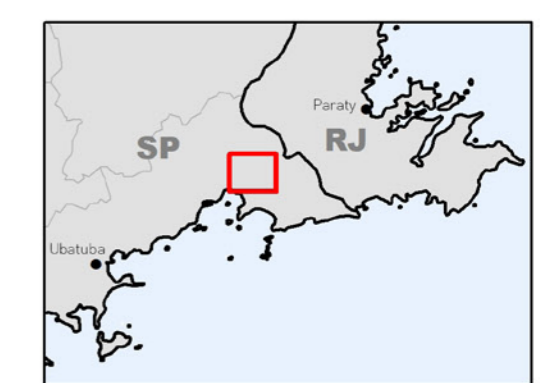
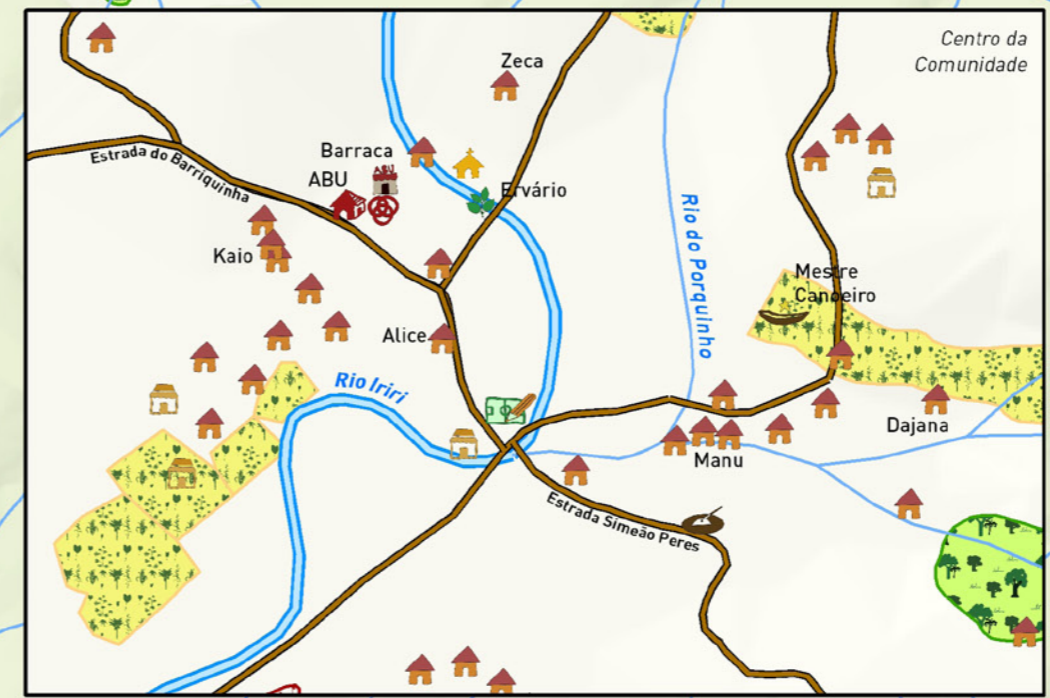
Semelhante a todo o MT, com menor impacto. Ainda assim, a estrada separa o sertão da praia, embora a história, os costumes e a tradição sejam as mesmas de um lado e outro.



COMUNIDADE CAIÇARA DO SERTÃO DE UBATUMIRIM



- | | |
|--|---|
| Áreas de uso e ocupação tradicional e histórica | Conflitos socioambientais e ocupação não comunitária |
| Extrativismo | Parque Nacional da Serra da Bocaina |
| Bananal | Parque Estadual da Serra do Mar |
| Taboa | Casa/Sítio de veraneio |
| Roça | Loteamento |
| Roça antiga | Outros elementos |
| Agrofloresta, roça e bananal caiçara | Acesso |
| Casa de farinha | Rodovia BR-101 |
| Casa de caiçara | Estrada; Rua |
| Associação comunitária de moradores | Trilha |
| Espaço de eventos | Rota de bike |
| Comércio de caiçara | Rio |
| Ervário caiçara | Rio Iriri |
| Cachoeira | |
| Areal | |
| Mangue | |
| Rancho caiçara | |
| Mestre canoero | |
| Quadra da escola | |
| Barraca da ABU | |
| Infraestrutura e serviços públicos | |
| Posto de saúde | |
| Escola | |
| Igreja Evangélica | |
| Comércio | |



A realização do Projeto Povos é uma exigência do licenciamento ambiental federal, conduzido pelo Ibama.

Projeto **POVOS**
Território, Identidade e Tradição

TERRITÓRIOS DO NORTE DE UBATUBA

Projeto **POVOS** Território, Identidade e Tradição

Executante



Empreendedor



Órgão Licenciador



A realização do Projeto Povos é uma exigência do licenciamento ambiental federal, conduzido pelo Ibama.

Parceiros



OBSERVATÓRIO
DE TERRITÓRIOS DISTRITAIS E
SAUDÁVEIS DA BOICAINA



Ministério de Saúde
FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz

FÓRUM DE
COMUNIDADES
TRADICIONAIS
IBAMA + PROJETOS + 100 000



COORDENAÇÃO NACIONAL
DE COMUNIDADES TRADICIONAIS
CAIÇARAS